

Banco do Nordeste



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

Relatório de Resultados e Impactos 2008



**Banco do
Nordeste**



Presidente:

Roberto Smith

Diretores:

João Emílio Gazzana
Luís Carlos Everton de Farias
Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva
Oswaldo Serrano de Oliveira
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Pedro Rafael Lapa

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE

Superintendente: José Sydrião de Alencar Junior

Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação

Biágio de Oliveira Mendes Junior

Célula de Avaliação de Políticas e Programas

Jânia Maria Pinho Sousa

**Banco do
Nordeste**



Equipe Técnica:

Jânia Maria Pinho Sousa – Coordenadora

Antonio Pereira Neto
Elizabeth Castelo Branco
Iraci Soares Ribeiro Maciel
Marcos Gomes Melo – bolsista
Osias Pereira da Silva
Tereza Cristina Felix dos Santos – contratada

Colaboradores:

Antônio Rony Davi de Sousa
Cláudio Pereira Bentemuller
João Bosco Ximenes Carmo
Kamille Leão de Souza
Kennedy Montenegro Vasconcelos
Luísa Maria Tessman
Marcos Falcão Gonçalves
Otávio Augusto Sousa Miranda
Porfirio Silva de Almeida
Raul **Klebersom** Moura da Silva

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	12
2. SUMÁRIO EXECUTIVO.....	13
3. POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE.....	15
4. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO FNE.....	19
4.1 Contratações Setoriais.....	27
4.1.1 Setor Rural.....	28
4.1.1.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).....	34
4.1.2 Setor Agroindustrial.....	43
4.1.3 Setor Industrial e Turismo.....	46
4.1.4 Setor Infraestrutura.....	49
4.1.5 Setor Comercial e Serviços.....	52
4.2 Valores Programados e Valores Realizados.....	55
4.3 Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE.....	56
4.3.1 Contratações por Estado.....	56
4.3.2 Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido.....	63
4.3.3 Contratações por Porte de Beneficiário.....	66
4.3.4 Municípios Atendidos pelo FNE.....	69
4.4 Repasse do BNB a Outras Instituições.....	71
4.5 Prioridades Definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a Aplicação do FNE.....	78
5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE, RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE.....	96
5.1 Metodologia de Avaliação do FNE.....	96
5.2 Avaliação de Execução do FNE-Rural para as Atividades da Bovinocultura do Corte, do Leite e Cultivo de Soja.....	100
5.2.1 O FNE e a Criação de Bovinos.....	101
5.2.1.1 Impactos da Criação de Bovinos a partir da Matriz de Insumo Produto.....	104
5.2.2 O FNE e a Bovinocultura do Leite.....	105
5.2.2.1 Impactos da Bovinocultura do Leite a partir da Matriz de Insumo Produto.....	108
5.2.3 O FNE e a Bovinocultura do Corte.....	109
5.2.3.1 Impactos da Bovinocultura do Corte a partir da Matriz de Insumo Produto.....	112

5.2.4 O FNE e o Cultivo da Soja	113
5.2.4.1 Impactos do Cultivo da Soja a partir da Matriz de Insumo Produto	118
5.3 Matriz de Insumo Produto do Nordeste	119
5.3.1 Impactos Socioeconômicos Previstos com os Financiamentos de Valores mais Elevados.....	122
5.4 Avaliação dos Impactos do FNE: emprego, massa salarial, e salário médio, utilizando a metodologia de <i>matching</i> com <i>propensity scores</i>	123
5.4.1 Modelos de Probabilidade de Financiamento (<i>Propensity Scores</i>)	124
5.4.2 Resultados e Impactos no estoque de emprego, massa salarial e salário médio para anos bases agregados	125
6. GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL	134
6.1 Inadimplemento das Operações.....	134
6.2 Recuperação de Crédito.....	137
7. RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS	138
7.1 Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no Exercício de 2008.....	139
7.2 Ações Realizadas.....	139
7.3 Principais Ocorrências.....	140
8. RECOMENDAÇÕES DOS OFÍCIOS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	141
REFERÊNCIAS.....	155
ANEXOS	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB – Nordeste e Brasil	16
Tabela 2 – FNE – Desempenho Operacional e Propostas em Carteira – Exercício de 2008	20
Tabela 3 – FNE – Prospecção de Negócios – Posição: 31.12.2008	23
Tabela 4 – FNE – Demonstrativo do Patrimônio Líquido – Exercício de 2008	24
Tabela 5 – FNE – Ingressos Mensais de Recursos – Exercício de 2008	25
Tabela 6 – FNE – Demonstrativo das Variações das Disponibilidades – Exercício de 2008	26
Tabela 7 – FNE – Participação Setorial nas Contratações ⁽¹⁾	28
Tabela 8 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Rural – Exercício de 2008	30
Tabela 9 – FNE – Setor Rural – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2008	33
Tabela 10 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no PRONAF – Exercício de 2008	38
Tabela 11 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Agroindustrial – Exercício de 2008	43
Tabela 12 – FNE – Setor Agroindustrial – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2008	45
Tabela 13 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ nos Setores Industrial e Turismo – Exercício de 2008	46
Tabela 14 – FNE – Setor Industrial/Turismo – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2008	48
Tabela 15 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2008	50
Tabela 16 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Região no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2008	51
Tabela 17 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Estado no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2008	51
Tabela 18 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comercial e de Serviços – Exercício de 2008	52
Tabela 19 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Região nos Setores Comercial e de Serviços – Exercício de 2008	53
Tabela 20 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Porte nos Setores Comercial e de Serviços – Exercício de 2008	54
Tabela 21 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Estado nos Setores Comercial e de Serviços – Exercício de 2008	54
Tabela 22 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Programadas e Realizadas, por Setor e Programa – Exercício de 2008	55
Tabela 23 – FNE – Contratações e Demanda de Recursos por Estado – Exercício de 2008	56
Tabela 24 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Estado – Período: 1989 a 2008 ..	58
Tabela 25 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais e Setoriais – Exercício de 2008	59
Tabela 26 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Relação ao Número de Beneficiários – Exercício de 2008	60
Tabela 27 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Relação à População Residente – Exercício de 2008	61

Tabela 28 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Relação ao PIB dos Estados – Exercício de 2008	62
Tabela 29 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Região – Período 1989 a 2008...	63
Tabela 30 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2008	63
Tabela 31 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Região (Exclui o Estado do Maranhão) – Período: 1989 a 2008	65
Tabela 32 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Região (Exclui o Estado do Maranhão) – Exercício de 2008	66
Tabela 33 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Porte de Beneficiários – Período: 1989 a 2008	67
Tabela 34 – FNE – Beneficiários por Porte e Setor – Exercício de 2008	68
Tabela 35 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Porte dos Beneficiários e Setor – Exercício de 2008	68
Tabela 36 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos – Exercício de 2008	69
Tabela 37 – FNE – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Exercício de 2008	70
Tabela 38 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado – Exercício de 2008	70
Tabela 39 – FNE – Contratações por Tipo de Município ⁽¹⁾ – Exercício de 2008	71
Tabela 40 – FNE – Bancos Repassadores – Exercício de 2008.....	72
Tabela 41 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações no Exercício de 2008	72
Tabela 42 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor Rural – Exercício de 2008.....	73
Tabela 43 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Industrial e Turismo – Exercício de 2008	74
Tabela 44 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comercial e Serviços – Exercício de 2008.....	74
Tabela 45 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2008	75
Tabela 46 – FNE – Bancos Repassadores – Beneficiários por Porte e Setor – Exercício de 2008	75
Tabela 47 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Porte e Setor do Beneficiário – Exercício de 2008.....	76
Tabela 48 – FNE – Bancos Repassadores – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Exercício de 2008	76
Tabela 49 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações por Município – Exercício de 2008	77
Tabela 50 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ por Agricultores Familiares – Exercício de 2008	79
Tabela 51 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Míni, Micro e Pequenos Produtores Rurais ⁽²⁾ / Empresas – Exercício de 2008	80
Tabela 52 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ para preservação ou recuperação do Meio Ambiente – Exercício de 2008	81
Tabela 53 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Arranjos Produtivos Locais – APLs – Exercício de 2008	83

Tabela 54 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ Inovações Tecnológicas – PRODETEC – Exercício de 2008	85
Tabela 55 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ no setor de Exportação ⁽²⁾ – Exercício de 2008	85
Tabela 56 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ com Mini, Micro e Pequenos ⁽²⁾ – Geração de Emprego e Renda – Exercício de 2008.....	86
Tabela 57 – FNE – Projetos de Ampliação Contratados ⁽¹⁾ em Fruticultura Irrigada ⁽²⁾ – Exercício de 2008	87
Tabela 58 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ Relacionados ao Desenvolvimento Regional – Exercício de 2008	88
Tabela 59 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Espelhos D'Água ⁽²⁾ – Exercício de 2008	89
Tabela 60 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ no setor Agroindustrial Matéria-prima Regional – Exercício de 2008	91
Tabela 61 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ no setor de Infraestrutura – Exercício de 2008	92
Tabela 62 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ no setor de Indústria Extrativa de Minerais – Exercício de 2008	92
Tabela 63 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ no setor de Turismo – Exercício de 2008 ..	93
Tabela 64 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ na Tipologia PNDR – Exercício 2008	94
Tabela 65 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2008	94
Tabela 66 – FNE – Contratações de Projetos Agroindustriais ⁽¹⁾ em Perímetros Irrigados Públicos – Exercício de 2008	95
Tabela 67 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ nas Mesorregiões SPR ⁽²⁾ – Exercício de 2008	96
Tabela 68 – FNE Rural – Contratações Anuais – Período: 1989 a Julho de 2008.....	101
Tabela 69 – FNE Rural – Contratações Criação de Bovinos – Período: 1989 a Julho de 2008	102
Tabela 70 – FNE Rural – Contratações Criação de Bovinos por Porte – Período: 1989 a Julho de 2008.....	103
Tabela 71 – FNE Rural – Contratações Criação de Bovinos por Estado – Período: 1989 a Julho de 2008.....	103
Tabela 72 – FNE Rural – Contratações Criação de Bovinos Por Região – Período: 1989 a Julho de 2008.....	104
Tabela 73 – Criação de bovinos – Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1989-Jul/2008 ⁽¹⁾	105
Tabela 74 – FNE Rural – Contratações Bovinocultura de Leite – Período: 1998 a Julho de 2008	106
Tabela 75 - FNE Rural – Contratações Bovinocultura de Leite por Porte – Período: 1998 a Julho de 2008.....	107
Tabela 76 – FNE Rural – Contratações Bovinocultura Leite por Estado – Período: 1998 à Julho de 2008.....	107
Tabela 77 – FNE Rural – Contratações Bovinocultura de Leite por Região – Período: 1998 à Julho de 2008.....	108
Tabela 78 – Criação de bovinos de leite – Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1998-jul/2008 ⁽¹⁾	109
Tabela 79 – FNE Rural – Contratações Bovinocultura de Corte – Período: 1998 a Julho de 2008	109

Tabela 80 – FNE Rural – Contratações Bovinocultura de Corte por Porte – Período: 1998 a Julho de 2008.....	110
Tabela 81 – FNE Rural – Contratações Bovinocultura Corte por Estado – Período: 1998 a Julho de 2008.....	110
Tabela 82 – FNE Rural – Contratações Bovinocultura de Corte por Região – Período: 1998 a Julho de 2008.....	111
Tabela 83 – Criação de bovinos de corte – Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1998-jul/2008 ⁽¹⁾	112
Tabela 84 – FNE Rural – Contratações Cultivo de Soja – Período: 1989 a Julho de 2008.....	113
Tabela 85 – FNE Rural – Contratações Cultivo de Soja – Período 1989 a Julho de 2008.....	115
Tabela 86 – FNE Rural – Contratações Cultivo de Soja por Porte – Período: 1989 a Julho de 2008.....	115
Tabela 87 – FNE Rural – Contratações Cultivo de Soja por Estado – Período 1989 a Julho de 2008.....	116
Tabela 88 – FNE Rural – Contratações de Soja por Região – Período: 1989 a Julho de 2008.....	118
Tabela 89 – Cultivo de soja – Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1990-jul/2008 ⁽¹⁾	119
Tabela 90 – FNE – Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste – 2008.....	120
Tabela 91 – FNE – Impactos das Contratações do FNE em Atividades Seleccionadas, por Estado.....	121
Tabela 92 – FNE – Repercussões Sociais e Econômicas das Contratações do FNE com valores superiores a R\$ 10 milhões no Nordeste – 2008.....	122
Tabela 93 – Número de Empresas Financiadas (FNE) ou Não (RAIS) pelo FNE por Ano de Financiamento.....	123
Tabela 94 – Arranjo dos Modelos de Avaliação de Impacto por Anos Bases Agregados.....	124
Tabela 95 – Impacto FNE no Crescimento do Estoque do Emprego (Número de empregados).....	126
Tabela 96 – Impacto FNE no Crescimento do Estoque do Emprego – Empresas com até 49 empregados (Número de empregados).....	126
Tabela 97 – Impacto do FNE no Crescimento percentual no Estoque do Emprego (%).....	128
Tabela 98 – Impacto do FNE no Crescimento percentual no Estoque do Emprego (%) - Empresas com até 49 empregados.....	128
Tabela 99 – Impacto do FNE no Crescimento da Massa Salarial (R\$ 1,00) ¹	129
Tabela 100 – Impacto do FNE no Crescimento da Massa Salarial – Empresas com até 49 empregados (R\$ 1,00) ¹	129
Tabela 101 – Impacto FNE no Crescimento percentual da Massa Salarial (%).....	130
Tabela 102 – Impacto FNE no Crescimento percentual da Massa Salarial (%) – Empresas com até 49 empregados.....	130
Tabela 103 – Impacto FNE no Crescimento do Salário Médio (R\$ 1,00) ¹	131
Tabela 104 – Impacto FNE no Crescimento do Salário Médio – Empresas com até 49 empregados (R\$ 1,00) ¹	132

Tabela 105 – Impacto FNE no Crescimento percentual do Salário Médio (%)	132
Tabela 106 – Impacto FNE no Crescimento percentual do Salário Médio (%) – Empresas com até 49 empregados	133
Tabela 107 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Porte dos Beneficiários – Posição: 31.12.2008	135
Tabela 108 – FNE – Saldos em Atraso por Setor – Posição: 31.12.2008.....	136
Tabela 109 – FNE – Saldos em Atraso por Data de Contratação – Posição: 31.12.2008	136
Tabela 110 – FNE – Regularização de Dívidas ⁽¹⁾ – Exercício de 2008	137
Tabela 111 – FNE – Contratações com MPE em 2008, por Setor de Atividade – Posição em 31.12.2008	148

LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E FIGURAS

Gráfico 1 – FNE – Ingressos Mensais (R\$ Mil) de Recursos – Exercício de 2007 e 2008	25
Gráfico 2 – Agroamigo – Quantidade de Operações por Ano	42
Gráfico 3 – Agroamigo – Valores Contratados por Ano (R\$ Mil).....	42
Gráfico 4 – FNE Rural: Evolução das Contratações Soja – 1989 a Jul. 2008.....	114
Gráfico 5 – Média de Contratações sem Financiamento e Impacto do FNE (Número de empregados)	127
Gráfico 6 – Situação dos Empreendimentos Financiados pelo FNE no Exercício de 2008	139
Gráfico 7 – FNE – Evolução dos Valores Contratados com MPE (valores em milhões de reais)	147
Gráfico 8 – FNE Quantidade de Contratações com MPE	148
Quadro 1 – FNE – Detalhamento das operações em ser de acordo com os encargos pactuados.....	152
Figura 1 – Mapa das contratações do FNE – Cultivo de Soja – Período: 1989 a Julho de 2008	117
Figura 2 – Distribuição dos <i>Propensity Scores</i> entre Empresas Financiadas e Não Financiadas.....	125

1. APRESENTAÇÃO

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) encaminha ao Ministério da Integração Nacional o **Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE**, referente ao ano de 2008. Além da avaliação da execução do Fundo, foram incorporados no referido relatório os resultados e impactos do FNE, utilizando-se algumas ferramentas de avaliação adotadas pelo BNB.

O BNB investiu de 1989 a 2007, R\$ 25,3 bilhões em recursos do FNE¹. No ano de 2008, foram contratados R\$ 7,7 bilhões, representando 329 mil operações de crédito. Desse modo, de 1989 a 2008, o FNE aplicou R\$ 33,0 bilhões em toda a área de atuação do BNB.

Em termos de distribuição de recursos, o Setor Rural absorveu R\$ 2,8 bilhões do total contratado pelo FNE em 2008, enquanto o Setor Industrial e Turismo aportou R\$ 1,7 bilhão. O segmento de Comércio e Serviços recebeu R\$ 1,6 bilhão, o Setor de Infraestrutura foi beneficiado com R\$ 1,3 bilhão e o Setor Agroindustrial recebeu R\$ 265,6 milhões.

O BNB destinou, em 2008, R\$ 1,6 bilhão aos míni, micro e pequenos empreendedores, totalizando 940 mil beneficiários. A agricultura familiar, através do PRONAF, obteve R\$ 680,8 milhões. Foram aplicados no semiárido R\$ 2,7 bilhões, de forma que 596 mil produtores, agricultores familiares e empreendimentos foram beneficiados com recursos do FNE nesse território do Nordeste.

O FNE contratou recursos em todos os estados de sua área de atuação, abrangendo 98,0% dos municípios desse espaço. Desse modo, o BNB atribui representatividade ao FNE com o intuito de alavancar o desenvolvimento do Nordeste. Além disso, o Banco disponibiliza vários mecanismos de estruturação do desenvolvimento – a exemplo dos estudos, pesquisas socioeconômicas e inovações tecnológicas adaptadas às condições da Região, particularmente do semiárido, desenvolvidas e apoiadas pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) – para potencializar a aplicação dos recursos do Fundo.

Os resultados finais e preliminares de avaliações do FNE realizadas pelo BNB, foram obtidos através da utilização dos instrumentos: a) Avaliação do FNE-Rural a partir da metodologia construída pelo BNB para o Programa; b) Avaliação do FNE utilizando a Matriz de Insumo Produto; e c) Avaliação do FNE, através da metodologia de *Matching* com *Propensity Score*. Trata-se de instrumentos que se complementam, dado que coadunam métodos qualitativos e quantitativos, com vistas a se obter resultados que possam captar a realidade nordestina.

¹ Exercícios de 1989 a 1990 – valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 – valores atualizados pelo US\$ (comercial/venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercícios de 1992/1995 – valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercícios de 1996/2008 – valores correntes.

2. SUMÁRIO EXECUTIVO

1. As operações contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, em 2008, alcançaram o montante de R\$ 7,7 bilhões, representando 329 mil operações de crédito.
2. Em termos de demanda por recursos, ao final desse ano, tinha-se um estoque de propostas em carteira no valor de R\$ 3,2 bilhões e ainda uma prospecção de negócios da ordem de R\$ 3,0 bilhões.
3. Setorialmente, os recursos do FNE foram distribuídos da seguinte forma: as atividades relacionadas com o meio rural absorveram R\$ 2,8 bilhões ou 36,2% do total contratado pelo FNE em 2008, enquanto que o setor Industrial e Turismo obteve R\$ 1,7 bilhão (22,8% do total contratado). O setor de Comércio e Serviços aportou R\$ 1,6 bilhão (20,6% do total contratado). O segmento de Infraestrutura foi beneficiado com R\$ 1,3 bilhão (16,9% do total contratado) e o setor Agroindustrial recebeu R\$ 265,6 (3,5% do total contratado).
4. As contratações no semiárido, por sua vez, totalizaram R\$ 2,7 bilhões, de forma que cerca de 596 mil produtores, agricultores familiares e empreendimentos foram beneficiados com recursos do FNE nesse território do Nordeste.
5. Os míni, micro e pequenos empreendedores receberam recursos da ordem de R\$ 1,6 bilhão. Aproximadamente 940 mil beneficiários do FNE, em 2008, pertenciam a essa categoria.
6. A agricultura familiar, por meio do PRONAF, foi beneficiada com recursos do Fundo no total de R\$ 680,8 milhões. Os empréstimos do FNE beneficiaram cerca de 887 mil pessoas pertencentes a esse Programa.
7. O FNE contratou recursos em todos os Estados de sua área de atuação. 1.950 municípios, ou 98,0% do total de municípios pertencentes à área de atuação do FNE, foram beneficiados com contratações do Fundo em 2008.
8. Está sendo realizada, atendendo a uma solicitação do Ministério da Integração Nacional, uma avaliação do FNE-Rural. Devido à abrangência do referido Programa, foram selecionadas as atividades da bovinocultura do corte, do leite e o cultivo da soja. Será adotada a metodologia de avaliação do FNE, a qual pressupõe pesquisa de campo, além da verificação dos impactos socioeconômicos aferidos através da Matriz de Insumo Produto. Desse modo, conjugam-se as abordagens qualitativas e quantitativas para a realização desta avaliação.

9. Alguns resultados, ainda preliminares, são apresentados sobre a avaliação retromencionada, a qual considerou o período de 1998 a julho de 2008. a) do total investido na bovinocultura do leite (R\$ 456,32 milhões), foram gerados R\$ 990,42 milhões em termos de produção bruta regional, e R\$ 587,35 milhões de valor adicionado na economia e mais de 87 mil ocupações na Região; b) do total de R\$ 544,46 milhões investidos na bovinocultura do corte, implicaram na geração de R\$ 1,18 bilhão na produção bruta regional, cerca de R\$ 710,32 milhões no valor adicionado e mais de 101 mil ocupações no Nordeste; c) as contratações realizadas na atividade de soja (R\$ 482,16 milhões) resultaram na geração de R\$ 1,08 bilhão em produção bruta regional, R\$ 678,66 milhões em valor adicionado e cerca de 117 mil ocupações.
10. Como resultado dos projetos financiados em 2008, estima-se um acréscimo de produção bruta regional da ordem de R\$ 19,4 bilhões; produto ou valor adicionado estimado em R\$ 11,3 bilhões; cerca de 1,3 milhão de empregos gerados; impactos no pagamento de salários de R\$ 3,0 bilhões e geração de impostos da ordem de R\$ 2,7 bilhões. Estes foram obtidos por meio da Matriz de Insumo Produto, utilizada pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE.
11. Avaliação recente, utilizando-se a metodologia de *Matching* com *Propensity Score*, abrangendo o período de 1999 a 2005, resultou que para cada quatro novos empregados contratados ao final do quinto ano após o financiamento, três foram decorrentes do FNE. Em relação à massa salarial, os impactos foram estatística e economicamente significantes, variando de R\$ 1.650,00 de acréscimo no primeiro ano após o financiamento, para R\$ 13.500,00 de adicional na folha salarial ao final do quinto ano, demonstrando a eficácia do FNE em gerar impactos sobre a renda.

3. POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE

O Nordeste brasileiro ocupa uma área de 1,5 milhão de km², equivalente a 19,5% do território nacional. Expressivo bolsão semiárido cobre a Região no interior, estendendo-se do Piauí até a Bahia, o que abrange aproximadamente 49,6% do território da Região, compreendendo as bacias do Parnaíba e São Francisco, além do sertão meridional e setentrional. Também de grande importância regional, o bioma cerrado conta com a segunda superfície (17,0% do Nordeste), e compreendendo o oeste do Maranhão, Piauí e Bahia. O litoral-mata corresponde a 13,9% do território do Nordeste, configurando-se na estreita faixa ocidental que se estende do Maranhão à Bahia. A pré-Amazônia (10,0% do Nordeste) está circunscrita ao Estado do Maranhão. Por fim, o agreste estende-se do Rio Grande do Norte à Bahia (9,5% do Nordeste).

A Região abriga 51,5 milhões de habitantes, de acordo com a contagem da população do IBGE (2007), valor que corresponde a 28,0% da população brasileira. A partir de 1970, o Nordeste vem experimentando importantes transformações na sua composição demográfica, tanto em termos de estrutura etária quanto na repartição setorial. A título de ilustração, o censo do IBGE em 2000 constatou que a população do Nordeste cresceu a taxas inferiores à média brasileira no período 1991-2000 (1,3% a.a. e 1,6% a.a., respectivamente). A contagem da população do IBGE (2007) reforça essa tendência, evidenciando uma taxa de crescimento da população brasileira em 1,2% a.a. no período 2000-2007, enquanto a taxa nordestina foi de 1,1% a.a. em igual período.

A população regional está ficando mais velha, com progressiva redução relativa dos habitantes de faixas etárias mais jovens e aumento do número de indivíduos nas faixas etárias mais velhas. De outra parte, está ocorrendo um intenso processo de urbanização, isto é, um aumento considerável da proporção da população urbana no total dos moradores (69,0% em 2000 contra 34,2% em 1960).

O censo 2000 verificou ainda uma tendência à redução do déficit migratório do Nordeste para outras regiões do Brasil, tendo-se observado inclusive aumento do número de emigrantes do Sudeste com destino ao Nordeste. Contudo, a partir da década de 1980, as migrações intrarregionais (campo-cidade) passaram a apresentar crescente importância.

Em termos econômicos e de acordo com o IBGE, o PIB da Região alcançou R\$ 311,2 bilhões em 2006, representando 13,3% do produto brasileiro, enquanto que o PIB *per capita* (R\$ 6,0 mil) correspondia a 46,9% da renda *per capita* do Brasil.

A Região experimentou excelente desempenho econômico entre 1970 e 1980, ocasião em que o PIB regional cresceu a 8,7% ao ano em média, tendo superado a taxa de crescimento do Brasil como um todo (8,6%). A partir da década de 1980, contudo, as taxas de crescimento declinaram, por conta das grandes dificuldades econômicas vivenciadas pelo Brasil, a exemplo da crise da dívida externa e elevados

índices de inflação, com rebatimentos nas crises fiscal e financeira do País, e a consequente adoção de políticas restritivas ao crescimento.

Contudo, mesmo no período das chamadas décadas perdidas (1980-1990 e 1990-2000) a economia nordestina apresentou, em alguns períodos, incremento médio anual superior à média brasileira. A partir de 2000, o desempenho do PIB do Nordeste retomou um patamar razoável de crescimento, superior à média brasileira, até 2006, embora ainda inferior em relação aos excelentes números obtidos na década de 1970 (Tabela 1). Considerando-se o período 1970 a 2007, os PIBs do Nordeste e Brasil cresceram 378,1% (média de 4,3% a.a.) e 328,7% (média de 4,0% a.a.), respectivamente.

Tabela 1 – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB – Nordeste e Brasil

Período	Nordeste (%)	Brasil (%)
1970-1980	8,7	8,6
1980-1990	2,3	1,6
1990-2000	2,0	2,5
2000-2005	4,1	2,8
2006	6,4	5,8
2007 ⁽¹⁾	4,3	3,1

Fontes: Fundação Getúlio Vargas – FGV/Centro de Contas Nacionais – IBRE (1970 a 1984) para o Brasil. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE/DPG/PSE (1970 a 1984) para o Nordeste. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Contas Regionais (2003-2006) – IBGE.

Nota: (1) Valores estimados pela Central de Informações do BNB/ETENE. Valores atualizados a preços de 2007 pelo Deflator implícito do PIB até 2006, adaptado às respectivas mudanças ocorridas no padrão monetário ao longo do período em estudo, exceto 1939. Utilizou-se o IGP-DI para a atualização de 2007.

No que se refere aos grandes setores produtivos nordestinos, verificou-se que nos últimos 50 anos a economia da Região passou por intenso processo de modernização. Assim é que em 1970, o setor agropecuário representava 22,4% do produto regional, comércio (19,4%), indústria (18,3%), e os demais serviços (39,9%). Em 2006, por sua vez, a composição do produto regional passou a ser: outros serviços (57,7%), indústria (25,3%), agropecuária (7,9%) e comércio (9,1%).

A participação da agropecuária no total do PIB regional sofreu redução, embora a agropecuária tenha se expandido, particularmente a agricultura irrigada (voltada para a produção de frutos e vegetais, inclusive para exportação), pecuária leiteira, avicultura, caprinocultura e ovinoculturas, além do aumento da produção de grãos (arroz, milho e soja).

A participação da indústria no PIB do Nordeste aumentou, merecendo destaque os segmentos químico e petroquímico, papel e celulose, veículos, material elétrico, metal-mecânica, telecomunicações, têxteis e confecções, calçados, extração de

minerais, produtos alimentícios e bebidas, além da siderurgia. Referidas indústrias praticamente inexistiam no Nordeste até meados do século XX.

Quanto aos serviços, cabe registrar o surgimento de segmentos complexos e dinâmicos, a exemplo de comunicações, tecnologia da informação, educação, saúde, turismo, atividades culturais e de lazer, transporte e armazenagem, além da expansão dos setores de alojamentos e alimentação, estabelecimentos comerciais modernos (hiper e supermercados, lojas de conveniência, *shopping centers* e lojas de departamento), serviços de logística, de planejamento e consultorias, arquitetura, engenharia e construção civil e instituições financeiras.

A infraestrutura do Nordeste expandiu-se e foi aperfeiçoada, especialmente no que se refere a geração e distribuição de energia elétrica, telecomunicações, rodovias, terminais aeroportuários, sistemas de armazenamento, tratamento e distribuição de água, redes de esgotos sanitários, centros hospitalares, universidades, sistemas de coleta de lixo e equipamentos de lazer.

Importantes mudanças ocorreram também na pauta de exportação do Nordeste. A participação de produtos industrializados cresceu em comparação com os chamados produtos básicos. De acordo com dados do Ministério da Indústria e Comércio Exterior, a participação da exportação de produtos industrializados aumentou de 45,1% (em 1980) para 76,1% (em 2008). Ocorreram ainda mudanças na tipologia dos produtos industrializados exportados, pois a Região passou a exportar itens tecnologicamente mais avançados, a exemplo de veículos, produtos petroquímicos, metalúrgicos, material elétrico e de telecomunicações, além de *softwares* e demais produtos da tecnologia da informação.

O Nordeste melhorou substancialmente seus indicadores sociais entre 1960 e 2005. De acordo com o IBGE, a taxa de mortalidade infantil foi reduzida de 154,9 por mil nascidos vivos para 42 por mil; a taxa de analfabetismo diminuiu de 59,3% para 22,0%; e a esperança de vida do nordestino aumentou de 43,5 para 68 anos. Os indicadores de saneamento básico urbano também registraram substancial melhoria, tanto que o percentual de domicílios urbanos com canalização interna de água aumentou de 70,6% em 1970 para 83,3% em 2004; e o percentual de domicílios urbanos com coleta de lixo passou de 56,2% para 77,0% no mesmo período. A rede coletora de esgotamento sanitário passou de 19,3% dos domicílios em 1970 para 35% em 2004. Conforme o **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**, em 1970 o IDH do Nordeste era de apenas 0,299 (IDH classificado como baixo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas Nações Unidas), tendo alcançado 0,682 em 2000, ou seja, IDH médio conforme as Nações Unidas.

Considerando a modernização do quadro socioeconômico do Nordeste nos últimos 50 anos, percebe-se que a Região respondeu aos instrumentos de política regional, especialmente àqueles implementados a partir de meados do século XX. Nesse sentido, a Região possui oportunidades e potencialidades que podem ser utilizadas para alavancar um novo ciclo de desenvolvimento econômico.

Por outro lado, o Nordeste apresenta algumas singularidades em relação às demais regiões brasileiras. Além da questão da base geoclimática possuir característica semiárida em praticamente metade do território, os indicadores de desenvolvimento humano são ainda precários, a exemplo das condições sanitárias, de saúde e de escolaridade. A taxa de mortalidade infantil no Nordeste é cerca de duas vezes a do Sudeste, refletindo um déficit social elevado na Região.

Tendo em vista a persistência das desigualdades intra e inter-regionais e do elevado nível de pobreza ainda existente na Região, advoga-se que o Nordeste necessita de políticas que contribuam para avançar as transformações estruturais, a exemplo de um amplo programa de reforma agrária, massificação da educação, ampliação da geração de empregos e consolidação de programas sociais. Referidas transformações estruturais devem ser acompanhadas por uma ampliação da oferta de crédito e de financiamentos para o setor produtivo.

A persistência das desigualdades inter-regionais ocorre tendo em vista ainda a existência dos chamados “vazamentos” econômicos e financeiros. Nesse sentido, o Nordeste tem sido a Região que mais transferiu renda para outras áreas do País, sendo fortemente apenado pelo funcionamento do sistema financeiro nacional.

Os bancos que atuam no Nordeste têm sido responsáveis pela transferência de parte da poupança nordestina para as outras regiões, no processo de intermediação financeira. Conforme estudo elaborado pelo ETENE, no período de dezembro de 2001 a novembro de 2007, o Nordeste foi a região que mais transferiu poupança para outras áreas, pois sua relação depósito/operação de crédito alcançou, na média, 1,53. Isso significa que para cada R\$ 1,53 de depósito captado, foi aplicado apenas R\$ 1,00 na economia nordestina, sob a forma de operação de crédito.

O Sudeste foi o grande absorvedor de poupanças. Para cada R\$ 1,00 de operação de crédito realizada, a Região contribui com apenas R\$ 0,91 de poupança captada internamente, necessitando de recursos de outras áreas para complementar o financiamento de suas operações de crédito.

Comparando-se as perdas do Nordeste com o saldo das operações de crédito do FNE, chega-se a resultados surpreendentes. Em dezembro de 1996, a estimativa das transferências realizadas pelo funcionamento do sistema bancário correspondeu a 2,02 vezes o valor do saldo das operações do FNE. Na média dos anos em que houve perdas para o Nordeste, essa relação alcançou 1,36. Isso significa que o saldo das operações do FNE deveria, em média, experimentar um crescimento de 36,0%, apenas para compensar as transferências verificadas pelo processo de intermediação financeira. Dito de outra forma, o FNE, isoladamente, não foi capaz de compensar as perdas registradas e a Região continua em desvantagem.

A atuação do Banco do Nordeste, por sua vez, tem sido diferenciada. Para o BNB, a relação depósitos/operações de crédito, sem incluir as operações com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, alcançou 0,33, na média do período em análise, a mais baixa dentre todas as instituições de crédito que

atuam na Região, indicando que para cada R\$ 1,00 de operação de crédito realizada pelo BNB é captado apenas R\$ 0,33 de depósito para o seu financiamento.

Desse modo, enquanto os demais bancos que atuam no Nordeste captam mais depósitos do que aplicam na Região, o BNB exerce papel oposto, aplicando maior volume de recursos quando comparado com a captação. Entretanto, a sua atuação não chega a ser suficiente para equilibrar essa balança e o resultado líquido continua desfavorável para o Nordeste.

O resultado anterior é altamente relevante, na medida em que mostra a importância estratégica do FNE para corrigir a distorção provocada pelo funcionamento do sistema bancário regional, neutralizando parcialmente a drenagem de recursos então apontada. Entretanto, essa inclusão não é apropriada, uma vez que a fonte de recursos do FNE não é o sistema bancário, mas sim recursos oriundos do Orçamento da União, aportados anualmente pelo Governo Federal, originários do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados, arrecadados nacionalmente.

Os resultados apresentados são extremamente relevantes, na medida em que mostram o papel estratégico exercido pelo BNB, que dentre suas funções clássicas de banco de fomento, também se destaca a capacidade de atenuar as transferências de recursos para outras regiões, realizada pelo funcionamento da intermediação financeira. Referidos resultados coloca em relevo a importância do BNB no processo de atenuação das desigualdades regionais, tornando a sociedade nordestina credora para reclamar do Governo Federal maior fortalecimento político, institucional e financeiro para a referida instituição de crédito.

4. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO FNE

As contratações do FNE no exercício de 2008 somaram em torno de R\$ 7,7 bilhões, registrando um incremento de 80,6% em relação ao exercício de 2007, ocasião em que foram contratados R\$ 4,2 bilhões. O total das contratações do FNE no período em análise, excluindo-se o PRONAF, situou-se em torno de R\$ 7,0 bilhões, com incremento de 111,0% em relação ao ano de 2007, quando essas aplicações foram da ordem de R\$ 3,3 bilhões (Tabela 2).

Esses resultados se devem ao crescimento das aplicações em todos os setores, em relação ao mesmo período de 2007: Agroindústria (111,3%); Indústria e Turismo (142,8%), Infraestrutura (197,0%) e Comércio e Serviços (76,4%). O Setor Rural obteve incremento de 34,1% das aplicações. Referido desempenho reflete o contínuo esforço do BNB em melhorar a sua performance operacional. Na conjuntura atual de crise econômica global, o FNE se torna cada vez mais um instrumento importante de suprimento de crédito ao setor produtivo, como forma de minimizar os efeitos sobre o nível da atividade econômica e de encorajamento dos agentes produtivos para

enfrentar a situação econômica adversa, para a qual o setor rural pode dar boas respostas.

Tabela 2 – FNE – Desempenho Operacional e Propostas em Carteira – Exercício de 2008

Setores e Programas	Contratações ⁽¹⁾				Valores em R\$ mil
	Nº de Operações	Quant. Benef.	Valor	%	Valor das Propostas em Carteira ⁽²⁾
RURAL	309.968	927.137	2.772.206	36,2	506.667
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL)	14.000	39.346	1.864.827	24,3	407.560
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo A)	5.747	17.241	89.473	1,2	4.096
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo B)	253.592	760.776	356.978	4,7	21.228
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo C)	16.783	50.349	80.716	1,0	98
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo D)	3.539	10.617	40.698	0,5	38
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF – Demais Grupos)	16.106	48.318	112.971	1,5	14.380
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca do Nordeste (AQUIPECA)	93	233	50.484	0,7	24.680
Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE)	107	254	170.702	2,2	34.587
Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (PROFROTA PESQUEIRA)	1	3	5.357	0,1	-
AGROINDUSTRIAL	224	224	265.559	3,5	402.984
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria Alimentar (AGRIN)	224	224	265.559	3,5	402.984
INDUSTRIAL E TURISMO	2.627	2.627	1.752.119	22,8	666.550
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL)	2.442	2.442	1.349.679	17,6	362.540
Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR)	174	174	184.900	2,4	97.683
Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE)	9	9	216.204	2,8	206.327
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (PRODETEC)	2	2	1.336	-	-
INFRAESTRUTURA	13	13	1.299.191	16,9	1.261.756
Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA)	13	13	1.299.191	16,9	1.261.756
COMÉRCIO E SERVIÇOS	16.440	16.440	1.579.520	20,6	416.886
Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços	16.427	16.427	1.578.876	20,6	414.785
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (PRODETEC)	5	5	190	-	-
Programa de Financiamento à Cultura (PROCULTURA)	8	8	454	-	-
Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE)	-	-	-	-	2.101
Total	329.272	946.441	7.668.595	100,0	3.254.843

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Coordenação Executiva e Institucional.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

(2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

Os Setores Rural e Agroindustrial absorveram, em conjunto, soma de recursos de mais de R\$ 3,0 bilhões, representando cerca de 40,0% do total contratado do FNE no período sob análise. O Setor Indústria e Turismo teve contratações de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão ou 22,8% do FNE total. No Setor de Infraestrutura foram contratados cerca de R\$ 1,3 bilhão ou 16,9% das contratações do FNE, enquanto no Setor Comércio e Serviços o volume de recursos contratados no exercício de 2008 foi de cerca de R\$ 1,6 bilhão ou 20,6% das contratações do FNE. Além disso, dos mais de 946 mil beneficiários do FNE em 2008, 98,0% foram atendidos no âmbito do FNE – Setor Rural, sendo que do total de beneficiários do setor, 99,6% pertencem à categoria de míni, micro e pequenos produtores rurais (Tabela 34).

O Setor Rural continuou sendo em 2008 o setor com maior participação nas aplicações do FNE, com valor contratado da ordem de cerca de R\$ 2,8 bilhões, representando 36,2% das aplicações do Fundo. Em relação a 2007, houve incremento de 34,1% nas aplicações (R\$ 2,1 bilhões em 2007), entretanto a participação do setor caiu de 48,6% do volume dos financiamentos realizados pelo FNE em 2007, para 36,2%, em 2008.

Do montante financiado no Setor Rural, cerca de R\$ 1,9 bilhão foram contratados no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL), com participação de 67,2% no Setor Rural e com 24,3% no FNE total, representando um incremento de 82,0% em relação ao mesmo período de 2007. No âmbito do PRONAF, foram contratados R\$ 680,8 milhões, representando 24,6% das contratações do FNE no Setor Rural e cerca de 9,0% das contratações do FNE total, com queda de 27,0% das suas contratações em relação ao ano de 2007.

Ainda no Setor Rural, destacam-se as aplicações realizadas no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca do Nordeste (AQUIPESCA), tendo sido contratados R\$ 50,5 milhões, correspondendo a 1,8% das aplicações do setor rural e a 0,7% das aplicações totais do FNE, no período, com incremento nas aplicações de 38,0% quando comparado ao mesmo período de 2007. O FNE-VERDE, programa que financia a conservação do meio ambiente, obteve contratações da ordem de R\$ 170,7 milhões, participando com 6,2% das contratações do setor e com 2,2% das contratações do FNE total, com incremento de 147,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. No Programa PROFROTA PESQUEIRA o valor contratado foi de R\$ 5,4 milhões, representando apenas 0,2% das contratações do Setor Rural e 0,2 do total contratado pelo FNE.

As contratações no Setor Agroindustrial somaram R\$ 265,6 milhões de recursos aplicados no exercício de 2008, representando 3,5% das contratações totais do FNE, com incremento de 111,3% em relação ao exercício de 2007.

As contratações do FNE no Setor Industrial e Turismo foram da ordem de R\$ 1,7 bilhão no ano de 2008, dos quais R\$ 1,3 bilhão foi aplicado no Programa de Apoio ao Setor Industrial, representando 77,0% das contratações do Setor Industrial e 17,6% das contratações globais do FNE no período, com incremento de 105,3% em relação às contratações de 2007. Quanto ao Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR), foram contratados R\$ 184,9 milhões, representando 10,6% das contratações do Setor e 2,4% das contratações do FNE no período sob análise, com incremento de 293,9% em relação ao exercício de 2007. O FNE-VERDE contou com R\$ 216,2 milhões, representando 12,3% das contratações do setor e 2,8% das contratações do FNE. O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (PRODETEC) no âmbito do Setor Industrial e Turismo, contratou duas operações que juntas representaram R\$ 1,3 milhão, o que mostra visível dificuldade na geração de demanda para esta linha de crédito, mas vale observar que em 2007 este programa não obteve nenhuma contratação.

As aplicações em Infraestrutura, através do Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA) somaram R\$ 1,3 bilhão, representando 16,9% das aplicações do FNE, com incremento de 197,0% em relação ao ano de 2007. Em relação ao Setor de Comércio e Serviços, as contratações atingiram aproximadamente R\$ 1,6 bilhão, totalizando 20,6% dos recursos aplicados pelo FNE e incremento de 76,4% em relação ao mesmo período de 2007. No âmbito do Programa de Financiamento à Cultura (PROCULTURA), o Setor contratou R\$ 454,0 mil e no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (PRODETEC), contratou R\$ 190,0 mil, valores ainda não significativos dentro do setor.

Diante das observações acima realizadas, verifica-se que o exercício de 2008 apresentou excelentes resultados operacionais, confirmando-se em todos os Setores. Apontam-se, a seguir, alguns fatores relevantes para o entendimento do desempenho apresentado pelo FNE:

1. Os excelentes resultados vêm sendo obtidos mesmo considerando o contínuo esforço e ações do BNB em aprimorar seus processos de crédito, dentre as quais se destacam: i) o maior rigor na seleção de clientes; e ii) ênfase no acompanhamento e monitoramento das operações com vistas a mitigar riscos e aumentar a margem de retorno dos ativos;
2. Cenário econômico favorável que se apresentava antes da crise atual, quando havia otimismo dos agentes nos bons indicadores da economia brasileira, mesmo quando já era conhecida a crise de crédito imobiliária americana;
3. O PRONAF, apesar da retração nas suas aplicações quando comparadas às de igual período do ano anterior, continua sendo um Programa de grande importância e alvo das prioridades do Banco, conforme espelham seus números no ano de 2008; a retração nas aplicações reflete o zelo para com a utilização de recursos do FNE, além da adequada aplicação das orientações emitidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em relação aos créditos inadimplidos nos municípios;

4. O FNE-VERDE, tanto no Setor Rural quanto no Setor Industrial obteve boa performance e evolução positiva não só em relação ao ano de 2007, mas em relação aos períodos anteriores, demonstrando uma posição cada vez mais firme do BNB em relação à questão ambiental;
5. Dentre os programas que apresentaram baixo desempenho no período, destacam-se: i) o PROFROTA PESQUEIRO – um programa que não tem conseguido deslanchar e que carece de avaliação dos condicionantes desse comportamento e ajustes, se for o caso; ii) o PRODETEC – mesmo tendo contratado duas operações, mais uma vez se confirma o baixo desempenho desse Programa, indicando a necessidade de se reavaliar o seu formato, para torná-lo atrativo aos potenciais usuários.

Com relação à demanda por recursos do Fundo, ao final do exercício de 2008, o estoque de propostas em carteira (pendentes de análise e/ou em fase de contratação) totalizou R\$ 3,2 bilhões. Referidas propostas estão distribuídas da seguinte forma: 38,8% do Setor de Infraestrutura; 20,4% do Setor Industrial/Turismo; 15,6% do Setor Rural; 12,8% do Setor Comercial e Serviços e 12,4% do Setor Agroindustrial. Cabe esclarecer que esse montante de R\$ 3,2 bilhões refere-se apenas às propostas que já se encontram em tramitação no BNB (Tabela 2).

Além das propostas em carteira, existem prospecções de negócios da ordem de R\$ 3,0 bilhões, destacando-se como estados com maiores volumes de prospecções por ordem: Ceará (R\$ 1,0 bilhão), Bahia (R\$ 805,0 milhões), Maranhão (R\$ 661,0 milhões) e Paraíba (R\$ 206,5 milhões). Em conjunto, esses estados apresentaram em 31.12.2008, volume de negócios prospectados de aproximadamente R\$ 2,7 bilhões, representando 89,0% dos negócios em vias de realização (Tabela 3).

Tabela 3 – FNE – Prospecção de Negócios – Posição: 31.12.2008

Valores em R\$ mil

Estados	Projetos em Negociação ^{(1) (2)}
Alagoas	32.360
Bahia	804.844
Ceará	1.023.524
Espírito Santo	15.417
Maranhão	660.819
Minas Gerais	40.786
Paraíba	206.473
Pernambuco	145.412
Piauí	4.800
Rio Grande do Norte	43.569
Sergipe	49.946
Total	3.027.950

Fonte: BNB – Área de Negócios.

Notas: (1) Referem-se a valores a financiar, por projeto, acima de R\$ 3,0 milhões; (2) Cartas-Consultas aprovadas, não contratadas.

O patrimônio líquido do Fundo aumentou de R\$ 22,3 bilhões, em 31.12.2007, para R\$ 25,8 bilhões em 31.12.2008, apresentando crescimento nominal de 15,8%. Referido acréscimo decorreu dos ingressos de recursos oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Integração Nacional (Tabela 4).

Tabela 4 – FNE – Demonstrativo do Patrimônio Líquido – Exercício de 2008

	Valores em R\$ mi
(1) Até 31.12.2007	22.292.717
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	21.134.322
. Resultados/Outros Valores	1.158.395
(2) No Exercício de 2008	3.528.252
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	3.931.337
. Resultado do Exercício	(399.615)
. Ajustes de Resultados de Exercícios Anteriores	(3.470)
Patrimônio Total em 31.12.2008 (1) + (2)	25.820.969

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

No exercício de 2008, o Ministério da Integração Nacional repassou ao BNB recursos transferidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para crédito ao FNE, da ordem de R\$ 3,9 bilhões (Tabela 4 e 5), com acréscimo de 22,3% em relação ao exercício de 2007, cujos repasses totalizaram cerca de R\$ 3,2 bilhões. No Gráfico 1 verifica-se que os repasses mensais de recursos em 2008 foram maiores que os repasses do ano anterior, à exceção do mês de abril em que o valor repassado foi ligeiramente inferior. O incremento nos repasses de recursos ocorreu em função do crescimento da atividade econômica do País, além do aperfeiçoamento nos sistema de arrecadação tributária, contribuindo assim para gerar maior volume de repasses em benefício do FNE.

Tabela 5 – FNE – Ingressos Mensais de Recursos – Exercício de 2008

Valores em R\$ mil

Mês	Ingressos	Ingressos Acumulados
Janeiro	336.217	336.217
Fevereiro	325.912	662.129
Março	334.677	996.806
Abril	273.830	1.270.636
Mai	366.588	1.637.224
Junho	311.439	1.948.663
Julho	323.638	2.272.301
Agosto	338.640	2.610.941
Setembro	298.223	2.909.164
Outubro	283.968	3.193.132
Novembro	359.650	3.552.782
Dezembro	378.555	3.931.337

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

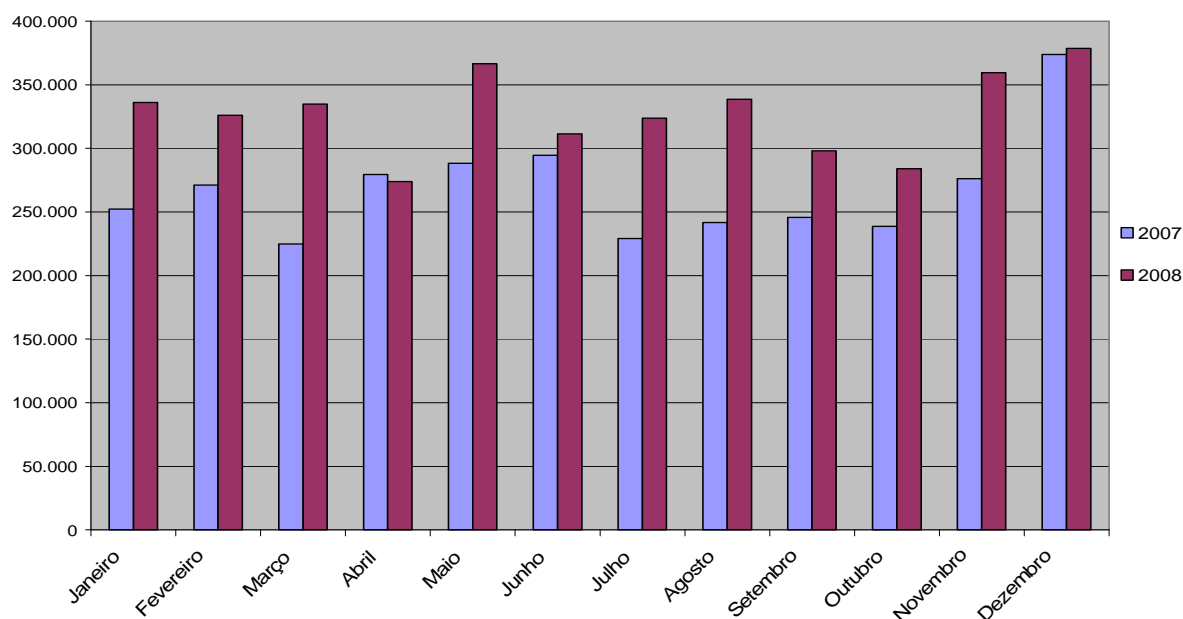


Gráfico 1 – FNE – Ingressos Mensais (R\$ Mil) de Recursos – Exercício de 2007 e 2008

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Os reembolsos dos recursos emprestados aumentaram de R\$ 2,4 bilhões em 2007, para R\$ 3,0 bilhões em 2008, com incremento nominal de 28,2%. As disponibilidades do FNE apresentaram acréscimo ao final do exercício de 2008, de

3,0% em relação ao final do exercício de 2007. Mencionadas disponibilidades totalizaram R\$ 4,6 bilhões ao final de 2008, dos quais R\$ 3,4 bilhões representados por valores a liberar por conta de operações já contratadas, restando, pois, R\$ 1,2 bilhão para contratação de novos financiamentos (Tabela 6).

Tabela 6 – FNE – Demonstrativo das Variações das Disponibilidades – Exercício de 2008

	Valores em R\$ mil
Disponibilidades em 31.12.2007	4.452.552
Disponibilidades para Novas Contratações	2.367.399
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	2.085.153
Disponibilidades em 31.12.2008	4.587.385
Disponibilidades para Novas Contratações	1.220.180
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	3.367.205
Variação das Disponibilidades	134.833
- Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	3.931.337
- Remuneração das Disponibilidades	554.031
- Reembolsos Ops. Crédito/Repasses (Líquido Bônus Adimplência)	3.056.841
- Ressarcimento Parcelas de Risco pelo BNB	126.440
- Recebimento de Valores Baixados como Prejuízo	49.558
- Desembolsos de Ops. Crédito/Repasses	(6.247.514)
- Cobertura Ops. p/Fundos de Aval	338
- Cobertura Ops. Programa da Terra p/INCRA	7.376
- Cobertura de Ops. pelo PROAGRO	10.101
- Cobertura de Ops. p/Fundos de Risco	486
- Taxa de Administração	(703.161)
- Del credere do BNB	(409.389)
- Del credere Instituições Operadoras	(3.592)
- Remuneração do BNB sobre operações PRONAF	(56.309)
- Prêmio de Performance do BNB sobre operações PRONAF	(62)
- Despesa Auditoria Externa	(45)
- Rebate de Principal de Ops. Lei 10.193/2001 – FAT/BNDES – Estiagem 98	(364)
- Bônus/Dispensas Ops. em PJ-Parcelas Risco BNB-Reneg. Leis 11.322/11.775	(2.325)
- Encargos por Inadimplência Transferidos para o BNB	(833)
- Conversão de Ops. para o FNE – Lei 10.464/10.696	(9.150)
- Aquisição de Ops. pelo FNE – Lei 11.322	(33.208)
- Reclassificação Ops. Outras Fontes para FNE – Lei 11.775	(88.707)
- Devolução ao BNB Ops. PJ Renegociadas – Parcela Risco BNB	(30.019)
- Bônus/Dispensa Reclassif/Aquisição de Oper. pelo FNE – Lei 11.322/11.775	(16.033)

- Transferência Adicional PROAGRO s/Ops. FNE	(1.459)
- Outros Eventos	495
Total	134.833

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

4.1 Contratações Setoriais

As contratações setoriais do FNE no exercício de 2008 sofreram algumas alterações quando comparadas com o exercício de 2007, com forte incremento nas aplicações em todos os setores. O meio rural continuou recebendo tratamento diferenciado por parte do Banco do Nordeste, de forma que as aplicações rurais continuaram se destacando no quadro de financiamentos do Fundo. Assim é que 36,2% do total contratado foram investidos no Setor Rural (Tabela 7). Apesar da participação do Setor ter sofrido redução (obteve 48,6% em 2007), considera-se importante o estímulo ao Setor Rural. O fortalecimento do meio rural é crucial para o desenvolvimento sustentável das economias do Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, objetivando inclusive a redução das migrações do campo para as cidades. Afora isso, a crise mundial de alimentos tem exigido amplo esforço do Governo Federal no apoio à agricultura, estratégico não apenas para atender à demanda, mas também para conter o processo inflacionário. Portanto, o BNB, por intermédio do FNE, assume na sua área papel cada vez mais importante como agente do Governo Federal para a Região, no cumprimento dessa estratégia de superação da crise de alimentos, uma oportunidade para os agentes de negócios do meio rural.

Diferentemente do ano de 2007, quando o Setor de Comércio e Serviços ocupava a segunda colocação no *ranking* das aplicações setoriais, em 2008 o setor Industrial/Turismo assume essa posição com 22,8% das aplicações do Fundo. O Setor de Comércio e Serviços apresentou pequena redução em sua participação nas aplicações do FNE, respondendo em 2008 por 20,6% das aplicações, enquanto em 2007 esse percentual foi de 21,1%, ocupando, assim, a terceira colocação entre os setores financiados pelo FNE (Tabela 7).

Tabela 7 – FNE – Participação Setorial nas Contratações ⁽¹⁾

Em Porcentagem

Ano	Rural	Agroindustrial	Industrial/Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total
1998	85,8	1,2	13,0	-	-	100,0
1999	78,3	0,9	20,8	-	-	100,0
2000	69,6	1,0	29,4	-	-	100,0
2001	48,6	2,1	47,6	-	1,7	100,0
2002	76,3	0,6	13,7	-	9,4	100,0
2003	45,1	2,1	43,4	-	9,4	100,0
2004	40,4	1,4	16,9	23,8	17,5	100,0
2005	50,4	3,4	23,4	13,2	9,6	100,0
2006	50,5	2,7	22,5	9,3	15,0	100,0
2007	48,6	3,0	17,0	10,3	21,1	100,0
2008	36,2	3,5	22,8	16,9	20,6	100,0

Fonte: BNB – Ambiente Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

As primeiras contratações do FNE em Infraestrutura foram realizadas no ano de 2004, observando-se desde então significativa participação desse Setor. Apesar de ter apresentado crescimento na participação das contratações do Fundo, o setor manteve a quarta posição obtida em 2007, tendo sido responsável por 16,9% das contratações do FNE, incremento de 6,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Trata-se de um considerável aporte de recursos na ampliação e modernização da infraestrutura da área de atuação do Fundo, de fundamental importância para o aumento da competitividade do setor produtivo regional. O Setor Agroindustrial continua ocupando a quinta posição nas aplicações do FNE, tendo ampliado sua participação de 3,0% no ano de 2007, para 3,5% no exercício de 2008 (Tabela 7).

4.1.1 Setor Rural

As contratações do FNE – Setor Rural no exercício de 2008 totalizaram cerca de R\$ 2,8 bilhões, representando 36,2% das aplicações do FNE, com incremento de 34,1% em relação ao mesmo período de 2007. No exercício de 2007, as aplicações do FNE – Setor Rural foram de cerca de R\$ 2,1 bilhões, representando participação de 48,6% das aplicações do Fundo. Assim, apesar do incremento apresentado no exercício de 2008 em relação ao mesmo período de 2007, a participação relativa dos financiamentos do setor no período sob análise foi menor do que o constatado em

2007. A quantidade de beneficiários, entretanto, atingiu 927 mil, representando 97,9% dos beneficiários em todo o FNE.

A esse respeito, considere-se o cuidado do BNB quanto ao retorno das aplicações realizadas pelo Fundo, ao passo em que outros setores demandaram maior volume de recursos. Apesar disso, o Banco vem adotando política de estímulo ao financiamento aos agricultores familiares e aos míni e pequenos produtores rurais.

O incremento nas aplicações do FNE – Setor Rural confirmam o que já se vislumbrava ao final de 2007, ante o expressivo volume de propostas em carteira. Da mesma forma, vislumbram-se importantes incrementos nas aplicações para 2009, diante do significativo incremento de propostas em carteira em 31.12.08, cujo incremento foi de 40,9% em relação ao ano de 2007 (Tabela 2).

Registre-se ainda que o FNE – Setor Rural (excluindo o PRONAF) registrou aplicação da ordem de R\$ 2,1 bilhões, representando incremento de 84,5% no volume de contratações em relação ao mesmo período de 2007, cujo volume de aplicações foi de R\$ 1,1 bilhão (Tabela 2).

Dos recursos aplicados no FNE – Setor Rural no ano de 2008, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural obteve a melhor performance, totalizando cerca de R\$ 1,9 bilhão de aplicações, correspondente a 67,2% dos recursos aplicados no referido setor e 24,3% das aplicações do FNE. Em seguida, vem o PRONAF no qual foram aportados R\$ 680,8 milhões, respondendo por 24,6% das aplicações do FNE – Setor Rural e 8,9% do total do FNE.

No ano em análise, o FNE atendeu a 946.441 beneficiários. Deste total, o setor rural respondeu por 98,0% (927.137 beneficiários). O PRONAF, programa de largo alcance econômico e social, respondeu no período analisado por 95,7% dos beneficiários do FNE – Setor Rural e por 93,7% dos beneficiários do FNE (Tabelas 2 e 10).

No que tange às aplicações por atividades no período em análise, a pecuária foi contemplada com recursos da ordem de R\$ 1,0 bilhão, respondendo por 36,4% das contratações do FNE – Setor Rural e por 13,1% das aplicações do FNE. Observou-se redução das aplicações de 6,7% em relação ao mesmo período de 2007. No exercício de 2007, a pecuária apresentou participação de 52,1% e 25,3% no Setor Rural e no total do FNE, respectivamente, havendo, portanto, redução destas participações em 2008.

Na agricultura de sequeiro e irrigada, o volume de recursos contratados foi em torno de R\$ 1,4 bilhão, respondendo por 49,3% das contratações do setor e por 17,7% das aplicações do Fundo, em 2008. O volume de recursos aplicados obteve incremento de 87,8% em relação ao mesmo período do de 2007 (R\$ 726,2 milhões).

Juntas, as atividades agropecuárias excluindo-se aquicultura e pesca, responderam no exercício de 2008 por 85,7% dos recursos aplicados no FNE – Setor

Rural e por 30,9% das aplicações totais do FNE. Em relação ao ano de 2007, houve uma queda nestas participações, as quais representaram 87,3% e 42,4%, respectivamente. Essa queda, entretanto pode estar relacionada à queda nas aplicações do PRONAF e à melhoria da performance nas contratações realizadas por outros programas (Tabela 8).

Tabela 8 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Rural – Exercício de 2008

Atividades	Valor	Valores em R\$ mil	
		% Setor	% FNE
PECUÁRIA	1.005.349	36,4	13,2
Bovinocultura	736.208	26,6	9,6
Avicultura	105.452	3,8	1,4
Ovinocaprinocultura	102.579	3,7	1,3
Suinocultura	47.553	1,7	0,6
Apicultura	6.359	0,2	0,1
Equinocultura	1.112	0,0	0,0
Bubalinocultura (Búfalo)	224	0,2	0,1
Outras Atividades ⁽²⁾	5.862	0,2	0,1
AQUICULTURA E PESCA	56.439	2,0	0,7
Carcinicultura	47.583	1,7	0,6
Piscicultura	8.856	0,3	0,1
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	1.024.623	37,0	13,2
Grãos	575.208	20,7	7,5
Fibras e Têxteis	302.371	10,9	3,9
Fruticultura	53.175	1,9	0,7
Gramíneas	56.863	2,1	0,7
Raízes e Tubérculos	16.015	0,6	0,2
Bebidas e Fumos	19.098	0,7	0,2
Outras Atividades ⁽³⁾	1.893	0,1	0,0
AGRICULTURA IRRIGADA	339.449	12,3	4,5
Fruticultura	112.547	4,1	1,5
Bebidas e Fumo	101.520	3,7	1,3
Gramíneas	42.562	1,5	0,6
Grãos	42.989	1,6	0,6
Fibras e Têxteis	23.975	0,9	0,3
Olericultura	11.896	0,4	0,2
Raízes e Tubérculos	2.728	0,1	0,0

Atividades	Valor	Valores em R\$ mil	
		% Setor	% FNE
Flores	402	0,0	0,0
Oleaginosas	453	0,0	0,0
Mudas e Sementes	270	0,0	0,0
Cactáceas	88	0,0	0,0
Outras Atividades ⁽⁴⁾	19	0,0	0,0
OUTRAS ATIVIDADES RURAIS	346.346	12,5	4,5
Processamento e Benef. Cana-de-Açúcar	71.356	2,6	0,9
Florestamento e Reflorestamento	124.316	4,5	1,6
Total	2.772.206	100,0	36,2

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades pecuárias referem-se à criação de animais, sericultura, avestruz, ranicultura e microcrédito rural (diversos). (3) Outras atividades agrícolas de sequeiro referem-se à olericultura, extração vegetal, oleaginosa, especiarias e leguminosas. (4) Outras atividades agrícolas irrigadas referem-se a plantas ornamentais, especiarias e leguminosas. (5) As atividades não-agrícolas no rural referem-se a serviços auxiliares à agropecuária, à caça e à pesca, à intermediação financeira, ecologia, silvicultura, dentre outras.

A aquicultura e pesca cujas aplicações no exercício de 2008 totalizaram R\$ 56,4 milhões, responderam por apenas 2,0% das aplicações dirigidas ao FNE – Setor Rural e por 0,7% das aplicações totais do Fundo, no período em referência. Tais participações são ligeiramente inferiores às constatadas no exercício de 2007, as quais foram 2,1% e 1,0%, respectivamente. Esse comportamento pode ter como fontes explicativas o aumento da oferta mundial de camarões com consequente queda dos preços no mercado internacional, associados à queda na taxa de câmbio, com forte desestímulo à atividade. Esses fenômenos têm exigido rápido ajustamento do setor, um novo arranjo no sistema produtivo regional e esforço de venda em novos mercados, especialmente no âmbito nacional. Não obstante as dificuldades conjunturais e que podem se agravar com a crise mundial, trata-se de uma atividade que opera com alto padrão tecnológico e gestão profissionalizada, o mercado interno é crescente, fatores que, no futuro, podem fazer a diferença para a atividade.

As outras atividades rurais financiadas foram responsável por 12,5% das contratações do Setor Rural, o que representou crescimento em relação ao mesmo período de 2007, quando essa participação foi de 10,6%. No que se refere à participação nas contratações do FNE, essas atividades apresentaram redução sendo sua participação de 4,5% em 2008 e 5,2% em 2007.

A principal atividade pecuária financiada no âmbito do FNE continua sendo a bovinocultura, que respondeu por 26,6% das aplicações do Setor Rural e por 9,6% das aplicações do FNE no período sob análise. Não obstante esta constatação, houve queda nas aplicações da pecuária bovina de R\$ 812,7 milhões no exercício de 2007, para R\$ 736,2 milhões aplicados no exercício de 2008, redução de 9,4%. Esses resultados e os que vêm se constatando nos últimos anos, parecem indicar uma

tendência de redução relativa do volume de recursos destinados à pecuária bovina, possivelmente pelo ingresso de novos segmentos econômicos na pauta dos financiamentos, além do ajuste natural do setor com seleção daqueles empreendimentos mais competitivos. A maior participação de outras atividades é considerada positiva, reflexo do estímulo à pluriatividade no meio rural.

A avicultura participou com 3,8% das aplicações do setor e 1,4% do total do Fundo, apresentando um incremento de mais de 100,0% em relação ao período anterior. A ovinocaprinocultura totalizou 3,7% e 1,3%, respectivamente das contratações do Setor – Rural e do FNE. A suinocultura obteve 1,7% dos recursos do FNE – Setor Rural, e 0,6% do total do FNE. Estes percentuais foram inferiores aos apresentados no mesmo período de 2007, totalizando 2,6% e 1,3%, respectivamente. Outras atividades também foram financiadas no citado período, conforme Tabela 8.

As atividades agrícolas que obtiveram os maiores volumes de recursos aplicados no período foram grãos (22,3%), fibras e têxteis (11,8%) e fruticultura (6,0%), com aplicações de R\$ 618,2 milhões, R\$ 326,3 milhões e R\$ 165,7 milhões, respectivamente. Juntas, essas atividades responderam por 81,4% das aplicações na agricultura, no exercício de 2008. Observe-se que, em relação ao mesmo período de 2007, houve incremento das aplicações em grãos da ordem de 159,4%; em fibras e têxteis em torno de 71,8% e em fruticultura da ordem de 23,5%. Além das atividades citadas, bebidas/fumo, gramíneas e raízes/tubérculos registraram aplicações de R\$ 120,6 milhões, R\$ 99,4 milhões e R\$ 18,7 milhões, respectivamente.

Fazendo-se a análise por segmento, a agricultura de sequeiro participou no exercício de 2008 com 37,0% das aplicações no FNE – Setor Rural e com 13,2% das aplicações do FNE, resultando em mais de R\$ 1,0 bilhão, contra R\$ 561,5 milhões contratados no mesmo período de 2007, com incremento de 82,5% nas aplicações entre os dois períodos. As atividades que receberam os maiores volumes de recursos no ano de 2008 foram: grãos, fibras/têxteis, gramíneas e fruticultura com aporte de recursos da ordem de R\$ 575,2 milhões; R\$ 302,4 milhões; R\$ 56,9 milhões e R\$ 53,2 milhões, respectivamente, participando com 20,7%; 10,9%, 2,1% e 1,9% das aplicações do FNE – Setor Rural, respectivamente.

Participando com 12,3% e 4,5% das contratações do FNE – Setor Rural e do FNE total, respectivamente, a agricultura irrigada totalizou, em 2008, R\$ 339,4 milhões, 106,1% superior ao volume de recursos aplicados em 2007, o qual totalizou R\$ 164,7 milhões. As atividades que receberam os maiores volumes de aplicações realizadas pelo FNE – Setor Rural no período foram fruticultura (R\$ 112,5 milhões); bebidas e fumo (R\$ 101,5 milhões), grão (R\$ 43,0 milhões); e gramíneas (R\$ 42,6 milhões). Mencionadas atividades responderam no período por 4,1%; 3,7%; 1,6% e 1,5% das aplicações do Setor Rural, respectivamente.

Quanto às outras atividades rurais, seu bom desempenho está associado à atividade de florestamento e reflorestamento que participou com 4,5% das aplicações do FNE – Setor Rural, uma atividade importante no contexto ambiental. Outra razão dessa performance foi a inclusão de processos de beneficiamento de cana-de-açúcar.

Os financiamentos do FNE – Setor Rural dirigidos ao Semiárido totalizaram R\$ 999,9 milhões ao final do exercício de 2008, contra R\$ 919,7 milhões no exercício de 2007, representando incremento de 8,7% nas aplicações. Registre-se ainda que, do total de recursos aplicados pelo FNE no Semiárido em 2008, ou seja, R\$ 2,7 bilhões, o FNE – Setor Rural contribuiu com 36,9% dessas aplicações. Enquanto isso, as contratações do FNE – Setor Rural fora do Semiárido, no exercício de 2008, foram da ordem de R\$ 1.772,3 milhões, representando 35,7% das aplicações dos recursos do FNE nessa Região, as quais totalizaram, em torno de R\$ 4.957,6 milhões (Tabelas 1 A e 2 A).

Os estados que apresentaram as melhores performances em aplicações de recursos no Semiárido em 2008, no âmbito do FNE – Setor Rural, foram o Ceará, com 24,0% do total aplicado nessa região, seguido de Bahia com 19,3% e de Pernambuco com 13,8%. Também foram representativas as participações dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Piauí.

O FNE – Setor Rural destinou R\$ 987,7 milhões aos míni, micro e pequenos produtores no ano de 2008, representando 35,6% dos recursos deste setor, atendendo a 923.865 beneficiários ou 99,6% dos beneficiários do Setor Rural. Aos médios produtores foram destinados R\$ 213,6 milhões ou 7,7% dos recursos contratados no âmbito do FNE – Setor Rural, atendendo a 2.360 beneficiários ou 0,3% do total de beneficiários nesse setor. Aos grandes foram destinados aproximadamente R\$ 1,6 milhão, representando 56,7% dos recursos contratados no setor, atendendo a 912 beneficiários ou 0,1% do total de beneficiários (Tabelas 34 e 35).

Os onze estados da área de atuação do Fundo Constitucional receberam recursos do FNE – Setor Rural, sendo que este segmento possui a maior capilaridade em termos de acesso ao crédito dentre os setores do FNE. Assim, dos 1.989 municípios da área de atuação do FNE, 1.930 municípios foram beneficiados com recursos do FNE – Setor Rural, representando 97,0% dos municípios da área de atuação do Fundo (Tabelas 36 e 37).

Os estados que obtiveram os maiores volumes de recursos do FNE – Setor Rural foram Bahia (R\$ 854,2 milhões); Maranhão (R\$ 487,8 milhões); Ceará (R\$ 280,6 milhões) e Minas Gerais (R\$ 278,9 milhões). Juntos, referidos estados obtiveram 68,6% dos recursos aplicados no Setor Rural. Por outro lado, os estados com menor desempenho em aplicações foram Espírito Santo (R\$ 45,3 milhões), Paraíba (R\$ 71,0 milhões); Sergipe (R\$ 94,4 milhões) e Alagoas, com R\$ 99,4 milhões (Tabela 9).

Tabela 9 – FNE – Setor Rural – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2008

Estado	Valores em R\$ mil	
	Valor	%
Alagoas	99.382	3,6
Bahia	854.163	30,8

Valores em R\$ mil

Estado	Valor	%
Ceará	280.559	10,1
Espírito Santo	45.315	1,6
Maranhão	487.808	17,6
Minas Gerais	278.952	10,1
Paraíba	71.069	2,6
Pernambuco	198.022	7,1
Piauí	221.425	8,0
Rio Grande do Norte	141.140	5,1
Sergipe	94.371	3,4
Total	2.772.206	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entenda-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

4.1.1.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O PRONAF foi criado em 1995, inicialmente como uma linha de crédito de custeio, mas somente em 1996 adquiriu características de programa governamental, passando a integrar o Orçamento Geral da União. Assim, foi criado através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, e teve suas normas consolidadas na Resolução nº 2.310, de 29 de agosto de 1996. Vinculado institucionalmente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o PRONAF representa a culminância de um processo liderado pelas organizações sociais dos trabalhadores rurais brasileiros que obteve ressonância nas instâncias internas do Governo Federal.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) tem como finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda, através do apoio financeiro às atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante o emprego direto da força de trabalho da família produtora rural.

Entendem-se como atividades não-agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar.

O público-alvo do PRONAF é classificado por grupos ou modalidades, com especificidades próprias no que se refere às taxas de juros, limites de financiamento, bônus de adimplência, público-alvo e finalidades, dentre outros aspectos. Para efeito de classificação dos agricultores familiares nos grupos do PRONAF, são excluídos, da composição da renda familiar, os benefícios sociais e os proventos da Previdência Rural.

É importante salientar que o PRONAF é um programa em permanente construção. Assim, desde sua criação o programa tem passado por uma série de modificações, que se destinam ao atendimento das reivindicações de seu público-alvo.

Quanto ao BNB, na qualidade de principal financiador do PRONAF na Região, o programa é operacionalizado com uma proposta de desenvolvimento rural. Essa proposta tem como objetivo contribuir para uma organização maior das ações do Governo Federal, para que sejam criadas e fortalecidas as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva do meio rural, a melhoria da qualidade de vida desses agricultores e o pleno exercício da cidadania no campo.

Descrevem-se, abaixo, as modalidades e finalidades de crédito, classificadas pelo Governo Federal:

PRONAF Grupo A – Crédito na modalidade de investimento para agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) ou que ainda não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF.

PRONAF Grupo A/C – Refere-se ao crédito de custeio, isolado ou vinculado, a agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Microcrédito Produtivo Rural (PRONAF Grupo B) – É a linha de microcrédito estabelecida para combater a pobreza rural. Os recursos de investimentos são destinados a agricultores com renda anual familiar bruta de até R\$ 5,0 mil. Os créditos atendem às atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, assim como implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários, entendendo-se por prestação de serviços as atividades não-agropecuárias como turismo rural, produção de artesanato ou outras atividades compatíveis com o melhor emprego da mão-de-obra familiar no meio rural. Os financiamentos para custeio agrícola são exclusivos para a cultura de mamona, solteira ou consorciada, para agricultores que explorem tal cultura em regime de parceria ou integração com indústrias de biodiesel, consorciada, para agricultores que explorem tal cultura em regime de parceria ou integração com indústrias de biodiesel.

PRONAF Agricultores Familiares (Comum) – É uma linha de crédito destinada a agricultores que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação da DAP acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e até R\$110.000,00 (cento e dez mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. As taxas de juros são definidas pelo valor financiado.

Modalidades Especiais de Crédito:

Custeio do Beneficiamento, Industrialização de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar (Pronaf Agrinf) – Linha de crédito de apoio financeiro às atividades agropecuárias e não-agropecuárias de agricultores familiares, mediante o financiamento de custeio do beneficiamento e industrialização de produção própria e/ou de terceiros, inclusive aquisição de embalagens, rótulos, condimentos, conservantes, adoçantes e outros insumos, formação de estoques de insumos, formação de estoques de matéria-prima, formação de estoque de produto final e serviços de apoio à comercialização, adiantamentos por conta do preço de produtos entregues para venda, financiamento da armazenagem e conservação de produtos para venda futura em melhores condições de mercado.

Crédito para Cotas-parte de Agricultores Familiares Cooperativados (Pronaf Cota-Parte) – Beneficia agricultores familiares filiados a cooperativas de produção de produtores rurais que tenham, no mínimo, 90,0% dos associados ativos classificados como agricultores familiares, e que tenham patrimônio líquido de, no mínimo, R\$ 50 mil e máximo de R\$ 3 milhões. Financia a integralização de cotas-parte, aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Pronaf Agroindústria) – Trata-se de crédito de apoio a atividades agropecuárias e não-agropecuárias de agricultores familiares, mediante o financiamento de investimento, inclusive em infraestrutura, que vise o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.

Crédito de Investimento Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta) – Estimula a implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental e enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada, com o plantio de uma ou mais espécies florestais, nativas do bioma.

Crédito de Investimento para Obras Hídricas e Produção para Convivência com o Semiárido (Pronaf Semiárido) – Trata-se de investimento em projetos de convivência com o semiárido, focado na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação

ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários.

Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher) – Linha de crédito dirigida às mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no PRONAF, independentemente de sua condição civil. A mesma unidade familiar de produção pode contratar até 2 (dois) financiamentos ao amparo do Pronaf Mulher.

Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem) – Refere-se à linha de investimento para jovens agricultores e agricultoras familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Crédito de Investimento para Agroecologia (Pronaf Agroecologia) – Financiamento dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.

Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (PRONAF ECO) – Destina-se a investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura, adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo.

Crédito de Investimento para Produção de Alimentos (PRONAF-Mais Alimentos) – Destinado ao financiamento de projetos de investimento de empreendimentos rurais voltados à produção de milho, feijão, arroz, trigo, mandioca, olerícolas, frutas, leite, caprinos e ovinos.

É importante observar que as regras para o PRONAF são as definidas no Plano Safra 2008/2009 que disponibilizou R\$ 13 bilhões para financiamentos e trouxe alterações para o programa. Assim, no primeiro semestre de 2008 o programa possuía os grupos C, D e E, que a partir de 1º de julho de 2008 foram unificados numa categoria intitulada PRONAF Agricultores Familiares ou PRONAF-Comum.

Outra novidade foi a criação de uma linha especial de crédito para investimento de longo prazo intitulada MAIS ALIMENTOS. Esta linha de crédito destina-se a agricultores familiares enquadrados no PRONAF, exceto os classificados nos Grupos "A", "A/C" e "B", recursos para investimentos em infraestrutura produtiva, o que inclui ações como compra de máquinas e equipamentos, correção de solos, irrigação, plasticultura, armazenagem, formação de pomares, formação de sistemas agroflorestais e melhoria genética, entre outros. Até 2010, a linha de crédito MAIS ALIMENTOS vai disponibilizar R\$ 25,0 bilhões. O limite de crédito é de R\$ 100,0 mil para cada agricultor,

que poderá pagar financiamento em até dez anos, com até três anos de carência e juros de 2% ao ano.

No caso específico de operações de custeio e/ou investimento contratado com recursos do FNE – Fundo de Financiamento do Nordeste, destinado à agricultura familiar, o proponente poderá escolher a taxa prevista pelo programa ou optar pela taxa efetiva de juros estabelecida para míni produtores rurais pela Lei nº 10.177/2001 e **Decreto 6.367/2008**: 5% a.a., reajustável periodicamente pelo Governo Federal, com bônus de adimplência sobre os juros de 25%, para empreendimentos localizados no semiárido, e de 15%, para empreendimentos localizados fora do semiárido, concedidos exclusivamente se o mutuário pagar as prestações (juros e principal) até as datas dos respectivos vencimentos.

O Banco do Nordeste é atualmente o principal agente financeiro do PRONAF no Nordeste, tendo sob sua responsabilidade 60,7% dessa modalidade de crédito na Região. Em relação ao Brasil, a participação do BNB é de aproximadamente 8,9%².

As aplicações realizadas pelo BNB no PRONAF no ano de 2008 alcançaram R\$ 739,7 milhões, dos quais, R\$ 680,8 milhões foram financiados através do FNE, correspondendo a 92,0% dos recursos aplicados no PRONAF. Este valor representou 8,9% do total financiado pelo FNE em 2008 (Tabela 2).

Outra fonte utilizada no financiamento do PRONAF foram recursos provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional-STN, que participou com 8,0% dos investimentos realizados no programa. Foram atendidas 887.301 pessoas no período, representando 93,7% do total de beneficiários do FNE. Considera-se como beneficiário o agricultor tomador do empréstimo e sua família, estimando-se, em média, três pessoas por família (Tabela 10).

Tabela 10 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no PRONAF – Exercício de 2008

Grupo	Nº de Beneficiários	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
PRONAF-Grupo A	17.241	1,9	89.473	13,1
PRONAF-Grupo B	760.776	85,7	356.978	52,4
PRONAF-Grupo C	50.349	5,7	80.716	11,9
PRONAF-Grupo D	10.617	1,2	40.698	6,0
PRONAF-Grupo A/C	5.469	0,6	4.180	0,6

² FONTE: Secretaria da Agricultura Familiar (2009).

BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES.

Dados atualizados BACEN: Até 06/2008; BANCOOB: Até 09/2008; BANCO COOPERATIVO SICREDI: Até 12/2008; BASA: Até 11/2008; BB: Até 11/2008; BNB: Até 11/2008 (Ambiente de Controle de Operações de Crédito) e BNDES: Até 07/2006 — Últimos três meses sujeitos a alterações.

<<http://www.mda.gov.br/saf>> Acesso em: 10/02/2009.

Valores em R\$ mil

Grupo	Nº de Beneficiários	%	Valor	%
PRONAF-Semiárido	10.416	1,2	17.654	2,6
PRONAF-Mulher	7.710	0,9	16.316	2,4
PRONAF-Agricultores Familiares (Comum)	23.313	2,6	69.118	10,2
PRONAF-Demais Grupos	1.410	0,2	5.702	0,8
Total	887.301	100,0	680.835	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em relação aos recursos do FNE aplicados nos Grupos do PRONAF, observa-se que o Grupo B, a linha de microcrédito para combater a pobreza rural, tem a maior representatividade dos recursos (52,4%) contratando R\$ 357,0 milhões e financiando 760.776 pessoas.

Observe-se que até o primeiro semestre de 2008 o programa possuía os grupos C, D e E, os quais, a partir de 1º de julho de 2008 foram unificados numa categoria intitulada PRONAF-Agricultores Familiares ou Comum. Assim, no ano de 2008 foram contratados nos grupos C e D R\$ 121,4 milhões, financiando 60.966 pessoas. Estes dois grupos receberam juntos, 17,9% dos recursos do FNE destinados ao PRONAF. Já no PRONAF-Agricultores Familiares (Comum), foram investidos R\$ 69,1 milhões e financiando 23.313 produtores.

Registre-se o montante contratado no Grupo A (R\$ 89,5 milhões), cujos valores foram destinados aos agricultores assentados pelos programas de reforma agrária, objetivando a estruturação de suas unidades produtivas. Foram beneficiadas com recursos do FNE 17.241 pessoas pertencentes a esse grupo, no ano de 2008.

Além dos grupos acima, o PRONAF-Semiárido participou com R\$ 17,6 milhões, beneficiando 10.416 agricultores; o PRONAF-Mulher totalizou R\$ 16,3 milhões e 7.710 beneficiárias; e o PRONAF A/C, R\$ 4,2 milhões e 5.469 beneficiados. O Grupo D, existente até o primeiro semestre de 2008, está representado no PRONAF Demais Grupos, o qual totalizou R\$ 5,7 milhões de recursos do FNE.

Observe-se que a participação dos recursos do FNE dirigidos ao PRONAF em 2008 sofreu uma redução em relação a 2007, cujas contratações totalizaram 22,0% do total do FNE naquele ano. Esta redução decorre das medidas preventivas instituídas pela Secretaria de Agricultura Familiar para a redução da inadimplência do Grupo B, além das dificuldades nas aplicações do PRONAF A cuja meta anual é de aproximadamente R\$ 400 milhões. Estas dificuldades estão relacionadas ao processo de financiamento no grupo, o qual se inicia com o envolvimento de entidades externas

ao Banco, a exemplo do INCRA e as Unidades Técnicas Estaduais, demandadoras das contratações a serem realizadas no âmbito do PRONAF Grupo A. Assim, uma maior participação de financiamento no Grupo A está diretamente relacionada a uma maior demanda destas entidades.

Ademais, outras ações estão sendo adotadas pelo Banco, como: maior controle relacionado aos municípios com elevada inadimplência; e, retorno à exigência de algumas garantias de operações que envolvem risco financeiro para o Banco. Estas medidas que retratam o zelo para com o Fundo, têm provocado a retração dos negócios no âmbito do PRONAF.

A prioridade estratégica atribuída pelo BNB ao programa levou à adoção de uma série de medidas com vistas à sua desburocratização, imprimindo maior agilidade ao processo de concessão de crédito. Assim, registra-se que o BNB, através da Área de Agricultura Familiar e Programas de Crédito Fundiário, implementou diversas ações em 2008, visando principalmente à qualificação do crédito e melhoria dos índices de adimplência:

- Instituição, em cada estado, de um grupo de acompanhamento do PRONAF, com a participação do BNB, MDA, movimentos sociais e representantes do governo;
- Realização de convênio com os Órgãos Oficiais de Assistência Técnica do Nordeste, que irão prestar serviço a cerca de 300 mil agricultores familiares, faltando apenas os estados do Piauí e Alagoas;
- Elaboração, pelo gerente da agência e gerente de suporte a negócio, de plano mensal de ação, contendo o cronograma de visitas a agricultores financiados pelo programa e outras ações;
- Condicionamento do financiamento à bovinocultura e à ovinocaprinocultura, para os grupos D e E, à existência ou formação de reserva alimentar estratégica;
- Criação e implementação do programa de parceria MDA, **Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG)** e BNB para financiamento da mamona;
- Mudanças na estrutura organizacional;
- Aumento do número de colaboradores envolvidos especificamente no programa;
- Suspensão das contratações nos municípios com inadimplência fora da carência superior a 10%;
- Revisão da política de garantias do Banco, para o PRONAF;
- Treinamento de funcionários;
- Oferta de serviços por telefone;
- Articulação junto ao Governo Federal para renegociação das dívidas da agricultura familiar, resultando na MP 432.

Agroamigo

Registre-se ainda que em 2004, o BNB iniciou a implantação do Agroamigo, em parceria com o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e com a OSCIP Instituto Nordeste Cidadania – INEC, através de um projeto-piloto em duas Agências, com dois assessores em cada uma. A partir dessa experiência, nos anos de 2005 e 2006, o programa Agroamigo foi ampliado para todas as Agências do BNB, se constituindo em um programa de microcrédito rural que visa à concessão de financiamento para agricultores familiares classificados no PRONAF Grupo “B”, utilizando-se de metodologia própria de atendimento, cujos principais objetivos são:

- Orientação para o crédito e acompanhamento;
- Maior agilidade no processo de concessão do crédito;
- Expansão de atendimento aos agricultores familiares;
- Maior proximidade com os clientes da área rural através do atendimento do agricultor na sua própria comunidade pelo assessor de microcrédito.

Em relação ao programa PRONAF B tradicional, o Agroamigo apresenta as seguintes inovações operacionais:

- Atendimento ao cliente por profissional especializado (assessor de microcrédito rural);
- Uso de metodologia adequada a atividades de microcrédito rural;
- Promoção e atendimento no local;
- Acompanhamento sistemático;
- Identificação das necessidades financeiras do cliente;
- Orientação para transformar a agricultura de subsistência em agricultura sustentável.

O assessor de microcrédito rural do Agroamigo presta orientação para o crédito e faz o seu acompanhamento. Este assessor deverá ter suas origens na área de sua atuação; conhecer as potencialidades econômicas locais; ser comprometido com o desenvolvimento local; inspirar confiança na comunidade; ter formação de técnico agrícola ou área afim.

Atualmente, o Agroamigo já está presente em 161 agências, atendendo a 1.260 municípios da região Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, contando com a atuação de 572 assessores de microcrédito rural, funcionários do Instituto Nordeste Cidadania, OSCIP Parceira no Programa. No ano de 2008 foram contratadas 182.947 operações do programa, totalizando R\$ 253.343,5 mil. Em comparação com o PRONAF B, o Agroamigo atingiu em 2008, 71,0% do volume de recursos aplicados naquele grupo.

A carteira acumulada do Agroamigo é de R\$ 680.861 mil, correspondentes a 532.213 financiamentos. A carteira ativa é de R\$ 366.601 mil, contemplando 346.543 operações em ser. A evolução das operações e valores aplicados pelo Agroamigo no período de 2005 a 2008 pode ser visualizada nos gráficos 2 e 3, abaixo:

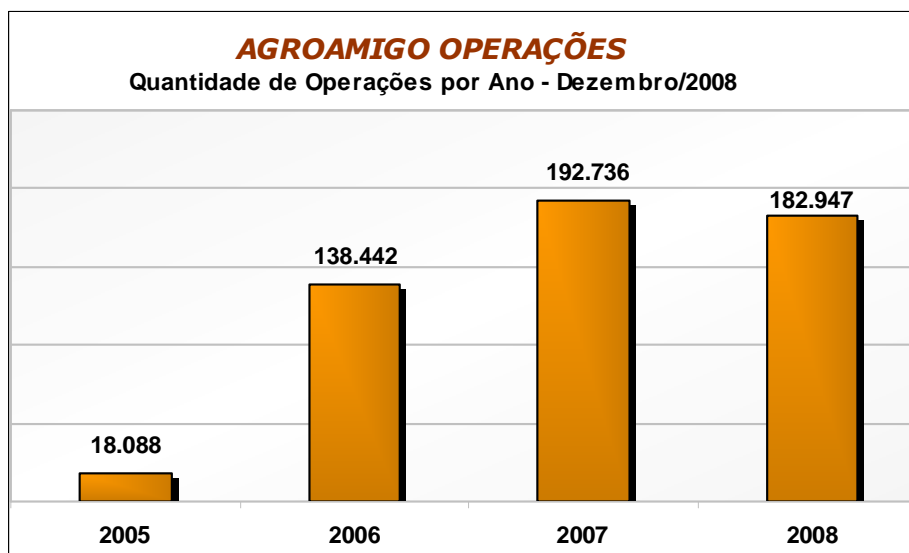


Gráfico 2 – Agroamigo – Quantidade de Operações por Ano

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do PRONAF e de Programas de Crédito Fundiário.

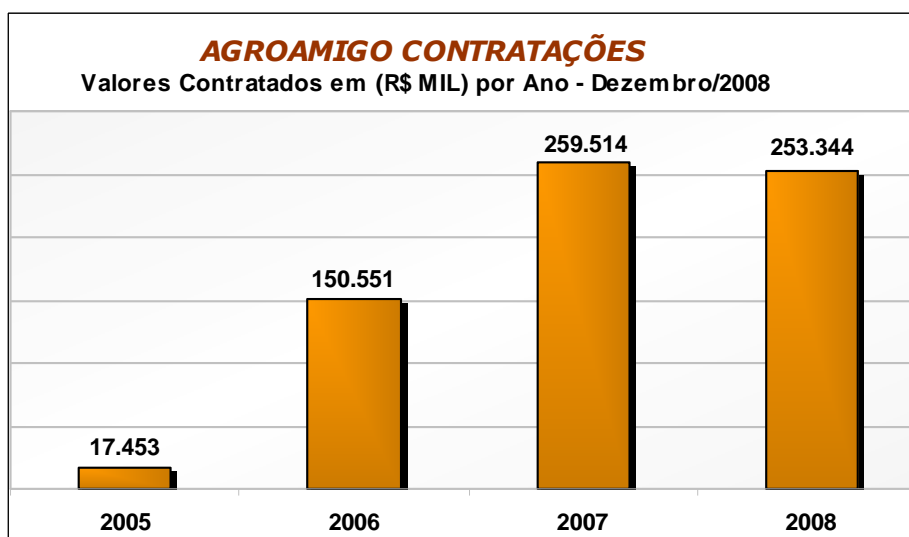


Gráfico 3 – Agroamigo – Valores Contratados por Ano (R\$ Mil).

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do PRONAF e de Programas de Crédito Fundiário.

Apesar dos avanços em relação ao PRONAF, o grande obstáculo a ser vencido é criar condições para que os agricultores familiares possam ampliar suas rendas, aumentar a capacidade produtiva, geração de empregos, além do acesso a novas tecnologias. Ademais, há que se considerarem as diferentes capacidades dos agricultores em se apropriar dos meios de produção e de desenvolvê-los. O público do PRONAF se apresenta com certa complexidade coexistindo, sob a mesma política, por exemplo, agricultores integrados ao mercado e aqueles cuja condição de agricultor somente pode ser exercida com a permissão dos patrões.

4.1.2 Setor Agroindustrial

De acordo com a programação do FNE de 2008, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste – AGRIN tem por objetivo fomentar a implantação, ampliação, modernização e relocação das unidades agroindustriais, com o intuito de elevar a competitividade desse subsetor, além de contribuir para o aumento das oportunidades de empregos, agregar valor à produção agrícola regional; promover uma melhor distribuição de renda e induzir a interiorização do desenvolvimento.

O FNE – Setor Agroindustrial aplicou no exercício de 2008 R\$ 265,6 milhões, o que representou 3,5% das contratações do FNE no período, resultando em incremento de 111,3 % em relação ao valor investido no mesmo período no ano de 2007 (R\$ 125,7 milhões).

As principais atividades agroindustriais financiadas foram processamento e beneficiamento de cana-de-açúcar com R\$ 60 milhões, o que representou 22,6% do total contratado no setor, seguida pela atividade de indústria de combustíveis nucleares, refino, petróleo e álcool, que contratou cerca de R\$ 57,0 milhões (21,4% do setor) e processamento de carnes, aves e pescados com R\$ 53,2 milhões, referente a 20,0% do Setor Agroindustrial. Referidas atividades totalizaram 64,0% dos valores investidos no Setor Agroindustrial. Outras atividades que se destacaram foram a de produtos alimentícios, processamento e beneficiamento de óleos e gorduras vegetais e animais; beneficiamento de fibras; gramínea; processamento e beneficiamento de frutas e hortaliças e laticínios, tendo sido essas atividades responsáveis por 30,8% das contratações no setor (Tabela 11).

Tabela 11 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Agroindustrial – Exercício de 2008

Atividades	Valor	Valores em R\$ mil	
		% Setor	% FNE
Processamento e Beneficiamento de Cana de Açúcar	60.031	22,6	0,8
Ind.Combust. Nucleares, Refino Petróleo e álcool	56.870	21,4	0,7
Processamento de Carnes, Aves e Pescados	53.241	20,0	0,7
Produtos Alimentícios	20.841	7,9	0,3

Valores em R\$ mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
Proces. Benef. Óleos e Gorduras Vegetais e Animais	15.535	5,8	0,2
Benef. Fibras	15.112	5,7	0,2
Gramínea	15.048	5,7	0,2
Proces. Benef. Frutas e Hortaliças	8.879	3,3	0,1
Laticínios	6.289	2,4	0,1
Outras Atividades ⁽²⁾	13.713	5,2	0,2
Total	265.559	100,0	3,5

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades referem-se a processamento e beneficiamento do mel de abelha, de castanha de caju, grãos, indústria de produtos de limpeza, perfumaria, cosméticos, indústria de produtos químicos, comércio varejista, fruticultura, indústria moagem e beneficiamento, indústria da transformação, apicultura, raízes e tubérculos, intermediação financeira e Serv. Aux. de Agropecuária, Extrativismo e Silvicultura.

Registre-se que o semiárido recebeu R\$ 57,7 milhões das aplicações do FNE – Setor Agroindustrial, representando 21,7% das contratações realizadas por esse segmento e 2,1% do total contratado na região semiárida. As contratações realizadas fora do semiárido representaram 78,3%, do valor contratado pelo Setor Agroindustrial (R\$ 207,8 milhões) e 4,2% do total contratado pelo FNE destinado às áreas fora do semiárido, no exercício de 2008 (Tabelas 1A e 2A).

Em relação ao porte dos beneficiários, o FNE – Setor Agroindustrial destinou R\$ 8,4 milhões para míni, micro e pequenos empreendimentos, perfazendo 3,2% do total das contratações do setor, em 2008. Os empreendimentos de médio porte receberam cerca de R\$ 58,0 milhões correspondendo a 21,8% das contratações. Os grandes empreendimentos obtiveram R\$ 199,1 milhões, totalizando 75,0% das contratações do setor. No que se refere à quantidade de beneficiários, o Setor Agroindustrial do FNE beneficiou 224 empreendimentos, sendo 86 de míni e pequeno portes, 71 de médio porte e 67 agroindústrias de grande porte (Tabelas 34 e 35).

Os investimentos realizados com recursos do FNE no Setor Agroindustrial obtiveram contratações em todos os estados da área de atuação do BNB. É relevante verificar que os estados apresentaram comportamento diferente nas contratações quando comparadas ao ano de 2007. Observou-se que Sergipe em 2007 foi responsável por apenas 1,5% (R\$ 1,9 milhão) das contratações do setor tendo em 2008, contratado cerca de R\$ 92,0 milhões, o que representou 34,6% do total contratado pelo setor através do FNE, sendo assim o estado com maior volume de recursos contratados no período em análise.

O Estado do Maranhão também apresentou significativo incremento no volume de recursos, sendo o segundo estado que mais contratou em 2008 no setor agroindustrial (aproximadamente R\$ 37,0 milhões), ou seja, 13,9% do total contratado pelo Fundo no setor, no ano anterior esse percentual foi de apenas 3,6%. Outro estado que se destacou foi a Bahia, sendo responsável por 10,5% (R\$ 28,0 milhões), seguido

por Pernambuco com 9,3% (R\$ 24,9 milhões) e Rio Grande do Norte que contratou 9,0% (R\$ 24,0 milhões) dos recursos do setor.

Juntos os estados acima foram responsáveis por 63,4% das contratações totais do FNE – Setor Agroindustrial. Quanto aos estados que apresentaram menor volume de recursos foram Minas Gerais, Piauí e Alagoas com R\$ 2,7 milhões, R\$ 4,4 milhões e R\$ 5,0 milhões, respectivamente. (Tabela 12).

Tabela 12 – FNE – Setor Agroindustrial – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2008

Valores em R\$ mil		
Estado	Valor	%
Alagoas	4.980	1,9
Bahia	27.950	10,5
Ceará	11.331	4,3
Espírito Santo	19.307	7,3
Maranhão	36.804	13,9
Minas Gerais	2.717	1,0
Paraíba	17.189	6,5
Pernambuco	24.863	9,3
Piauí	4.429	1,7
Rio Grande do Norte	24.024	9,0
Sergipe	91.965	34,6
Total	265.559	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entenda-se a realização de operações, incluindo parcelas

No que se refere à quantidade de operações contratadas, o FNE – Setor Agroindustrial contratou 224 operações. Além disso, 100 municípios foram atendidos pelo programa, o que representou incremento de 61,3% com relação a 2007 e 5,0% dos municípios da área de atuação do FNE. (Tabelas 2 e 37)

Quanto ao incremento no segmento do FNE – Setor Agroindustrial, o cenário se mostra favorável para 2009, tendo em vista que além do significativo incremento no volume das aplicações em relação ao mesmo período de 2007, o valor das propostas em carteira totalizou R\$ 403,0 milhões, ao final do exercício de 2008.

4.1.3 Setor Industrial e Turismo

O FNE – Setor Industrial/Turismo contratou R\$ 1,7 bilhão em 2008, correspondendo a 22,8% das contratações totais do FNE no período, o que representou um acréscimo de 142,8% no volume de recursos contratados no setor, em 2007. Em 2008, no que tange à quantidade de operações, foram realizadas 2.627 operações (Tabela 2). As atividades manufatureiras absorveram 17,6% das contratações do FNE no período, o que correspondeu a R\$ 1,3 bilhão. As atividades turísticas receberam cerca de R\$ 184,9 milhões, correspondendo a 2,4% das contratações do FNE, no exercício de 2008 (Tabelas 2 e 13).

As contratações com bens de consumo não-duráveis destacaram-se totalizando R\$ 678,0 milhões, ou seja, participação de 38,7% nas contratações do setor e de 8,9% no total contratado no âmbito do FNE. A atividade com o maior volume de recursos contratados foi a têxtil (R\$ 192,0 milhões), representando 11,0% das contratações do setor, seguido de calçados (R\$ 125,9 milhões), bebidas (R\$ 68,6 milhões) e setor gráfico (R\$ 54,6 milhões).

Tabela 13 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Industrial e Turismo – Exercício de 2008

Valores em R\$ Mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
BENS DE CONSUMO NÃO-DURÁVEIS	677.971	38,7	8,9
Calçados	125.903	7,2	1,6
Produtos Alimentícios	45.721	2,6	0,6
Têxteis	191.961	11,0	2,5
Gráfica	54.572	3,1	0,7
Cosméticos	14.813	0,8	0,2
Celulose e Papel	16.558	0,9	0,2
Bebidas	68.617	3,9	0,9
Eletroeletrônica	44.102	2,5	0,6
Vestuários e Acessórios	19.847	1,1	0,3
Abate e Prepar. Prod.Carne, Aves e Pescado	15.444	0,9	0,2
Ind. Prod. Farmacêuticos e Defensivos Agrícolas	43.385	2,5	0,6
Outras Atividades ⁽²⁾	37.048	2,2	0,5
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	651.883	37,2	8,4
Indústria Siderúrgica	222.945	12,7	2,9
Produtos Químicos	27.244	1,6	0,3
Produtos Plásticos	61.719	3,5	0,8
Tintas, Vernizes e Esmaltes	1.366	0,1	0,0
Minerais não Metálicos ⁽⁵⁾	65.704	3,7	0,9

Valores em R\$ Mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
Metal-mecânica	145.196	8,3	1,9
Madeira, exceto Mobiliário	4.309	0,2	0,1
Extração de Minerais Metálicos	9.337	0,5	0,1
Produtos de Borracha	42.192	2,4	0,5
Resinas e Elastômeros	21.494	1,2	0,3
Outras Atividades ⁽³⁾	50.377	3,0	0,6
BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS	21.161	1,2	0,3
Mobiliário	21.161	1,2	0,3
TURISMO	184.900	10,5	2,4
Hospedagem	175.263	10,0	2,3
Transportes	4.066	0,2	0,0
Alimentação	1.191	0,1	0,0
Outras Atividades ⁽⁴⁾	4.380	0,2	0,1
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – FNE-VERDE	216.204	12,4	2,8
Total	1.752.119	100,0	22,8

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras Atividades referem-se a laticínios, Proces. Benef. Óleos e Gorduras Vegetais e Animais e Abate e Prepar. Prod. Carne, Aves e Pescado. (3) Outras Atividades referem-se à Indústria Siderúrgica, Ind. Combust. Nucleares, Refino Petróleo e álcool e Ind. Fibras, Fios, Cabos e Filamentos artificiais. (4) Entretenimento, Artesanato e Transporte Turístico. (5) Incluindo a Extração de Minerais Não-Metálicos.

O segmento de bens de consumo intermediário participou com 37,2% no total contratado no Setor Industrial/Turismo, o que representou um volume de recursos de R\$ 651,9 milhões em 2008, ou seja, 8,5% das contratações efetivadas no FNE. As atividades de maior destaque nesse segmento foram a indústria siderúrgica (R\$ 222,9 milhões), seguidas das indústrias metal-mecânica (R\$ 145,2 milhões), minerais não-metálicos (R\$ 65,7 milhões) e produtos plásticos (R\$ 61,7 milhões), conforme Tabela 13.

No que se refere às contratações no segmento de bens de capital e de consumo duráveis, registram-se aplicações no valor de R\$ 21,2 milhões em 2008, o que corresponde a 1,2% do total contratado no Setor Industrial/turismo e 0,3% dos valores contratados no âmbito do FNE (Tabela 13). As indústrias do setor mobiliário contrataram a totalidade desses recursos, observando-se que as contratações nesse segmento obtiveram incremento de 23,4% em relação ao total contratado em 2007, no mesmo segmento (R\$ 17,2 milhões).

O segmento turístico recebeu R\$ 184,9 milhões das contratações do FNE em 2008. Ressalte-se que o total contratado nesse segmento obteve o expressivo incremento de 293,9% em relação a 2007, quando foram contratados R\$ 46,9 milhões.

O item hospedagem (hotéis e pousadas) absorveu 94,8% dos recursos desse item (R\$ 175,3 milhões).

A região semiárida foi beneficiada com R\$ 456,8 milhões dos recursos do FNE – Setor Industrial/Turismo em 2008, correspondendo a 26,1% das contratações desse Setor. Registre-se ainda que, do total de recursos destinados ao semiárido, o FNE – Setor Industrial/Turismo contribuiu com 16,9% (Tabela 1A). No que se refere às contratações fora do semiárido, o FNE – Setor Industrial/Turismo foi responsável por cerca de R\$ 1,3 bilhão, o que representou 73,9% do total contratado nesse setor e 26,1% do total de recursos destinados à região fora do semiárido, em 2008 (Tabela 2A). Este resultado é reflexo do potencial turístico dessa região geográfica.

O FNE beneficiou 2.627 empreendedores/empresas no Segmento Industrial e Turismo em 2008 (Tabela 2), ao tempo em que, em 2007, foram beneficiados 1.910, o que representou incremento de 37,5%. Em relação às quantidades de operações firmadas, por porte dos empreendimentos, 70,8% dos beneficiários no FNE – Setor Industrial/Turismo, em 2008, situaram-se nas categorias micro, míni e pequeno portes, enquanto que 22,6% dos beneficiários corresponderam a empreendimentos de médio porte, e 6,6% se destinaram a beneficiários de grande porte (Tabela 34). No que diz respeito ao valor das contratações do setor por porte de beneficiários, a relação se inverte. Assim, a categoria grande porte foi responsável pela contratação de 67,5% dos recursos do setor (R\$ 1,2 bilhão); os de médio porte responderam por 25,2% das contratações (R\$ 441,5 milhões); e a categoria de micro, míni e pequeno beneficiários foi responsável por 7,3% das contratações do setor (R\$ 127,1 milhões), conforme Tabela 35.

O FNE – Setor Industrial/Turismo atendeu a todos os estados da área de atuação do Banco (Tabela 14), beneficiando 457 municípios em 2008, o que representa 23,0% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabelas 37). Em 2007 esta quantidade foi de 391 municípios. Em relação aos estados beneficiados, Ceará, Maranhão, Bahia e Pernambuco receberam a maior parcela dos recursos e, somados, foram responsáveis por 74,6% das contratações do FNE no setor (Tabela 14).

**Tabela 14 – FNE – Setor Industrial/Turismo – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais
Exercício de 2008**

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor	%
Alagoas	108.933	6,2
Bahia	253.112	14,4
Ceará	593.690	33,9
Espírito Santo	10.196	0,6
Maranhão	257.292	14,7
Minas Gerais	5.808	0,3
Paraíba	125.461	7,2

Valores em R\$ Mil

Estado	Valor	%
Pernambuco	202.897	11,6
Piauí	20.244	1,2
Rio Grande do Norte	46.103	2,6
Sergipe	128.383	7,3
Total	1.752.119	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

4.1.4 Setor Infraestrutura

Dentro do cenário para o processo de desenvolvimento econômico de um país, o setor de infraestrutura é parte fundamental para que o desenvolvimento ocorra de maneira sustentável. Desse modo, o setor passa a ser condição necessária para a melhoria do bem-estar da população, através do acesso a serviços básicos.

A infraestrutura física desempenha papel fundamental e integrador nas economias das regiões, oferecendo sustentação às atividades socioeconômicas. Proporciona, assim, as condições para a implementação das políticas públicas sociais e cria um ambiente favorável aos negócios.

A eficiência da infraestrutura regional adquire, portanto, importância para que se mantenha e aumente a competitividade dos diferentes segmentos da economia. Entretanto, a área de atuação do Banco, que engloba os estados do Nordeste e parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, depara-se, a exemplo das demais regiões do País, com uma situação ainda precária em termos de infraestrutura. Essas condições limitam o crescimento da Região e impedem avanços no combate às desigualdades regionais.

Ressalte-se, ainda, que a eficiência dos projetos em infraestrutura, pelas suas características, com altos custos, elevada relação capital-produto e de longa maturação, depende, de forma imprescindível, do acompanhamento e do apoio financeiro das linhas de crédito.

Nesse contexto, o Banco do Nordeste – numa perspectiva estratégica das políticas de desenvolvimento – é chamado a desempenhar papel complementar no fortalecimento da infraestrutura regional, tanto aquela que condiciona o desenvolvimento humano de suas populações, como a que viabiliza o crescimento econômico, com geração de renda e de postos de trabalho.

Desse modo, o Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste – PROINFRA financia a implantação, expansão, modernização e realocação de empreendimentos de fornecimento de serviços de infraestrutura econômica não-governamental, relacionados com geração e/ou distribuição de energia de fontes convencionais, recursos hídricos, saneamento básico, transportes e logística, telecomunicações, instalação de gasodutos e produção de gás.

O Setor Infraestrutura, através do FNE, contratou cerca de R\$ 1,3 bilhão no ano de 2008, o que correspondeu a 16,9% do total contratado pelo FNE. Em relação ao ano de 2007 houve um expressivo crescimento de 197,0% ante os R\$ 437,5 milhões contratados no ano anterior. Ressalte-se que a Lei Complementar nº 125, de 2007, retirou o limite de 10,0% dos recursos previstos para o FNE no referido setor (10,0%).

As atividades do setor que obtiveram recursos foram às relacionadas para produção e distribuição de eletricidade, gás e água, as quais obtiveram a maior participação no volume de recursos, representando 64,9% das contratações do setor; a atividade de telecomunicações obteve 35,1% dos recursos destinados ao setor, conforme detalhado na Tabela 15.

Tabela 15 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2008

Valores em R\$ Mil			
Atividade	Valor	% Setor	% FNE
Eletricidade, Gás e Água	843.191	64,9	11,0
Telecomunicações	456.000	35,1	5,9
Total	1.299.191	100,0	16,9

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na distribuição dos recursos por região climática, R\$ 725,4 milhões (55,8%) do valor contratado neste setor foram destinados à região semiárida, enquanto R\$ 573,7 milhões (44,2%) foram para fora do semiárido (Tabela 16). Observe-se a maior destinação destes recursos para o semiárido, o qual havia participado, em 2007, com 24,8% dos recursos dirigidos ao setor.

Tabela 16 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Região no Setor de Infra-Estrutura – Exercício de 2008

Valores em R\$ Mil		
Região	Valor Contratado	%
Semiárido	725.446	55,8
Fora do Semiárido	573.745	44,2
Total	1.299.191	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Com relação à distribuição dos recursos por Estado, foram destinados recursos a nove estados da área de atuação do FNE, abrangendo toda a região do Nordeste. Em 2007, foram cinco os estados beneficiados com recursos para o setor. Destaque-se os estados da Bahia e Pernambuco que receberam 31,3% (R\$ 406,6 milhões), 26,4% (R\$ 342,9 milhões), respectivamente, em 2008 (Tabela 17).

Tabela 17 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Estado no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2008

Valores em R\$ Mil		
Estado	Valor	%
Alagoas	77.209	5,9
Bahia	406.574	31,3
Ceará	184.891	14,2
Maranhão	8.045	0,6
Paraíba	66.090	5,1
Pernambuco	342.933	26,4
Piauí	58.855	4,5
Rio Grande do Norte	143.083	11,0
Sergipe	11.511	1,0
Total	1.299.191	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Os recursos foram destinados a 51 municípios, representando 2,5% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 37). Em 2007, apenas nove municípios foram beneficiados com recursos. Dentre os municípios financiados em 2008, destacam-se Camaçari-BA, com 11,7% (R\$ 152,0 milhões), Caruaru-PE, com 8,2%

(R\$106,7 milhões) e São José do Belmonte-PE, com 7,5% (97,3 milhões), conforme a Tabela 40 A, anexa.

4.1.5 Setor Comercial e Serviços

O FNE – Setor Comercial e Serviços contratou no exercício de 2008 cerca de R\$ 1.579,5 milhões, representando 20,6% do total do FNE no período. Vale destacar um expressivo crescimento de 76,4% em relação ao exercício de 2007, ocasião em que foram contratados R\$ 895,3 milhões. Menciona-se que o limite de financiamento de 10,0% dirigidos ao referido setor foi alterado em maio de 2008 (MP nº 432), para 20,0%, podendo chegar a 30,0%, desde que autorizado pelo Conselho Deliberativo da SUDENE.

A grande demanda por recursos nesse segmento está relacionada com a importância do setor serviço na economia do Nordeste, tanto no que se refere à geração de empregos quanto no que diz respeito ao valor adicionado à produção.

As atividades ligadas ao setor comercial obtiveram uma participação de 67,9%, cerca de R\$ 1,1 bilhão, enquanto o segmento de serviços obteve 32,1% com R\$ 505,2 milhões dos valores contratados do setor.

No segmento de Serviços, as principais atividades financiadas foram Imobiliárias e Aluguéis (R\$ 122,9 milhões), Saúde (R\$ 111,3 milhões), Educação (R\$ 36,7 milhões), Serv. Aux. à Indústria (R\$ 31,9 milhões), Edifícios e Obras de Eng. Civil (R\$ 30,9 milhões) e Transportes Rodoviários (R\$ 30,3 milhões). Em relação ao Comércio, destaca-se o Comércio Varejista, com participação de 50,9% dos recursos do setor, totalizando R\$ 804,0 milhões (Tabela 18).

Tabela 18 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comercial e de Serviços – Exercício de 2008

Valores em R\$ mil

Atividade	Valor	% Setor	% FNE
COMÉRCIO	1.074.290	67,9	14,0
Comércio Varejista	804.071	50,9	10,5
Comércio Atacadista	232.304	14,7	3,0
Alimentação	13.154	0,8	0,2
Outros ⁽²⁾	24.761	1,5	0,3
SERVIÇOS	505.230	32,1	6,6
Imobiliárias e Aluguéis	122.933	7,8	1,6
Saúde	111.332	7,0	1,5

Valores em R\$ mil

Atividade	Valor	% Setor	% FNE
Serv. Auxiliar à Indústria	31.870	2,0	0,4
Telecomunicações	19.015	1,2	0,2
Educação	36.728	2,3	0,5
Eletricidade, gás e água	15.134	1,0	0,2
Transporte Rodoviário	30.343	1,9	0,4
Reparação e conservação	21.979	1,4	0,3
Serviços Pessoais	10.356	0,7	0,1
Edifícios e Obras de Eng. Civil	30.901	2,0	0,4
Entretenimento e Lazer	10.284	0,7	0,1
Serv. Aux. Adm. Empresas	9.102	0,6	0,1
Outros ⁽³⁾	55.253	3,5	0,8
Total	1.579.520	100,0	20,6

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo arcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades do comércio referem – se à indústria gráfica, intermediários do comércio e atividades auxiliares de transporte. (3) Outras Atividades do setor de serviços referem-se a atividades relacionadas ao lazer, atividades auxiliares do transporte e intermediação financeira.

No que se refere à distribuição dos recursos por região, o semiárido foi beneficiado com R\$ 471,1 milhões dos recursos do FNE – Setor Comercial e Serviços no exercício de 2008, correspondendo a 29,8% dos valores contratados pelo setor. A região fora do semiárido recebeu R\$ 1.108,4 milhões, representando 70,2% das contratações do setor (Tabela 19).

Tabela 19 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Região nos Setores Comercial e de Serviços – Exercício de 2008

Valores em R\$ mil

Região	Quantidade	%	Valor	%
Semiárido	8.594	52,3	471.136	29,8
Fora do Semiárido	7.846	47,7	1.108.384	70,2
Total	16.440	100,0	1.579.520	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em relação ao porte dos empreendimentos beneficiados (Tabela 20), o FNE – Setor Comercial e Serviços destinou 43,7% das contratações, ou seja, R\$ 690,4 milhões, para empreendimentos de grande porte. Os médios empreendimentos ficaram

com 26,6% (R\$ 420,5 milhões), enquanto os míni, micro e pequenos empreendimentos obtiveram 29,7% (R\$ 468,6 milhões).

Tabela 20 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Porte nos Setores Comercial e de Serviços – Exercício de 2008

Valores em R\$ mil				
Porte	Quantidade	%	Valor	%
Míni/Micro	4.376	28,3	108.160	6,9
Pequeno	9.121	59,1	360.424	22,8
Médio	1.664	10,8	420.527	26,6
Grande	279	1,8	690.409	43,7
Total	15.440	100,0	1.579.520	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em relação à distribuição espacial, o FNE – Setor Comercial e Serviços esteve presente em todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco (Tabela 21). As unidades federativas que obtiveram maior volume de contratações foram Bahia, com 25,4% (R\$ 401,4 milhões), Ceará, 13,5% (R\$ 212,7 milhões), Maranhão, 10,2% (R\$ 160,4 milhões), Pernambuco, 9,6% (R\$ 151,7 milhões) e Paraíba e Rio Grande do Norte, ambos com 9,4% dos recursos. Juntos, estes estados participaram com 77,5% do total dos valores contratados (Tabela 21).

Tabela 21 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Estado nos Setores Comercial e de Serviços – Exercício de 2008

Valores em R\$ mil				
Estado	Quantidade	%	Valor	%
Alagoas	617	3,7	77.622	4,9
Bahia	2.791	17,0	401.371	25,4
Ceará	3.610	22,0	212.773	13,5
Espírito Santo	158	1,0	45.723	2,9
Maranhão	1.725	10,4	160.400	10,2
Minas Gerais	985	6,0	55.140	3,5
Paraíba	1163	7,1	149.245	9,4
Pernambuco	1.999	12,2	151.747	9,6
Piauí	1096	6,7	90.736	5,7
Rio Grande do Norte	1.469	8,9	148.324	9,4
Sergipe	827	5,0	86.439	5,5
Total	16.440	100,0	1.579.520	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Vale ressaltar que alguns estados tiveram expressivos crescimentos nos valores contratados, em relação ao exercício de 2007, com destaque para a Bahia, Espírito Santo, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte. Em relação aos municípios atendidos, FNE – Setor Comércio/Serviços esteve presente em todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco e em 1.545 municípios, representando 77,7% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 37).

4.2 Valores Programados e Valores Realizados

As contratações realizadas no âmbito do Programa FNE, em 2008, atenderam totalmente à programação realizada para esse mesmo ano. No entanto, as contratações no âmbito dos Programas Especiais ficaram 48,1% abaixo da programação para esse segmento. As contratações nos setores Rural e Agroindustrial; Indústria, Turismo e Infraestrutura; e Comércio e Serviços, superaram em 3,3%, 3,4% e 112,4%, respectivamente, os valores programados para esses setores (Tabela 22).

Tabela 22 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Programadas e Realizadas, por Setor e Programa – Exercício de 2008

Setor/Programa	Programado (%)	Valores em R\$ Mil	
		Realizado Valor	%
Rural e Agroindustrial ⁽²⁾	27,6	2.186.227	28,5
Indústria, Turismo e Infraestrutura ⁽²⁾	35,8	2.833.770	37,0
Comércio e Serviços ⁽²⁾	9,7	1.578.876	20,6
Programas Especiais ⁽³⁾	26,9	1.069.722	13,9
Total	100,0	7.668.595	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Excluídos os Programas Especiais (PRONAFs, PRODETEC, PROCULTURA e FNE-Verde). (3) PRONAFs, PRODETEC, PROCULTURA e FNE-Verde (Rural, Industrial e Comércio e Serviços).

Ressalte-se que o Setor de Comércio e Serviços apresentou valores realizados 112,4 pontos percentuais maiores que os valores programados, ao passo que os Setores Rural e Agroindustrial; e de Indústria, Turismo e Infraestrutura superaram, em conjunto, os valores programados em 6,7 pontos percentuais. Observe-se que para o Setor de Serviços, o limite estabelecido, anteriormente, de 10,0% na aplicação dos recursos foi alterado para 20,0%, podendo chegar a 30,0%, conforme estabelecido na Medida Provisória nº 432, de 27.05.2008. Referida medida mostra-se acertada, uma

vez que os valores financiados nesse segmento tendem a ser crescentes, ao tempo em que o mesmo apresenta importante potencial de geração de emprego.

Por outro lado, considera-se oportuno lembrar que a programação anual para as contratações por setor não se constitui em meta rígida, e sim em recomendação às Agências e Superintendências, tendo em vista a melhor distribuição dos recursos por programas de crédito e setores econômicos. A qualidade e a sustentabilidade dos projetos representam os principais fatores que determinam a alocação e a distribuição dos recursos por programas.

4.3 Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE

4.3.1 Contratações por Estado

As contratações no exercício de 2008 totalizaram R\$ 7,7 bilhões, representando uma ampliação de 80,6% em relação ao valor de R\$ 4,2 bilhões, contratado no exercício de 2007. Todos os estados da área de atuação do Banco apresentaram crescimento nos valores contratados, na comparação com o exercício de 2007. Em termos de volume de recursos, os valores mais expressivos foram aplicados nos seguintes estados: Bahia (R\$ 1,9 bilhão), Ceará (R\$ 1,3 bilhão), Maranhão (R\$ 950,3 milhões), Pernambuco (R\$ 920,5 milhões) e Rio Grande do Norte (R\$ 502,7 milhões) (Tabela 23). As cinco maiores variações nas contratações em 2008, relativamente a 2007, registraram-se nos seguintes estados, a seguir elencados em ordem decrescente de variação: Rio Grande do Norte (166,4%), Ceará (142,9%), Sergipe (103,0%), Minas Gerais (86,8%) e Piauí (82,8%).

Tabela 23 – FNE – Contratações e Demanda de Recursos por Estado – Exercício de 2008

Estado	Valores em R\$ Mil				
	Contratações ⁽¹⁾	%	Propostas em Carteira ⁽²⁾	Demanda Total	%
Alagoas	368.126	4,8	83.796	451.922	4,1
Bahia	1.943.170	25,3	748.431	2.691.601	24,6
Ceará	1.283.244	16,7	1.209.456	2.492.700	22,8
Espírito Santo	120.541	1,6	11.763	132.304	1,2
Maranhão	950.349	12,4	348.709	1.299.058	11,9
Minas Gerais	342.617	4,5	160.778	503.395	4,6
Paraíba	429.054	5,6	45.093	474.147	4,3
Pernambuco	920.462	12,0	489.637	1.410.099	12,9
Piauí	395.689	5,2	31.602	427.291	3,9
Rio Grande do Norte	502.674	6,6	37.774	540.448	4,9

Sergipe	412.669	5,4	87.804	500.473	4,6
Total	7.668.595	100,0	3.254.843	10.923.438	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

As propostas em carteira totalizaram R\$ 3,2 bilhões em 2008. Os maiores volumes de recursos em carteira ficaram com os estados do Ceará (R\$ 1,2 bilhão), Bahia (R\$ 748,4 milhões), Pernambuco (R\$ 489,6 milhões), Maranhão (R\$ 348,7 milhões) e Minas Gerais (160,8 milhões), conforme Tabela 23. Com relação ao exercício de 2007, as propostas em carteira apresentaram elevação de 113,0%. Os cinco estados que apresentaram os maiores percentuais de incremento de propostas em carteira foram: Ceará (317,0%), Maranhão (216,9%), Bahia (205,8%), Alagoas (177,8%) e Minas Gerais (171,5%). Dentre os estados atendidos pelo BNB, apenas quatro apresentaram redução nas propostas em carteira: Rio Grande do Norte (52,1%), Sergipe (38,9%), Espírito Santo (22,7%) e Piauí (7,0%).

Quanto à demanda total de recursos pelos estados no exercício de 2008 (R\$ 10,9 bilhões), observou-se acréscimo de 89,2% sobre a demanda total do exercício de 2007 (R\$ 5,8 bilhões). A Bahia e o Ceará despontaram com as maiores demandas por Estado, em torno de R\$ 2,5 bilhões cada, seguidos pelos estados de Pernambuco (R\$ 1,4 bilhão) e Maranhão (R\$ 1,3 bilhão), de acordo com a Tabela 23.

No que se refere aos percentuais de participação dos estados no total das contratações do FNE, na área de atuação do Banco, no exercício de 2008, apenas o Estado do Espírito Santo, com 1,6%, não atingiu o piso mínimo de 4,5%; em relação ao limite máximo, observa-se que nenhum Estado obteve volume de contratações superiores a 30,0%, conforme recomendações internas do BNB (Tabela 23).

Considerando-se o período acumulado de 1989 a 2008, todos os estados atingiram o limite mínimo de 4,5% de contratações acumuladas por Estado, com exceção do Estado do Espírito Santo (1,2%). Isso decorre do fato de a zona norte dessa unidade federativa ter sido integrada à área de atuação do Banco do Nordeste em 1999, iniciando-se, assim, o atendimento pelo FNE, com dez anos de defasagem, em relação aos demais estados. Nesse período, os estados que mais receberam recursos do FNE foram Bahia (R\$ 9,1 bilhões), Ceará (R\$ 4,9 bilhões), Pernambuco (R\$ 3,9 bilhões), Maranhão (R\$ 3,7 bilhões) e Piauí (R\$ 2,1 bilhões) que, em conjunto, foram responsáveis por 71,8% do total das contratações. À medida que a base econômica dos demais estados da Região se dinamiza, os recursos do FNE passam a ser distribuídos de forma mais equitativa na área de atuação do Banco (Tabela 24).

Tabela 24 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Estado – Período: 1989 a 2008

Estado	Valor ⁽²⁾	Valores em R\$ Mil
		%
Alagoas	1.656.896	5,0
Bahia	9.149.339	27,7
Ceará	4.930.576	14,9
Espírito Santo	402.249	1,2
Maranhão	3.711.227	11,2
Minas Gerais	1.615.496	4,9
Paraíba	1.946.661	5,9
Pernambuco	3.858.473	11,7
Piauí	2.068.573	6,3
Rio Grande do Norte	2.000.390	6,1
Sergipe	1.657.424	5,0
Total	32.997.304	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 – valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 – valores atualizados pelo US\$ (comercial/venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercícios de 1992/1995 – valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercícios de 1996/2008 – valores correntes.

As contratações para o Setor Rural totalizaram R\$ 2,8 bilhões em 2008, representando crescimento de 34,1% em relação ao mesmo período de 2007 (R\$ 2,1 bilhões). Os estados que mais receberam recursos foram Bahia (R\$ 854,2 milhões), Maranhão (R\$ 487,8 milhões), Ceará (R\$ 280,6 milhões), Minas Gerais (R\$ 279,0 milhões) e Piauí (R\$ 221,4 milhões). Juntos, esses cinco estados receberam 76,6% dos recursos do FNE aportados ao Setor Rural da economia (Tabela 25).

Em relação aos percentuais de acréscimo no FNE – Setor Rural, em relação ao exercício de 2007, as maiores variações positivas foram obtidas por Minas Gerais (88,7%), Maranhão (47,7%), Bahia (46,7%), Piauí (38,5%) e Rio Grande do Norte (35,5%) e os decréscimos nos valores contratados no Setor Rural foram verificados nos estados da Paraíba (6,7%), Pernambuco (6,3%), Sergipe (2,0%) e Espírito Santo (1,1%).

Tabela 25 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais e Setoriais – Exercício de 2008

Valores em R\$ Mil

Estado	Rural	Agroindustrial	Industrial/Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total
Alagoas	99.382	4.980	108.933	77.209	77.622	368.126
Bahia	854.163	27.950	253.112	406.574	401.371	1.943.170
Ceará	280.559	11.331	593.690	184.891	212.773	1.283.244
Espírito Santo	45.315	19.307	10.196	0	45.723	120.541
Maranhão	487.808	36.804	257.292	8.045	160.400	950.349
Minas Gerais	278.952	2.717	5.808	0	55.140	342.617
Paraíba	71.069	17.189	125.461	66.090	149.245	429.054
Pernambuco	198.022	24.863	202.897	342.933	151.747	920.462
Piauí	221.425	4.429	20.244	58.855	90.736	395.689
Rio Grande do Norte	141.140	24.024	46.103	143.083	148.324	502.674
Sergipe	94.371	91.965	128.383	11.511	86.439	412.669
Total	2.772.206	265.559	1.752.119	1.299.191	1.579.520	7.668.595

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No segmento Agroindustrial, o total contratado atingiu, em 2008, R\$ 265,6 milhões, representando aumento de 111,3% sobre o ano de 2007. Essa variação positiva foi influenciada pelo crescimento nas contratações em sete Estados: Sergipe (4.704,9%), Rio Grande do Norte (1.494,2%), Maranhão (716,4%), Paraíba (559,8%), Pernambuco (360,0%), Piauí (208,9%) e Bahia (153,5%). Os estados de Alagoas, Ceará, e Espírito Santo obtiveram decréscimos nos valores contratados nesse setor. Em valores absolutos, os maiores volumes de contratações, no Setor Agroindustrial, em 2008, estão nos estados de Sergipe (R\$ 92,0 milhões), Maranhão (36,8 milhões), Bahia (R\$ 28,0 milhões), Pernambuco (R\$ 24,9 milhões), e Espírito Santo (R\$ 19,3 milhões) (Tabela 25).

Nos setores de Indústria e Turismo, as operações totalizaram R\$ 1,7 bilhão, o que representa um acréscimo de 142,8% sobre o exercício de 2007. Ressalte-se o bom desempenho do Ceará, cujas contratações atingiram o patamar de R\$ 593,7 milhões em 2008, comparado com R\$ 81,5 milhões, no mesmo período de 2007, representando um incremento da ordem de 628,7% (Tabela 25). Além desse Estado, cinco outros apresentaram incremento nas contratações: Maranhão (745,2%), Sergipe (293,3%), Espírito Santo (260,9%), Piauí (255,0%), e Paraíba (188,9%). Somente o Estado de Alagoas apresentou retração de cerca de 13,0% nas contratações do Setor Industrial/Turismo em 2008, quando comparado ao mesmo período do ano imediatamente anterior.

O Setor de Infraestrutura contratou R\$ 1,3 bilhão no exercício de 2008, com expansão de 197,0%, na comparação com 2007. Os estados de Pernambuco e Bahia elevaram seus valores contratados em 548,3% e 47,0%, respectivamente. Os estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, assim como em 2007, não apresentaram contratações nesse setor, no exercício de 2008. Os estados de Alagoas, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte que durante o ano de 2007 não apresentaram contratações em Infraestrutura, registram valores contratados em 2008 que, conjuntamente, representam 35,7% do valor total contratado nesse setor, no período em foco (Tabela 25). As contratações nos estados do Sergipe, Maranhão e Paraíba sofreram retração em relação ao mesmo período de 2007, da ordem de 42,7%, 16,6% e 15,7%, respectivamente.

O Programa de Apoio ao Comércio e Serviços elevou em 76,4% o valor total contratado em 2008, comparado com 2007. Em termos absolutos, as contratações atingiram os valores de R\$ 1,6 bilhão, em 2008 e R\$ 895,3 milhões, no mesmo período em 2007. Todos os estados elevaram suas contratações nesse setor, exceto o Estado do Maranhão que registrou redução de 5,4% nos valores contratados. As variações positivas no volume de contratações destacam-se nos estados de: Espírito Santo (819,2%), Alagoas (185,4%), Rio Grande do Norte (150,6%), Bahia (142,7%) e Paraíba (112,4%). Quanto ao montante de contratações, em 2008, os maiores valores registraram-se na Bahia (R\$ 401,4 milhões), Ceará (R\$ 212,8 milhões), Maranhão (R\$ 160,4 milhões), Pernambuco (R\$ 151,7 milhões) e Paraíba (R\$ 149,2 milhões), por ordem decrescente de valores contratados (Tabela 25).

O número de beneficiários do FNE totalizou 946.441 em 2008, com redução de 12,6% em relação ao número de beneficiários do exercício de 2007. O Estado com o maior número de beneficiários foi o Ceará (181,9 mil), seguido da Bahia (162,4 mil), Pernambuco (100,3 mil), Minas Gerais (99,5 mil) e Maranhão (99,4 mil). Os demais estados apresentaram número de beneficiários entre 55,6 mil e 68,8 mil, destoando dessa média somente o Estado do Espírito Santo que apresentou 3,1 mil beneficiários (Tabela 26).

Tabela 26 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Relação ao Número de Beneficiários – Exercício de 2008

Estado	Contratações (R\$ mil)	Nº de Beneficiários	Distribuição do Crédito	
			R\$/Benef.	Ordem
Alagoas	368.126	57.744	6.375,14	9
Bahia	1.943.170	162.408	11.964,74	2
Ceará	1.283.244	181.943	7.053,00	8
Espírito Santo	120.541	3.072	39.238,61	1
Maranhão	950.349	99.380	9.562,78	3
Minas Gerais	342.617	99.497	3.443,49	11
Paraíba	429.054	60.631	7.076,48	7
Pernambuco	920.462	100.350	9.172,52	4
Piauí	395.689	68.819	5.749,71	10

Estado	Contratações (R\$ mil)	Nº de Beneficiários	Distribuição do Crédito	
			R\$/Benef.	Ordem
Rio Grande do Norte	502.674	55.584	9.043,50	5
Sergipe	412.669	57.013	7.238,16	6
Total	7.668.595	946.441	8.102,56	-

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Com relação à distribuição de crédito, o valor médio contratado por beneficiário em 2008 foi de R\$ 8.102,56, valor 106,5% superior ao valor médio contratado por beneficiário em 2007, que foi de R\$ 3.923,25. A maior relação crédito por beneficiário foi observada no Estado do Espírito Santo (R\$ 39.238,61) cujo valor diverge, inclusive, da média das cinco maiores relações contratação/beneficiário, em torno de R\$ 9.400,00, apresentada pelos estados da Bahia (R\$ 11.964,74), Maranhão (R\$ 9.562,78), Pernambuco (R\$ 9.172,52), Rio Grande do Norte (R\$ 9.043,50) e Sergipe (R\$ 7.238,16). As menores relações valor contratado por beneficiário apresentaram-se nos estados de Minas Gerais (R\$ 3.443,49), Piauí (R\$ 5.749,71) e Alagoas (R\$ 6.375,14) (Tabela 26).

Os quatro estados mais populosos da região Nordeste – Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão – foram também aqueles que mais contrataram recursos do FNE, no exercício de 2008. Considerando-se toda área de atuação do Banco, a relação valor contratado por residente registra a importância de R\$ 135,46, em 2008, o que representa um acréscimo de 74,4%, quando comparada a de R\$ 77,67, no ano de 2007. O Estado de Sergipe apresentou a relação valor contratado por residente mais elevada, equivalente a R\$ 206,44, seguido pelos estados do Rio Grande do Norte (R\$ 161,84/habitante), Maranhão (R\$ 153,13/habitante) e Ceará (R\$ 151,77/habitante) (Tabela 27).

Tabela 27 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Relação à População Residente – Exercício de 2008

Estado	Valor Contratado (R\$ Mil)	População (Mil hab.)	Valor Contratado/População	
			R\$/Hab.	Ordem
Alagoas	368.127	3.128	117,69	9
Bahia	1.943.171	14.503	133,98	6
Ceará	1.283.244	8.455	151,77	4
Espírito Santo	120.541	807	149,37	5
Maranhão	950.349	6.206	153,13	3
Minas Gerais	342.617	2.817	121,62	8
Paraíba	429.054	3.743	114,63	10
Pernambuco	920.462	8.734	105,39	11
Piauí	395.689	3.115	127,03	7

Estado	Valor Contratado (R\$ Mil)	População (Mil hab.)	Valor Contratado/População	
			R\$/Hab.	Ordem
Rio Grande do Norte	502.671	3.106	161,84	2
Sergipe	412.670	1.999	206,44	1
Total	7.668.595	56.613	135,46	-

Fonte: A população 2008 é oriunda de dados extraídos do site do IBGE, Estimativas Populacionais para os Municípios Brasileiros com data referencial em 01/07/08, pela Central de Informações Econômicas do BNB/ETENE.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Para avaliar o grau de importância do FNE para as economias estaduais, a Tabela 28 apresenta a comparação entre as riquezas geradas por cada unidade federativa e o valor contratado com recursos do FNE. No Setor Primário, o FNE – Setor Rural representou aproximadamente 10,5% do PIB desse setor gerado nos estados da área de atuação do Banco. Os estados em que o Fundo obteve maior relevância, em relação ao desempenho do setor primário nesses mesmos estados, foram Minas Gerais (26,4%), Piauí (18,2%), Sergipe (12,8%), Bahia (11,2%) e Rio Grande do Norte (10,8%). No Setor Secundário, a importância relativa do Fundo foi de 2,0%, com participações mais expressivas apresentadas pelos estados do Ceará, Maranhão e Paraíba.

Tabela 28 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Relação ao PIB dos Estados – Exercício de 2008

Estado	FNE Setor Rural/PIB Setor Primário		FNE Setor Industrial/PIB Setor Secundário	
	%	Ordem	%	Ordem
Alagoas	7,8	8	2,7	5
Bahia	11,2	4	0,9	9
Ceará	8,3	7	5,4	1
Espírito Santo ⁽²⁾	5,8	10	0,4	10
Maranhão	10,2	6	4,6	2
Minas Gerais ⁽³⁾	26,4	1	0,1	11
Paraíba	5,0	11	2,9	3
Pernambuco	6,9	9	1,7	6
Piauí	18,2	2	0,9	7
Rio Grande do Norte	10,8	5	0,9	8
Sergipe	12,8	3	2,7	4
Total	10,5	-	2,0	-

Fontes: Central de Informações Sociais e Tecnológicas do BNB/ETENE a partir dos dados das Contas Regionais 2003-2006 (IBGE) e BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Os valores para estes estados se referem apenas aos municípios do norte de Minas Gerais e do norte do Espírito Santo, pertencentes à área de atuação do BNB. Para o cálculo destes valores tomou-se como *proxy* a participação dos setores primário e secundário de cada Estado no PIB.

4.3.2 Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido

O Banco do Nordeste tem destinado especial atenção à região do semiárido nordestino, refletindo no volume de recursos da ordem de R\$ 12,5 bilhões, alocados para essa região, no período de 1989 a 2008. As localidades situadas fora do semiárido, especialmente no litoral e na zona da mata, por possuírem maior base econômica instalada, captaram volume de recursos em torno de R\$ 20,5 bilhões, nesse mesmo período (Tabela 29).

Tabela 29 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Região – Período 1989 a 2008

Região	Valor ⁽²⁾	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Semiárido	12.518.085		37,9
Fora do Semiárido	20.479.219		62,1
Total	32.997.304		100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 – valores atualizados pelo BTN até 31.12.90 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 – valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercícios de 1992/1995 – valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercícios de 1996/2008 – valores correntes.

Em 2008, foram aplicados com recursos do FNE cerca de R\$ 2,7 bilhões na região do semiárido nordestino, ou seja, 35,4% do total contratado no âmbito do Fundo. Aproximadamente 596,5 mil pessoas e empresas foram beneficiadas, nesse espaço territorial, equivalendo a 63,0% do total de beneficiários do Fundo, no período em análise (Tabela 30).

Tabela 30 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2008

Região	No de Beneficiários	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Semiárido	596.476	63,0	2.710.988	35,4
Fora do Semiárido	349.965	37,0	4.957.607	64,6
Total	946.441	100,0	7.668.595	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Ressalta-se que a relação de contratações no semiárido e ingressos de recursos provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Integração foram de 43,7% em 2007 (R\$ 1,4 bilhão/R\$ 3,2 bilhões). Em 2008 esta relação foi de 69,0% (R\$ 2,7 bilhões de contratações no semiárido e R\$ 3,9 bilhões de ingresso de recursos), denotando o crescimento das aplicações na referida região geográfica, em relação ao

ano anterior. A mesma relação é de 49,9%, quando se considera o período acumulado, de 1989 a 2008 (R\$ 12,5 bilhões de contratações no semiárido e R\$ 25,1 bilhões de ingressos de recursos). Estas informações podem ser visualizadas nas Tabelas 4, 29 e 30.

Conforme preceitua a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que instituiu o Fundo, no caso da região Nordeste, o FNE “inclui a finalidade específica de financiar, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, atividades econômicas do semiárido, às quais destinará metade dos recursos ingressados...” (Art. 2º, § 2º). Além disso, aos mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semiárido nordestino serão concedidos bônus de adimplência de vinte e cinco por cento e de quinze por cento para os mutuários das demais regiões (Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

É importante lembrar, entretanto, que o estabelecimento daquele limite legal deu-se em 1989, quando a área de atuação do Banco do Nordeste e da SUDENE não incluía ainda as regiões mineiras do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha e, ainda, o norte do Espírito Santo. Este último estado (assim como alguns daqueles municípios mineiros) está totalmente fora do semiárido; atendê-lo, torna mais difícil alcançar o limite mínimo anteriormente estabelecido.

Não obstante o financiamento na região do semiárido nordestino ter sido inferior à metade das contratações do Fundo, é importante ressaltar que o maior volume de valores contratados fora do semiárido não afetou a alocação de recursos nessa região, visto que a demanda por financiamento ali identificada foi plenamente atendida. O contingenciamento de recursos para a região fora do semiárido, implicaria, portanto, em aumento das disponibilidades do Fundo, prejudicando a alocação de recursos na região Nordeste como um todo e, conseqüentemente, a oferta de crédito para o financiamento do seu desenvolvimento econômico e social.

Além disso, devem-se considerar as peculiaridades dos estados da região Nordeste. Existem unidades, a exemplo do Maranhão, cujo território, em sua maioria, é caracterizado por vegetação de floresta, refletindo uma transição entre o Nordeste semiárido e a Amazônia úmida. Em que pese o Maranhão não apresentar escassez de chuvas, registrar significativos índices de crescimento econômico e assumir a segunda posição de maior exportador do Nordeste apresenta, também, significativas desigualdades socioeconômicas, dentre as quais se destacam: a) dos trinta municípios do Nordeste com menores índices de IDH, doze estão localizados no Maranhão; b) os 10 municípios do Nordeste com menor renda familiar, e um deles ocupando a última posição do *ranking*, também são maranhenses; c) os níveis de alfabetização mais baixos do País, o que vai refletir no grau de qualificação profissional dos trabalhadores, estão registrados no Maranhão (UNICEF/IBGE, 1994); e d) o PIB e a renda *per capita* do Maranhão figuram na última posição do *ranking* nacional, no ano de 2004.

Desse modo, verifica-se que o Maranhão, apesar de estar localizado fora da região semiárida, reúne características socioeconômicas que se assemelham ou que estão em níveis abaixo às dos estados mais pobres da região semiárida, atendidos pelo Fundo.

As questões acima suscitam uma reflexão sobre a maior atenção a ser dada pelo Fundo aos estados com economia menos dinâmicas, observando-se não apenas os aspectos climáticos, classificando-os dentro e fora do semiárido. Outras questões igualmente importantes precisam ser consideradas na identificação dos estados que requerem maior incentivo através dos recursos alocados pelo Fundo. Indicadores como PIB *per capita*, renda *per capita*, IDH, fornecimento de serviços básicos, índices de analfabetismo, coeficiente de mortalidade infantil e índices de pobreza, dentre outros, devem ser considerados, também, no processo de identificação dos estados que requerem maior incentivo e, conseqüentemente, maior aporte de recursos do Fundo.

Como forma de exemplificar que essas questões podem afetar a distributividade dos recursos do FNE entre essas regiões geográficas, dificultando o cumprimento da legislação sobre a alocação de metade dos recursos no semiárido apresenta-se, nas Tabelas 31 e 32, os valores totais contratados dentro e fora do semiárido, subtraindo-se as contratações do Estado do Maranhão. Assim, no período de 1989 a 2008, o percentual de contratações no semiárido eleva-se de 37,9% para 42,7%, portanto 4,8 pontos percentuais a mais, aproximando-se do que preceitua a legislação do FNE (Tabela 31).

Tabela 31 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Região (Exclui o Estado do Maranhão) – Período: 1989 a 2008

Região	Valores em R\$ Mil	
	Valor ⁽²⁾	%
Semiárido	12.518.085	42,7
Fora do Semiárido	16.767.992	57,3
Total	29.286.077	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 – valores atualizados pelo BTN até 31.12.90 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 – valores atualizados pelo US\$ (comercial/venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercícios de 1992/1995 – valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercícios de 1996/2008 – valores correntes.

Considerando, ainda, a exclusão das contratações realizadas no Maranhão em 2008 (R\$ 950,3 mil), a participação percentual do semiárido, nesse ano, eleva-se de 35,4% para 40,4%, de acordo com as Tabelas 23, 30 e 32.

Tabela 32 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Região (Exclui o Estado do Maranhão)– Exercício de 2008

Valores em R\$ Mil				
Região	No de Beneficiários	%	Valor	%
Semiárido	596.476	70,4	2.710.988	40,4
Fora do Semiárido	250.585	29,6	4.007.258	59,6
Total	847.061	100,0	6.718.246	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Apesar das questões acima colocadas, o BNB tem adotado ações sistemáticas no sentido de elevar a participação FNE na região semiárida. Desse modo, a Programação FNE para o ano 2009 contempla limites diferenciados para os empreendimentos localizados no semiárido, especialmente para empresas exportadoras e aquelas localizadas nas RIDEs (Região Integrada de Desenvolvimento) de Timon-Teresina e Petrolina-Juazeiro e nas mesorregiões do Bico do Papagaio, Chapada do Araripe, Chapada das Mangabeiras, Seridó, Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Xingó. Ademais, manteve-se a aplicação de bônus de adimplência de 25% aplicáveis aos reembolsos de juros e principal efetuados até as respectivas datas de vencimento por empreendedores localizados no semiárido, tornando os encargos do FNE mais atrativos nestes negócios.

Adicionalmente, com vistas a estimular a atração de capitais, a geração de emprego e o incremento das aplicações do FNE na referida região geográfica, o BNB tem divulgado os benefícios diferenciados do programa para o semiárido, além de adotar uma política operacional de incentivo às empresas-âncora e grandes produtores localizados na referida região, mediante direcionamento prioritário de recursos do Fundo, especialmente por meio de sua estratégia de desenvolvimento territorial.

Espera-se, com estas ações, alavancar ainda mais as aplicações na Região, aproximando-se do que preceitua a determinação legal de destinação de metade dos recursos para o semiárido.

4.3.3 Contratações por Porte de Beneficiário

As ações do BNB estão pautadas pelo apoio prioritário aos empreendedores de micro, míni e pequenos negócios, com financiamento a programas de conteúdo tecnológico capazes de prover sustentabilidade econômica às suas respectivas atividades. Contudo, faz-se necessário considerar o potencial de alavancagem de negócios das empresas de médio e grande porte para os pequenos empreendimentos.

Nesse contexto, os empreendimentos de míni e pequeno porte receberam 37,3% do total de contratações do FNE, o que equivale a R\$ 12,3 bilhões, no período de 1989 a 2008. O somatório de contratações para clientes de médio porte alcançou R\$ 4,1 bilhões, ou seja, 12,6% do total contratado pelo Fundo. Os clientes de grande porte receberam R\$ 16,5 bilhões ou 50,1% do total de contratações do FNE (Tabela 33).

Tabela 33 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Porte de Beneficiários – Período: 1989 a 2008

Porte	Valor ⁽²⁾	Valores em R\$ Mil	
			%
Míni/Pequeno	12.306.839		37,3
Médio	4.148.789		12,6
Grande	16.541.676		50,1
Total	32.997.304		100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período 1989-2004, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 – valores atualizados pelo BTN até 31.12.90 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 – valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercícios de 1992/1995 – valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercícios de 1996/2008 – valores correntes.

Os empreendedores de míni, micro e pequeno porte predominaram nos setores Rural; da Agroindústria, Industrial e Turismo; e Comercial e Serviços atendidos pelo FNE, em 2008. No segmento de Infraestrutura, em decorrência da natureza da atividade do setor, foram atendidos apenas empreendimentos de grande porte. Os beneficiários de empreendimentos de micro, míni e pequeno portes totalizaram 940,3 mil, o que equivale a 99,4% de todos os beneficiários atendidos pelo FNE, no período em foco. Em termos absolutos, a maior quantidade de beneficiários do FNE atua no Setor Rural, segmento em que a quase totalidade, ou seja, 923,9 mil beneficiários são responsáveis por empreendimentos que pertencem à categoria de micro, míni e pequeno portes (Tabela 34).

Os beneficiários de médio porte obtiveram maior destaque nos setores Rural; Comércio e Serviços; e Indústria e Turismo. Nos cinco setores, somaram 0,5% de todos os beneficiários do Fundo, em 2008. No que se refere aos grandes empreendimentos, a participação mais destacada desse porte, ocorreu nos setores Agroindustrial, 29,2% dos beneficiários e de Infraestrutura, 100,0% dos beneficiários (Tabela 34).

Tabela 34 – FNE – Beneficiários por Porte e Setor – Exercício de 2008

Porte	Rural		Agroindustrial		Indústria/ Turismo		Infra-estrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Míni/Micro/ Pequeno	923.865	99,6	86	38,4	1.859	70,8	0	0,0	14.497	88,2	940.307	99,4
Médio	2.360	0,3	71	31,7	594	22,6	0	0,0	1.664	10,1	4.689	0,5
Grande	912	0,1	67	29,9	174	6,6	13	100,0	279	1,7	1445	0,1
Total	927.137	100,0	224	100,0	2.627	100,0	13	100,0	16.440	100,0	946.441	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Quanto aos valores contratados, 20,8% dos recursos do FNE foram destinados aos míni, micro e pequenos produtores, no exercício de 2008, perfazendo um total de R\$ 1,6 bilhão. Os valores contratados por empreendedores de míni e pequenos negócios foram mais expressivos nos setores Rural e Comércio e Serviços, cujo montante corresponde a 91,5% do total contratado por empreendimentos desses portes, no exercício em foco (Tabela 35).

Os produtores de porte médio, em 2008, obtiveram recursos da ordem de R\$ 1,1 bilhão, com incremento de 93,1% em relação a 2007 (R\$ 587,0 milhões). O valor contratado com produtores de grande porte, em 2008, totalizou R\$ 4,9 bilhões (Tabela 35).

Tabela 35 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Porte dos Beneficiários e Setor – Exercício de 2008

Porte	Rural		Agro-industrial		Indústria/ Turismo		Infra-estrutura		Comércio e Serviços		Total	
		%		%		%		%		%		%
Míni/Micro/ Pequeno	987.736	35,6	8.439	3,2	127.138	7,3	0	0,0	468.584	29,7	1.591.897	20,8
Médio	213.641	7,7	57.996	21,8	441.527	25,2	0	0,0	420.527	26,6	1.133.691	14,8
Grande	1.570.829	56,7	199.124	75,0	1.183.454	67,5	1.299.191	100,0	690.409	43,7	4.943.007	64,4
Total	2.772.206	100,0	265.559	100,0	1.752.119	100,0	1.299.191	100,0	1.579.520	100,0	7.668.595	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

4.3.4 Municípios Atendidos pelo FNE

A área de abrangência do FNE é composta por 1.989 municípios. Destes, 1.950 foram atendidos com operações de crédito durante o ano de 2008, o que representa 98,0% dos municípios atendidos, ou seja, a quase totalidade dos municípios dos Estados que compõem a área de abrangência do FNE recebeu recursos do Fundo. Os Estados do Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe destacam-se com a totalidade dos seus municípios atendidos. Nos demais Estados, o percentual de municípios atendidos variou de 94,0% a 99,5% (Tabela 36).

Tabela 36 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos – Exercício de 2008

Estado	Nº de Municípios da Área de Atuação do FNE (A)	Nº de Municípios Atendidos pelo FNE (B)	B/A (%)
Alagoas	102	101	99,0
Bahia	417	403	96,6
Ceará	184	184	100,0
Espírito Santo	28	28	100,0
Maranhão	217	211	97,2
Minas Gerais	168	158	94,0
Paraíba	223	223	100,0
Pernambuco ⁽¹⁾	185	184	99,5
Piauí	223	216	96,9
Rio Grande do Norte	167	167	100,0
Sergipe	75	75	100,0
Total	1.989	1.950	98,0

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - ETENE.

Nota: (1) O Território Estadual de Fernando de Noronha está contido nessa estatística como município.

Em relação a 2007, houve leve redução de 0,4% no total das localidades atendidas, considerando-se que em 2007, o FNE atendeu a 1.957 municípios. Dividindo-se o valor total contratado com recursos do FNE em 2008 (R\$ 7,7 bilhões) pelo número de municípios onde os recursos foram aplicados (1.950), encontra-se o valor médio de R\$ 3,9 milhões contratados por município, média 77,3% superior à do exercício de 2007 (R\$ 2,2 milhões).

Territorial e setorialmente, o FNE difundiu-se de forma mais intensa no Setor Rural, estando presente em 97,0% da área de atuação do Fundo Constitucional, o que corresponde a 1.930 municípios atendidos. Destacam-se, também, as contratações efetuadas em 1.545 municípios no setor Comercial e Serviços, e as efetuadas em 457 municípios no setor Industrial e Turismo, equivalente a 77,7% e 23,0% da área de abrangência do Fundo, respectivamente (Tabela 37).

Tabela 37 – FNE – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Exercício de 2008

Setor	Nº de Municípios Atendidos pelo FNE no Período	% em Relação ao Nº de Municípios da Área de Atuação do FNE
Rural	1.930	97,0
Agroindustrial	100	5,0
Industrial/Turismo	457	23,0
Infraestrutura	51	2,6
Comercial/Serviços	1.545	77,7

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

O FNE destinou até R\$ 500 mil para 995 municípios em 2008. Seguiram-se 851 municípios que receberam recursos na faixa de R\$ 501 mil a R\$ 10 milhões, enquanto que 104 municípios receberam recursos acima de R\$ 10 milhões (Tabela 38).

Tabela 38 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado – Exercício de 2008

Faixa de Valor Contratado	Nº de Municípios Atendidos pelo FNE no Período ⁽¹⁾	% em Relação ao Total de Municípios Atendidos pelo FNE
R\$ 1 a R\$ 100 mil	270	13,8
de R\$ 101 mil a R\$ 500 mil	725	37,2
de R\$ 501 mil a R\$ 1 milhão	347	17,8
> R\$ 1 milhão a R\$ 10 milhões	504	25,8
> R\$ 10 milhões a R\$ 100 milhões	89	4,6
> R\$ 100 milhões	15	0,8
Total	1.950	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) O enquadramento dos municípios por faixa ocorre nas operações de maior valor. Assim, se um município obteve duas operações de empréstimos, sendo uma de R\$ 1 mil e a segunda de R\$ 100 mil, o enquadramento desse município ocorrerá na faixa 2.

Quanto às contratações por tipo de município, a Tabela 39 indica que os municípios de baixa e média renda contrataram quase a totalidade das operações (97,9%) do Fundo, enquanto os municípios de alta renda ficaram com 2,1% do total das operações contratadas, em 2008. No que se refere aos valores contratados nesse mesmo ano, 75,5% destinaram-se aos municípios de baixa e média renda (R\$ 5,8 bilhões). Destaca-se o percentual de 34,2% dos valores contratados destinados aos municípios de média renda que se apresentam com sua economia estagnada, os quais receberam apoio do Fundo, com vistas a reverter esta situação. Os municípios de alta renda obtiveram 24,6% dos valores contratados.

Tabela 39 – FNE – Contratações por Tipo de Município ⁽¹⁾ – Exercício de 2008

Valores em R\$ Mil					
Tipologia	Quantidade de Operações	%	Valor Contratado (Em R\$ Mil)	%	
Baixa Renda ⁽²⁾	107.753	32,7	1.062.267	13,9	
Estagnado de Média Renda ⁽³⁾	105.610	32,1	2.620.317	34,2	
Dinâmico de Média Renda ⁽⁴⁾	109.082	33,1	2.100.487	27,4	
Alta Renda ⁽⁵⁾	6.827	2,1	1.885.524	24,6	
Total	329.272	100,0	7.668.595	100,0	

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Classificação Municipal de Renda dos Municípios. (2) Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% a 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (3) Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (4) Dinâmica de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% a 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (5) Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.

4.4 Repasse do BNB a Outras Instituições

De acordo com o artigo 9º, da Lei Nº 7.827, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), e dá outras providências, os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com comprovada capacidade técnica e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade, desde que observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

Desse modo, o Banco do Nordeste vem repassando recursos a algumas instituições com o objetivo de dar maior capilaridade ao FNE. Em 2008, o Banco realizou repasses de recursos do FNE a três instituições, no valor total de R\$ 48,4 milhões, por meio de 176 operações contratadas. Em termos de valores, o maior desempenho foi obtido pela Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBÁHIA), responsável por contratações totais de R\$ 26,9 milhões, montante que representou 55,5% do volume total dos repasses. Em seguida, aparecem o Banco do Estado de Sergipe S.A. (BANESE) que absorveu 41,7% da soma total repassada, e a Agência de

Fomento do Rio Grande do Norte (AGN), com 2,8%. No que tange ao número de operações contratadas, o BANESE foi responsável por 84,1% do total (Tabela 40).

Tabela 40 – FNE – Bancos Repassadores – Exercício de 2008

Bancos Repassadores	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor Contratado	%
Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN)	7	4,0	1.344	2,8
Banco do Estado de Sergipe (BANESE)	148	84,1	20.213	41,7
Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA)	21	11,9	26.868	55,5
Total	176	100,0	48.425	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Dentre os setores financiados pelos bancos repassadores, com recursos do FNE, o Setor de Comércio e Serviços destacou-se em 2008, absorvendo 50,5% do total de recursos contratados e repassados, ou seja, R\$ 24,4 milhões. Em seguida aparece o Setor Rural, que respondeu por R\$ 13,1 milhões, ou seja, 27,0% do total contratado. Finalmente, o Setor Industrial e Turismo recebeu R\$ 10,9 milhões ou 22,5% dos valores contratados totais. Esses recursos beneficiaram 179 empresas e produtores em 2008, sendo que 81,5% dos beneficiários pertenciam ao Setor Rural, 13,4% ao Setor Comércio e Serviços e 5,0% ao Setor Industrial e Turismo (Tabela 41).

Tabela 41 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações no Exercício de 2008

Setores e Programas	Contratações ⁽¹⁾				Valor das Propostas em Carteira
	Nº. de Operações	Quant. Beneficiários	Valor	%	
RURAL	142	146	13.083	27,0	541
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	142	146	13.083	27,0	211
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca do Nordeste (AQUIPESCA)	-	-	-	-	330
AGROINDUSTRIAL	-	-	-	-	120
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria Alimentar (AGRIN)	-	-	-	-	120
INDUSTRIAL E TURISMO	9	9	10.908	22,5	1.404
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL)	8	8	9.508	19,6	1.404
Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR)	1	1	1.400	2,9	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS	25	24	24.434	50,5	80
Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços (COMÉRCIO E SERVIÇOS)	25	24	24.434	50,5	80

Valores em R\$ mil

Setores e Programas	Contratações ⁽¹⁾				Valor das Propostas em Carteira
	Nº. de Operações	Quant. Beneficiários	Valor	%	
Total	176	179	48.425	100,0	2.145

Fonte: AGN, BANESE E DESENBAHIA.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Dentre as atividades financiadas no Setor Rural destaca-se a agricultura irrigada, com R\$ 4,8 milhões contratados, ou seja, 36,6% do total contratado nesse setor, montante totalmente destinado ao cultivo de grãos (Tabela 42). Em seguida, destacam-se as contratações na agricultura de sequeiro, que somaram R\$ 4,4 milhões, ou seja, 33,7% do total contratado no Setor Rural.

Por fim, as atividades financiadas na pecuária absorveram R\$ 3,9 milhões, representando 29,7% do montante contratado, com destaque para a bovinocultura, atividade para a qual foram destinados R\$ 3,4 milhões.

Tabela 42 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações (1) por Atividade no Setor Rural – Exercício de 2008

Valores em R\$ mil

Atividade	Nº. de Operações	Valor	%
PECUÁRIA	116	3.883	29,7
Avicultura	6	165	1,3
Bovinocultura	98	3.425	26,2
Ovinocaprinocultura	12	293	2,2
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	20	4.410	33,7
Fruticultura	14	397	3,0
Grãos	1	12	0,1
Raízes e Tubérculos	1	6	0,1
Outras Atividades	4	3.995	30,5
AGRICULTURA IRRIGADA	6	4.790	36,6
Grãos	6	4.790	36,6
Total	142	13.083	100,0

Fonte: AGN, BANESE E DESENBAHIA.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que tange às contratações no segmento Industrial e Turismo (Tabela 43), observa-se que no Setor Industrial, destacam-se as realizadas no âmbito de bens de

consumo intermediário com apenas duas contratações direcionadas a atividade metal-mecânica, tendo absorvido a totalidade dos recursos, ou seja, R\$ 7,3 milhões. Em seguida ressalta-se a categoria bens de consumo não-duráveis que absorveu R\$ 2,1 milhões, 19,1% do montante do setor, nas atividades de produtos alimentícios (R\$ 1,1 milhão) e gráfica.

Tabela 43 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Industrial e Turismo – Exercício de 2008

Valores em R\$ mil				
Atividade	Nº. de Operações	Valor	%	
BENS DE CONSUMO NÃO-DURÁVEIS	5	2.078	19,1	
Gráfica	1	925	8,5	
Produtos Alimentícios	3	1.081	9,9	
Vestuário e Acessórios	1	72	0,7	
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	2	7.300	66,9	
Metal-Mecânica	2	7.300	66,9	
BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS	1	130	1,2	
Mobiliário	1	130	1,2	
TURISMO	1	1.400	12,8	
Hospedagem	1	1.400	12,8	
Total	9	10.908	100,0	

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Analisando as contratações nos setores Comercial e de Serviços, por atividade, destacam-se a construção civil, com R\$ 10,9 milhões, e o comércio varejista, com R\$ 8,6 milhões contratados, ou seja, 79,8% do total contratado nesses setores. Em seguida vêm os serviços relacionados à saúde, que consumiram 9,2% dos recursos aplicados, somando aproximadamente R\$ 2,2 milhões. (Tabela 44).

Tabela 44 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comercial e Serviços – Exercício de 2008

Valores em R\$ mil				
Atividade	Nº. de Operações	Valor	% Setor	% FNE
COMÉRCIO	14	9.161	37,5	18,9
Comércio Varejista	11	8.620	35,3	17,8
Comércio Atacadista	3	541	2,2	1,1
SERVIÇOS	11	15.273	62,5	31,5
Saúde	3	2.244	9,2	4,6
Construção Civil	4	10.866	44,5	22,4
Educação	1	12	0,1	0,0

Valores em R\$ mil

Atividade	Nº. de Operações	Valor	% Setor	% FNE
Outros	3	2.151	8,8	4,4
Total	25	24.434	100,0	50,5

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Observando-se as contratações dos bancos repassadores de acordo com a região, verifica-se que 45,3% do valor total contratado, em 2008, foram direcionados ao semiárido, totalizando R\$ 21,9 milhões, atendendo a 59,8% do total de beneficiários nessa região geográfica. A região fora do semiárido computou 40,2% dos beneficiários, e seus contratos somam cerca de 26,5 milhões (Tabela 45).

Tabela 45 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2008

Valores em R\$ mil

Área	No de Beneficiários	%	Valor ⁽¹⁾	%
Semiárido	107	59,8	21.930	45,3
Fora do Semiárido	72	40,2	26.495	54,7
Total	179	100,0	48.425	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Analisando o número de beneficiários, por porte e setor, verifica-se que os empreendedores de míni, micro e pequeno porte predominaram no que concerne à quantidade de contratos efetivados. Assim, esse segmentou participou com 91,8% das contratações no setor rural, com 66,7% no industrial/turismo e com 70,8% no setor de Comércio e Serviços. No geral, os empreendedores de míni, micro e pequeno porte foram objetos de 87,7% do total das contratações realizadas pelos bancos repassadores (Tabela 46).

Tabela 46 – FNE – Bancos Repassadores – Beneficiários por Porte e Setor – Exercício de 2008

Porte/Setor	Rural		Agroindustrial		Industrial/ Turismo		Infra-Estrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Míni/Micro/Pequeno	134	91,8	-	-	6	66,7	-	-	17	70,8	157	87,7
Médio	3	2,0	-	-	1	11,1	-	-	4	16,7	8	4,5
Grande	9	6,2	-	-	2	22,2	-	-	3	12,5	14	7,8
Total	146	100,0	-	-	9	100,0	-	-	24	100,0	179	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

A análise das contratações dos bancos repassadores, em termos de volume de recursos contratados em 2008, por porte do empreendimento, revela que 69,0% do valor direcionou-se aos empreendimentos de grande porte e cerca de 23,2% aos de míni, micro e pequenos portes (Tabela 47).

Examinando os valores contratados, por porte e setor, constata-se que no Setor Rural, os empreendimentos de grande porte foram responsáveis por 65,3% do total contratado nesse setor. Em seguida, vêm os de míni, micro e pequeno porte (29,4%) e de médio porte (5,3%).

No Setor Industrial e Turismo, os empreendimentos de grande porte absorveram cerca de 66,9% do montante contratado no setor, ao passo que aos míni, micro e pequenos foram destinados poucos mais de 30,4% do volume total de recursos.

Por fim, no setor de Comércio e Serviços, os empreendimentos de grande porte foram responsáveis por aproximadamente 71,9% da totalidade dos valores contratados, enquanto os míni, micro e pequenos absorveram cerca de 16,7% dos recursos.

Tabela 47 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações⁽¹⁾ por Porte e Setor do Beneficiário – Exercício de 2008

Porte	Valores em R\$ mil					
	Rural	Agroindustrial	Industrial/ Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total
Míni/Micro/Pequeno	3.850	-	3.316	-	4.084	11.250
Médio	688	-	292	-	2.762	3.742
Grande	8.545	-	7.300	-	17.588	33.433
Total	13.083	-	10.908	-	24.434	48.425

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Territorialmente, as contratações dos bancos repassadores, em 2008, difundiram-se por 81 municípios da área de atuação do Fundo, ocorrendo de forma mais intensa no segmento rural (72,8%), atendendo a 59 municípios neste setor (Tabela 48). Em seguida vêm os setores de Comércio e Serviços, com financiamentos em 13 municípios e Industrial (nove municípios).

Tabela 48 – FNE – Bancos Repassadores – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Exercício de 2008

Setores/Programas	Nº de Municípios Atendidos
Rural	59
Agroindustrial	-
Industrial	9
Infraestrutura	-
Comércio/Serviços	13

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Dentre os municípios atendidos pelos bancos repassadores, três se destacam quanto ao volume de recursos aplicados, haja vista que a soma dos respectivos valores representa 56,5% do montante total repassado por essas instituições. Nesse contexto, os três maiores volumes de recursos foram destinados aos seguintes municípios: Aracaju-SE (12,6 milhões); Jequié-BA (7,5 milhões) e Feira de Santana-BA (7,3 milhões), conforme Tabela 49.

Tabela 49 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações por Município – Exercício de 2008

Município	Valores em R\$ mil	
	Valor Contratado	%
ALTO DOS RODRIGUES (RN)	122	0,3
AMARGOSA (BA)	292	0,6
AQUIDABA (SE)	49	0,1
ARACAJU (SE)	12.579	26,0
ARAUÁ (SE)	163	0,3
ASSU (RN)	130	0,3
BARREIRAS (BA)	328	0,7
BENTO FERNANDES (RN)	68	0,1
BOQUIM (SE)	63	0,1
CAMPO DO BRITO	19	0,0
CANHOBA	288	0,6
CUMBE (SE)	16	0,0
ESTÂNCIA (SE)	243	0,5
FEIRA DE SANTANA (BA)	7.300	15,1
FREI PAULO (SE)	111	0,2
FORMOSA DO RIO PRETO (BA)	3.480	7,2
GARURU (SE)	40	0,1
INDIAROBA (SE)	28	0,1
ITABAIANA (SE)	637	1,3
ITABI (SE)	94	0,2
ITAPETINGA (BA)	442	0,9
ITAPORANGA D'AJUDA (SE)	42	0,1
ITAÚ (RN)	566	1,2
JAPARATUBA (SE)	40	0,1
JEQUIÉ (BA)	7.500	15,5
LAGARTO (SE)	15	0,0
LUÍS EDUARDO MAGALHÃES (BA)	502	1,0
MALHADOR (SE)	14	0,0
MARUIM (SE)	162	0,3
MUCURI (BA)	239	0,5
NATAL (RN)	235	0,5

Valores em R\$ mil

Município	Valor Contratado	%
NOSSA SENHORA APARECIDA (SE)	25	0,1
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA (SE)	480	1,0
NOSSA SENHORA DAS DORES (SE)	253	0,5
NOSSA SENHORA DE LOURDES (SE)	287	0,6
NOVA VIÇOSA (BA)	1.091	2,3
PARNAMIRIM (RN)	223	0,5
PEDRINHAS (SE)	14	0,0
POÇO REDONDO (SE)	35	0,1
POÇO VERDE (SE)	568	1,2
PRADO (BA)	1.103	2,3
RIACHÃO DAS NEVES (BA)	480	1,0
RIACHÃO DO DANTAS (SE)	42	0,1
RIBEIRÓPOLES (SE)	111	0,2
SALGADO (SE)	120	0,3
SALVADOR (BA)	3.112	6,4
SANTA LUZIA DO ITANHY (SE)	134	0,3
SANTA ROSA DE LIMA (SE)	17	0,0
SANTANA DO SÃO FRANCISCO (SE)	32	0,1
SIMÃO DIAS (SE)	620	1,3
SIRIRI (SE)	2.500	5,2
TOBIAS BARRETO (SE)	336	0,7
TOMAR DO GERU (SE)	20	0,0
UMBAÚBA (SE)	16	0,0
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	999	2,1
Total	48.425	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

4.5 Prioridades Definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a Aplicação do FNE

A Programação do FNE, construída e ajustada anualmente, ocorre de acordo com as diretrizes e prioridades estabelecidas na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Esse conjunto de prioridades refere-se à destinação dos recursos constantes do orçamento do programa.

Atendendo demanda do MIN conforme parecer conjunto nº 002/2008/SDR/SUDENE/MI, de 02.12.2008, e incorporando alguns ajustes negociados com este Ministério, a seguir são apresentadas e contextualizadas as aplicações do

FNE segundo a classificação das supracitadas prioridades, a saber: prioridades gerais, prioridades setoriais e prioridades espaciais.

1. Prioridades Gerais

i. Projetos apresentados por agricultores familiares, por míni e pequenos produtores rurais e por micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas.

Como pode ser observado na Tabela 50, entre os financiamentos contraídos por agricultores familiares no BNB, destacam-se aqueles concedidos no âmbito do Grupo B do PRONAF, que detêm 85,0% do número de contratos e 52,4% do volume de recursos aplicados na agricultura familiar. Vale ressaltar que o Grupo A utilizou 13,1% do montante de recursos aplicados. Entre as linhas complementares sobressaem-se o Pronaf-Mulher e o Pronaf-Semiárido que, juntas, absorveram 5,0% dos recursos. O Pronaf-Eco, instituído no Plano-safra 2007/2008 conta com 15 contratos, enquanto o recém-implantado Pronaf-Mais Alimentos financiou a produção de 23 agricultores. A partir do Plano-safra 2008/2009, os Grupos C, D e E passaram a integrar o grupo denominado Pronaf-Agricultores Familiares, ou Comum. Estas linhas de crédito responderam por 10,0% do número de contratos e cerca de 28,0% do total de recursos destinados aos agricultores familiares.

Tabela 50 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ por Agricultores Familiares Exercício de 2008

Grupo	Nº de Operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
PRONAF-Grupo A	5.747	2,0	89.473	13,1
PRONAF-Grupo B	253.592	85,0	356.978	52,4
PRONAF-Grupo C	16.783	6,0	80.716	11,9
PRONAF-Grupo D	3.539	1,0	40.698	6,0
PRONAF-Grupo E	108	-	2.081	0,3
PRONAF-Grupo A/C	1.823	1,0	4.180	0,6
PRONAF-Semiárido	3.472	1,0	17.654	2,6
PRONAF-Floresta	216	-	1.634	0,2
PRONAF-Mulher	2.570	1,0	16.316	2,4
PRONAF-Jovem	95	-	544	0,1

Grupo	Nº de Operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
PRONAF-Agroindústria	12	-	109	-
PRONAF-AGRINF	1	-	5	-
PRONAF-Mais Alimento	23	-	1.180	0,2
PRONAF-Eco	15	-	149	-
PRONAF-Agricultores Familiares (Comum)	7.771	3,0	69.118	10,2
Total	295.767	100,0	680.835	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Quanto aos míni e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas e respectivas associações e cooperativas, de acordo com a Tabela 51, o setor rural absorveu cerca de 34,0% dos recursos aplicados nesta categoria³. De outra forma, ao setor de comércio e serviços foram destinados pouco mais da metade dos recursos, ao passo que o setor industrial e turismo consumiu 14,0% do montante aplicado.

Tabela 51 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Míni, Micro e Pequenos Produtores Rurais⁽²⁾/ Empresas – Exercício de 2008

Setores	Nº de Operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Rural	12.140	42,5	306.901	33,7
Cooperativas/Associações	5	-	102	-
Demais míni/micro/peq. Produtores	12.135	42,5	306.799	33,7
Agroindustrial	86	0,3	8.439	0,9
Cooperativas/Associações	1	-	35	-
Demais micro/peq empresas	85	0,3	8.404	0,9
Industrial e Turismo	1.867	6,5	127.591	14,0

³ Segundo a Resolução nº 006/2008 do MIN, são os seguintes os limites de renda agropecuária bruta anual que definem o porte do produtor: Mini – até R\$ 150 mil; Pequeno – acima de 150 mil até R\$ 300 mil; Médio – acima de R\$ 300 mil até R\$ 1,9 milhão; Grande – acima de R\$ 1,9 milhão. No que respeita aos demais mutuários – setores industrial, agroindustrial, comercial, de turismo e de prestação de serviços –, de acordo com os normativos do BNB, a classificação (segundo a receita operacional bruta anual) é a seguinte: Microempresa – até R\$ 240 mil; Pequena empresa – superior a R\$ 240 mil até R\$ 2,4 milhões; Média empresa – superior a R\$ 2,4 milhões até R\$ 35 milhões; Grande empresa – superior a R\$ 35 milhões.

Valores em R\$ mil

Setores	Nº de Operações	%	Valor	%
Cooperativas/Associações	1	-	50	-
Demais micro/peq. empresas	1.866	6,5	127.541	14,0
COMÉRCIO E SERVIÇOS	14.489	50,8	468.131	51,4
Micro/Peq. Empresas	14.489	50,8	468.131	51,4
Total	28.582	100,1	911.062	100,0
Cooperativas/Associações	7	-	187	-
Demais	28.575	100,0	910.875	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exclusive operações com agricultores familiares.

ii. Projetos localizados em áreas adequadamente indicadas por zoneamento socioeconômico e ecológico ou que estejam voltados para a conservação/preservação/recuperação do meio ambiente;

Constam na Tabela 52 os subprogramas que apoiam o meio ambiente, não sendo possível, no momento, o atendimento da demanda no que concerne à identificação das “áreas indicadas por zoneamento socioeconômico e Ecológico”. Nesta prioridade, o maior número de contratos foi realizado pelo Pronaf-Floresta (62,0%), ao passo que volume superior a 55,0% dos recursos foi destinado aos financiamentos no âmbito do FNE-Verde-industrial. O FNE-verde-rural absorveu 43,9% do total aplicado.

Tabela 52 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ para preservação ou recuperação do Meio Ambiente – Exercício de 2008

Valores em R\$ mil

Programas	Nº de Operações	%	Valor	%
FNE VERDE-INDUSTRIAL	9	2,6	216.204	55,6
FNE VERDE-RURAL	107	30,8	170.702	43,9
PRONAF FLORESTA-FNE	216	62,3	1.634	0,5
PRONAF-ECO (FNE)	15	4,3	149	-
Total	347	100,0	388.689	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

iii. Projetos inseridos em arranjos produtivos locais e cadeias produtivas que tenham por objetivo explorar as potencialidades e vocações dos estados e contribuam para a redução das desigualdades regionais;

Conforme acordado com o MIN, para esta prioridade são informadas as contratações realizadas em arranjos produtivos locais – APLs dos setores prioritários definidos pelo Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio – MDIC⁴. Assim, constam da Tabela 53 os principais APLs de cada estado da área de atuação do BNB. Nesse contexto, em que se trabalha a estruturação das cadeias produtivas locais na perspectiva dos territórios, entende-se que todos os projetos financiados visam de uma forma geral, à redução das desigualdades. Quanto ao volume de recursos aplicados, destacam-se a fruticultura (manga e uva) em Petrolina-PE (47,0%) e o turismo em São Luís-MA (24,9%). Ainda apresentaram desempenho significativo os APLs relacionados ao setor calçadista em Juazeiro do Norte-CE (8,2%) e à fruticultura (manga e uva) em Juazeiro-BA (5,9%) e, por fim, à bovinocultura leiteira em Morada Nova-CE, com mais de 2,3% do valor total contratado no âmbito dos arranjos produtivos ora selecionados.

⁴ Referidos APLs foram priorizados pelos governos estaduais à luz de metodologia estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio – MDIC e coordenada pelo Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL). No âmbito do BNB, cerca de 200 Agentes de Desenvolvimento se dedicam ao fortalecimento dessas cadeias produtivas, numa estratégia que contempla formação de redes de negócios, apoio à inovação e à sustentabilidade ambiental e fortalecimento da governança em cada território. Fonte: BNB – Ambiente de Desenvolvimento Territorial.

Tabela 53 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Arranjos Produtivos Locais – APLs – Exercício de 2008

Valores em R\$ mil

Estado	APL	Produto	Nº de Operações	%	Valor	%
AL	Mandioca no Agreste Alagoano – Arapiraca	Mandioca	80	4,6	206	0,2
	Ovinocaprinocultura – Delmiro Golveia	Carne	14	0,8	19	-
	Laticínios do Sertão Alagoano – Major Isidoro	Leite	162	9,4	970	0,9
BA	Fruticultura – Juazeiro	Manga/Uva	9	0,5	6.230	5,9
	Transformação Plástica – Salvador	Transformação Plástica	4	0,2	313	0,3
	Caprinocultura – Senhor do Bonfim	Carne	3	0,2	5	-
	Sisal – Valente	Sisal	3	0,2	19	-
CE	Cajucultura – Aracati	Castanha	53	3,1	213	0,2
	Calçados – Juazeiro do Norte	Calçados	36	2,1	8.462	8,2
	Bovinocultura Leiteira – Morada Nova	Leite	329	19,0	2.345	2,3
	Ovinocaprinocultura – Tauá	Carne	120	7,0	585	0,6
ES	Fruticultura – São Mateus	Maracujá/Goíaba	1	0,1	50	-
	Café Conilon da Região Nordeste – São Gabriel da Palha	Café	14	0,8	470	0,4
MA	Leite e Derivados – Açailândia	Leite	94	5,4	1.627	1,6
	Leite e Derivados – Bacabal	Leite	24	1,4	267	0,3
	Ovinocaprinocultura – Chapadinha	Carne	44	2,5	76	0,1
	Turismo – São Luís	Turismo	6	0,3	26.132	24,9
	Fruticultura Irrigada – Janaúba	Banana/Citrus (Laranja/Limão)	9	0,6	357	0,3
PE	Confecções – Caruaru	Jeans	13	0,8	453	0,4
	Laticínios – Garanhuns	Leite	121	7,0	269	0,3
	Fruticultura – Petrolina	Manga/Uva	105	6,1	49.269	47,0
PI	Leite e Derivados da Região Norte – Parnaíba	Leite e Derivados	2	0,1	46	-
	Apicultura – Picos	Apicultura	4	0,2	57	0,1
	Cajucultura – Picos	Castanha	16	0,9	319	0,3
	Ovinocaprinocultura – Teresina	Corte	20	1,2	37	-
RN	Cerâmica – Açu	Olaria (Tijolo/Telha)	6	0,3	675	0,6
	Fruticultura – Açu	Fruticultura	68	3,9	1.289	1,2
	Laticínios – Caicó	Leite	88	5,1	1.050	1,0
	Tecelagem do Seridó – Jardim das Piranhas	Pano de Prato	11	0,6	261	0,3
SE	Petróleo e Gás – Aracaju	Petróleo e Gás	1	0,1	1.761	1,7

		Valores em R\$ mil					
Estado	APL	Produto	Nº de Operações	%	Valor	%	
		Mandioca – Lagarto	Mandioca	93	5,4	237	0,2
		Pecuária de Leite – N. S. da Glória	Leite	174	10,1	690	0,7
Total			1.727	100,0	104.759	100,0	

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar

iv. Projetos de modernização de empreendimentos tecnologicamente ineficientes e novos projetos que utilizem tecnologias inovadoras;

Nesta prioridade são apresentadas informações acerca dos novos projetos que utilizam tecnologia inovadora, financiados através do FNE-ProdeteC, conforme negociado com o MIN. De acordo com a Tabela 54, o setor de indústria e turismo responde por aproximadamente 28,6% dos projetos contratados, consumindo 87,5% dos recursos aplicados nesta prioridade.

Tabela 54 – FNE – Projetos Contratados (1) Inovações Tecnológicas – PRODETEC – Exercício de 2008

Valores em R\$ mil				
Setores	Nº de Operações	%	Valor	%
Industrial e Turismo	2	28,6	1.336	87,5
Comércio e Serviços	5	71,4	190	12,5
Total	7	100,0	1.526	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

v. Projetos de empresas que ampliem as exportações regionais;

De acordo com a Tabela 55, o setor de Indústria e Turismo responde por 80,4% dos contratos nesta prioridade, assimilando 86,5% dos recursos aplicados em projetos contratados na amplitude do Programa Nordeste Exportação.

Tabela 55 – FNE – Projetos Contratados (1) no setor de Exportação (2) – Exercício de 2008

Valores em R\$ mil				
Setores	Nº de Operações	%	Valor	%
Industrial e Turismo	41	80,4	175.388	86,5
Comércio e Serviços	10	19,6	27.295	13,5
Total	51	100,0	202.683	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Somente projetos contratados no âmbito do Programa Nordeste Exportação.

vi. Projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local.

As informações prestadas a seguir referem-se aos projetos contratados com míni, micro e pequenos produtores/empresas aos quais se atribui uma maior geração de emprego, conforme solicitação do MIN. Neste contexto, o atendimento desta prioridade efetivou-se a partir do conjunto de financiamentos realizados com micro e pequenos produtores rurais (exceto PRONAF) e com pequenas empresas, haja vista a contribuição dos financiamentos no âmbito do FNE para a criação e manutenção de postos de trabalho, bem como para o incremento da renda. Conforme Tabela 56, mais da metade dos recursos desta categoria foram aplicados no setor de comércio e serviços, seguido pelo setor rural que assimilou cerca de 33,7% do montante investido.

Tabela 56 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ com Míni, Micro e Pequenos ⁽²⁾ – Geração de Emprego e Renda – Exercício de 2008

Setor	Nº de Operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Rural	12.135	42,6	306.799	33,7
Agroindustrial	85	0,3	8.404	0,9
Industrial e Turismo	1.866	6,5	127.541	14,0
Comércio e Serviços	14.489	50,7	468.131	51,4
Total	28.575	100,1	910.875	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exclusive operações com agricultores familiares.

2. Prioridades Setoriais

i. Projetos de agricultura irrigada, em especial fruticultura, com ênfase na ampliação das áreas irrigadas com racionalização do uso dos recursos hídricos disponíveis;

Conforme acordado com o MIN, a Tabela 57 apresenta o montante contratado em projetos para ampliação de atividades de fruticultura irrigada, sem distinguir, contudo, aqueles que ampliam as áreas irrigadas promovendo a racionalização do uso dos recursos hídricos disponíveis. Assim, destaca-se a uva, atividade para a qual foram destinados 48,2% dos recursos, bem como a bananicultura (17,2%) e o cultivo da manga que absorveu 16,5% dos valores contratados. Embora a bananicultura responda por 17,2% dos valores contratados, essa atividade totalizou 26,6% das quantidades de operações realizadas no âmbito da fruticultura irrigada.

Tabela 57 – FNE – Projetos de Ampliação Contratados ⁽¹⁾ em Fruticultura Irrigada ⁽²⁾ – Exercício de 2008

Valores em R\$ mil

Produto	Nº de Operações	%	Valor	%
Abacaxi	1	0,5	1	-
Acerola	3	1,4	69	0,4
Ata/Pinha	2	1,0	48	0,3
Banana	56	26,6	3.055	17,2
Coco	8	3,8	343	1,9
Goiaba	5	2,4	483	2,7
Laranja	9	4,3	13	0,1
Limão	4	1,9	1.319	7,4
Macadamia	2	1,0	3	-
Mamão	5	2,4	37	0,2
Manga	5	2,4	2.914	16,5
Maracujá	95	45,1	911	5,1
Melão	1	0,5	1	-
Tangerina	1	0,5	6	-
Uva	13	6,2	8.545	48,2
Total	210	100,0	17.748	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Considerados apenas projetos de ampliação.

ii. Projetos relacionados ao desenvolvimento regional, tais como: apicultura, aquicultura, carcinicultura, ovinocaprinocultura e pesca;

De acordo com a Tabela 58, a ovinocaprinocultura⁵ foi a atividade que consumiu o maior volume de recursos (48,4%), tendo contratado 74,0% das operações desta categoria. Destacam-se também as atividades de carcinicultura (31,0%) e pesca (17,0%).

⁵ Atividade adequada a regiões semiáridas, sendo amplamente explorada no Nordeste, dado que estes animais suportam bem viver em ambientes onde as condições edafoclimáticas são as mais adversas. www.nordesteural.com.br, acesso em 11.02.2009.

Tabela 58 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ Relacionados ao Desenvolvimento Regional – Exercício de 2008

Setores	Nº de Operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Apicultura	860	3,2	5.586	3,6
Ovinocaprinocultura	20.160	74,1	74.189	48,4
Carcinicultura	35	0,1	47.608	31,0
Pesca	6.165	22,6	26.028	17,0
Total	27.220	100,0	153.411	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

iii. Projetos desenvolvidos em espelhos d’água públicos;

As informações referentes a esta prioridade são relacionadas aos projetos dos perímetros públicos irrigados, conforme negociados com o MIN. Nessa perspectiva, constam da Tabela 59 todos os projetos destinados à fruticultura irrigada, bem como aqueles realizados através do PROPESCA, ambos em áreas de perímetros públicos irrigados. Referidas áreas abrangem seis estados dentre os 11 que compõem a jurisdição do BNB. O mais expressivo volume de recursos (56,0%) foi destinado a projetos relacionados aos perímetros irrigados Bebedouro e Senador Nilo Coelho, em Petrolina-PE, seguidos pelo Baixo-Açu, no Estado do Rio Grande do Norte, que aplicou 16,9% do montante dos recursos no município de Ipanguaçu.

Tabela 59 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Espelhos D'Água ⁽²⁾ – Exercício de 2008

Valores em R\$ mil

Estado	Perímetro Irrigado ⁽³⁾	Municípios do Perímetro	Nº de Operações	%	Valor	%
BA	BARREIRAS NORTE E S. DESIDÉRIO/B.SUL	Barreiras	1	0,3	6	-
	CERAIMA	Guanambi	1	0,3	1	-
	CURAÇÁ, MANCADARU, MANIÇÓBA e TOURÃO	Juazeiro	96	25,9	178	0,8
	FORMOSO "A"	Bom Jesus da Lapa	2	0,5	74	0,3
	NUPEBA e RIACHO GRANDE	Riachão das Neves	1	0,3	140	0,6
	VAZA BARRIS (BA)	Canudos	27	7,3	380	1,7
	CE	ARARAS NORTE (CE)	Varjota	19	5,1	390
		Reriutaba	2	0,5	12	0,1
BAIXO ACARAÚ (CE)		Acaraú	29	7,8	1.578	7,3
		Marco	6	1,6	266	1,2
CURU-PENTECOSTE (CE)		Pentecoste	2	0,5	193	0,9
ICÓ-LIMA CAMPOS		Icó	1	0,3	10	-
JAGUARIBE-APODI (CE) e TABULEIRO DE RUSSAS		Limoeiro do Norte	19	5,1	354	1,6
JAGUARUANA (CE)		Jaguaruana	6	1,6	8	-
QUIXABINHA (CE)		Mauriti	3	0,8	17	0,1
TABULEIROS DE RUSSAS (CE)		Russas	8	2,2	176	0,8
MG	GORUTUBA	Nova Porteirinha	1	0,3	1	-
	JAÍBA	Jaíba	47	12,7	1.023	4,7
		Matias Cardoso	1	0,3	286	1,4
	PIRAPORA	Pirapora	1	0,3	71	0,3
	SÃO GONÇALO (PB)	Sousa	1	0,3	1	-
PE	BEBEDOURO e SENADOR NILO COELHO	Petrolina	30	8,1	12.177	56,1
PI	CALDEIRÃO (PI)	Piripiri	1	0,3	143	0,7

Valores em R\$ mil

Estado	Perímetro Irrigado ⁽³⁾	Municípios do Perímetro	Nº de Operações	%	Valor	%
	PLATÔS DE GUADALUPE (PI)	Guadalupe	17	4,6	352	1,6
	TABULEIROS LITORÂNEOS DO PIAUÍ (PI)	Parnaíba	3	0,8	90	0,4
RN	BAIXO-AÇU (RN)	Ipanguaçu	41	11,1	3.653	16,9
		Alto do Rodrigues	3	0,8	142	0,7
		Propriá	1	0,3	7	-
Total			370	100,0	21.729	100,0

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Consideradas os financiamentos enquadrados no PROPESCA e FRUTICULTURA IRRIGADA (Projetos de implantação, expansão e ampliação). (3) Consideraram-se apenas as contratações realizadas, em 2008, nos perímetros públicos irrigados.

iv. Projetos agroindustriais que contribuam para a agregação de valor às matérias-primas regionais;

Em acordo com o MIN, estão sendo fornecidas informações sobre os ramos de atividades financiadas no setor agroindustrial. Deste modo, a Tabela 60 apresenta os financiamentos destinados à agroindústria contratados através dos seguintes subprogramas: AGRIN, PRONAF-AGROINDÚSTRIA E PRONAF-AGRINF. Nesta prioridade, que enfatiza a agregação de valor às matérias-primas da agroindústria regional, destacam-se os projetos voltados para o processamento e beneficiamento da cana-de-açúcar, atividade que consumiu 22,5% dos recursos, bem como a indústria de combustíveis nucleares, refino de petróleo e álcool (21,4%) e abate, preparação e produção de carne, aves e pescado, atividades cujos projetos assimilaram 20,0% do montante de recursos.

Tabela 60 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ no setor Agroindustrial Matéria-prima Regional – Exercício de 2008

Atividades	Nº Operações	Valores em R\$ mil			
		%	Valor	%	
Abate e Prepar.Prod.Carne, Aves e Pescado	43	18,1	53.241	20,0	
Com.Varejista	3	1,3	247	0,1	
Fruticultura	6	2,5	369	0,1	
Gramínea	3	1,3	15.053	5,7	
Grãos	1	0,4	1.077	0,4	
Ind.Prod. Alimentícios	14	5,9	20.841	7,8	
Laticínios	42	17,7	6.289	2,4	
Moagem e Benef.	21	8,9	3.120	1,2	
Proces.Benef. Óleos e Gorduras Vegetais e Animais	2	0,8	15.535	5,9	
Raízes e Tubérculos	6	2,5	104	0,0	
Benef. Fibras	4	1,7	15.112	5,7	
Proces.Benef.Castanha de Caju	18	7,6	4.663	1,8	
Proces.Benef.Cana-de-açúcar	22	9,3	60.031	22,6	
Proces.Benef.Mel de Abelha	4	1,7	2.316	0,9	
Proces.Benef.Frutas e Hortaliças	26	11	8.879	3,3	
Ind. de Transformação	2	0,8	733	0,3	
Ind.Combust.Nucleares, Refino Petróleo e álcool	8	3,4	56.870	21,4	
Outras	12	5,1	1.195	0,4	
Total	237	100,0	265.675	100,0	

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Abrange os programas AGRIN, PRONAF-Agroindústria e PRONAF-AGRINF.

v. Projetos de infraestrutura econômica, compreendendo: transporte, energia (com destaque para a geração e distribuição de energias alternativas: gás, biodiesel, etc), armazenagem, comunicação, abastecimento de água e esgotamento sanitário;

No que concerne aos projetos destinados à infraestrutura econômica financiados pelo PROINFRA, conforme Tabela 61, destaca-se o setor de produção e distribuição de energia elétrica que participa com 64,9% do valor total financiado e 69,2% da quantidade de projetos deste programa. Merece registro, contudo, que no ano de 2008 não houve financiamento relativamente à produção e distribuição de gás e água, itens constantes da rubrica em referência.

Tabela 61 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ no setor de Infraestrutura – Exercício de 2008

Setores	Nº de Operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Telecomunicações	4	30,8	456.000	35,1
Produção e Distribuição de Energia Elétrica, gás e água	9	69,2	843.191	64,9
Total	13	100,0	1.299.191	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

vi. Projetos da indústria extrativa de minerais metálicos e não-metálicos, representados por complexos produtivos para o aproveitamento de recursos minerais da região;

Nesta prioridade, de acordo com a Tabela 62, o maior volume de recursos, cerca de 69,0%, foi alocado às atividades relativas à extração de minerais metálicos; em contrapartida, a quantidade mais expressiva de financiamentos contratados encontra-se em projetos destinados à extração de minerais não-metálicos (61,0%).

Tabela 62 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ no setor de Indústria Extrativa de Minerais – Exercício de 2008

Atividade	Nº de Operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Extração de Minerais Metálicos	14	38,9	9.337	68,9
Extração de Minerais Não Metálicos	22	61,1	4.222	31,1
Total	36	100,0	13.559	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

vii. Turismo em suas diversas modalidades;

No setor de Turismo, o financiamento de atividades relacionadas ao serviço de hospedagem corresponde a 97,8% do total de recursos contratados nesta prioridade. Assim, há baixa representatividade em atividades afins ao setor, como transporte turístico, entretenimento e artesanato (Tabela 63).

Tabela 63 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ no setor de Turismo – Exercício de 2008

Atividade	Nº de Operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Hospedagem	83	63,8	175.248	97,8
Ativs.Aux.Transportes	18	13,8	1.370	0,8
Alimentação	15	11,5	1.191	0,7
Transp.Turismo	7	5,4	1.015	0,6
Entretenimento	4	3,1	114	0,1
Serviços a Empresas	1	0,8	103	0,0
Artesanato	1	0,8	40	0,0
Pesquisa e Desenvolvimento	1	0,8	30	0,0
Total	130	100,0	179.111	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

viii. Projetos de alto potencial de geração de empregos em setores de comércio e de serviços, especialmente os ligados à ampliação da educação e saúde.

Acordado com o MIN o não-atendimento desta demanda em razão da impossibilidade de identificação imediata desses projetos. Ademais, esta prioridade não consta da programação do FNE para 2009.

3. Prioridades Espaciais

i. Projetos inseridos, segundo a metodologia da PNDR, nas microrregiões de baixa renda e baixo crescimento do PIB e nas microrregiões de média renda e PIB estagnado;

Conforme a Tabela 64 verifica-se um equilíbrio entre a quantidade de projetos financiados para ambas as tipologias – *baixa renda e média renda estagnada*⁶. No entanto, no que respeita ao montante de recursos envolvidos nesses projetos, a maior soma (71,0%) foi destinada à tipologia *média renda estagnada*.

Tabela 64 – FNE – Projetos Contratados (1) na Tipologia PNDR – Exercício 2008

Tipologia	Nº de Operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Baixa Renda	107.695	50,5	1.062.158	28,8
Média Renda Estagnada	105.610	49,5	2.620.317	71,2
Total	213.305	100,0	3.682.475	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

ii. Projetos localizados no semiárido;

Conforme a Tabela 65, o maior volume de contratações, cerca de 64,6%, foi destinado às áreas fora da região semiárida, embora tenham sido realizadas 63% da quantidade total de contratos. Merece registro o detalhamento da análise quanto às aplicações nestas duas regiões constantes do Capítulo, subitem 4.3.2 – Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido.

Tabela 65 – FNE – Contratações (1) por Região – Exercício de 2008

Região	No de Beneficiários	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Semi-árido	596.476	63,0	2.710.988	35,4
Fora do Semi-árido	349.965	37,0	4.957.607	64,6
Total	946.441	100,0	7.668.595	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

⁶ A classificação dos municípios de acordo com a tipologia PNDR é realizada pela Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, do MIN. Fonte: BNB – Programação FNE 2009.

iii. Projetos instalados nas áreas de influência de projetos públicos de irrigação, em especial os projetos agroindustriais;

Para esta prioridade foi acordado com o MIN o fornecimento de informações relacionadas aos projetos agroindustriais dos perímetros públicos irrigados. Nessa perspectiva, a Tabela 66 apresenta os financiamentos destinados a empreendimentos agroindustriais realizados através dos subprogramas AGRIN, PRONAF-AGROINDÚSTRIA, PRONAF-AGRINF, desenvolvidos nas áreas de perímetros públicos irrigados. Entre estes projetos merecem destaque o Baixo Acaraú, situado no município de Acaraú-CE, que absorveu 66,6% do montante aplicado, e os perímetros de Juazeiro-BA, denominados Curaçá, Mandacaru, Maniçoba e Tourão, cujos financiamentos totalizaram 21,5% dos recursos.

Tabela 66 – FNE – Contratações de Projetos Agroindustriais ⁽¹⁾ em Perímetros Irrigados Públicos – Exercício de 2008

Estado	Perímetro Irrigado	Municípios do Perímetro	Nº de Operações	%	Valor	%
BA	BARREIRAS NORTE E S. DESIDÉRIO/B.SUL	Barreiras	3	17,6	272	2,3
	CURAÇÁ, MANCADARU, MANIÇOBA e TOURÃO	Juazeiro	2	11,8	2.563	21,5
CE	BAIXO ACARAÚ (CE)	Acaraú	1	5,9	7.930	66,6
	JAGUARIBE-APODI (CE) e TABULEIRO DE RUSSAS	Limoeiro do Norte	1	5,9	18	0,2
	TABULEIROS DE RUSSAS (CE)	Russas	1	5,9	35	0,3
MA	BAIXADA OCIDENTAL MARANHENSE (MA)	Pinheiro	1	5,9	47	0,4
MG	LAGOA GRANDE	Janaúba	4	23,5	679	5,7
PE	SENADOR NILO COELHO	Casa Nova - BA	3	17,6	232	1,9
PI	TABULEIROS LITORÂNEOS DO PIAUÍ (PI)	Parnaíba	1	5,9	127	1,1
Total			17	100,0	11.903	100,0

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Operações enquadradas no AGRIN, PRONAF-Agroindústria e PRONAF-AGRINF.

iv. Projetos que promovam diversificação da produção nas zonas de monocultura;

Acordado com o MIN o não-atendimento desta demanda em razão da impossibilidade de identificação imediata desses projetos.

v. Projetos localizados nas mesorregiões de atuação da Secretaria de Programas Regionais – SPR, a saber: Chapada do Araripe, Xingó, Chapada das Mangabeiras (exceto municípios do Estado do Tocantins, assistidos pelo FNO), Vale do Jequitinhonha/Mucuri, Bico do Papagaio (municípios do Estado do Maranhão) e Seridó.

Constam da Tabela 67 os projetos financiados segundo as áreas de atuação da Secretaria de Programas Regionais – SPR. Neste contexto, no que concerne ao volume de recursos aplicado, destacam-se a Chapada das Mangabeiras (39,3%) e o Bico do

Papagaio (21,3%). Relativamente à quantidade de contratações sobressaem-se a região do Xingó (31,5%) e Chapada do Araripe (21,5%). A mesorregião do Seridó, embora detenha cerca de 14,9% dos projetos financiados, comprometeu 2,7% do total dos recursos no âmbito desta prioridade.

Tabela 67 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ nas Mesorregiões SPR⁽²⁾ – Exercício de 2008

Mesorregiões	Nº de Operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
BICO DO PAPAGAIO	3.752	7,1	323.366	21,3
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	4.614	8,8	596.807	39,3
CHAPADA DO ARARIPE	11.358	21,5	230.086	15,2
JEQUITINHONHA/MUCURI	8.513	16,2	133.791	8,8
SERIDÓ	7.869	14,9	41.376	2,7
XINGO	16.608	31,5	191.745	12,7
Total	52.714	100,0	1.517.171	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Secretaria de Programas Regionais.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE, RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE

5.1 Metodologia de Avaliação do FNE

O Banco do Nordeste desenvolveu, em 2005, uma metodologia de avaliação para o FNE, procurando estabelecer um processo permanente de avaliação do Fundo, de forma objetiva, permitindo verificar a sua efetividade e orientar possíveis ajustes visando ao alcance de seus objetivos.

Embora o objetivo básico da avaliação seja a aferição dos resultados e impactos, a análise da execução e a constatação da efetividade das ações também são aspectos que compõem o processo, oferecendo uma visão abrangente da implantação do Fundo, bem como a identificação dos fatos que explicam ou influíram nos resultados e impactos. Assim, a avaliação do FNE prevê a abordagem dos seguintes aspectos:

- Análise da execução
- Análise da efetividade das ações
- Análise de resultados e impactos

Matriz de Estrutura Lógica

Para orientar o processo de avaliação, foi elaborada a Matriz de Estrutura Lógica para o Fundo onde é apresentado o relacionamento entre objetivos, instrumentos de ação, efetividade dos instrumentos e impactos e resultados, permitindo a visualização da lógica estabelecida para viabilizar o alcance dos objetivos definidos.

Os instrumentos de ação definem as intervenções do Fundo para o alcance dos objetivos e são representados pelas linhas de crédito e seus programas.

A efetividade desses instrumentos se refere à funcionalidade das ações. Trata-se, portanto, da verificação se os recursos foram aplicados nas atividades financiadas e se os investimentos estão cumprindo suas funções e promovendo os resultados esperados.

Os resultados e impactos representam a efetividade do Fundo, ou seja, a materialização dos objetivos. A aferição é feita através de indicadores relacionados diretamente com os objetivos.

As Tabelas 37 A e 38 A apresentam a Matriz de Estrutura Lógica do FNE e os Indicadores de Execução, Efetividade e Resultados, respectivamente.

Níveis da Avaliação

Além da visão geral, a avaliação deve ser realizada nos seguintes níveis ou cortes: Empreendimentos, Estados, Região Semiárida, Setores e Porte dos Empreendedores.

Produtos da Avaliação

A Metodologia de Avaliação definida para o FNE estabelece os seguintes tipos de produtos:

a) Relatórios Anuais – Destinados à avaliação da programação do ano, podendo fazer análises cumulativas do período do governo e se detêm às análises de execução anual, efetividade e resultados e devem abordar, no mínimo, os seguintes aspectos:

- Descrição e análise de evoluções que o Fundo tenha incorporado no ano (novos programas, alterações ou introdução de diretrizes novas, etc.);
- Análise da execução por Estado, por setor, para região semiárida, pelo porte dos beneficiários e consolidados para o Fundo;
- Análise de efetividade das ações;

- Aferição de resultados no ano;
- Resultados de estudos de casos realizados no ano;
- Lições aprendidas;
- Sugestões e recomendações que possam ser incorporadas à implementação do Fundo.

Os relatórios deverão ser elaborados pelo ETENE com o apoio de consultores para realização das pesquisas e estudos de casos.

b) Relatórios Quadrienais – Destinados à avaliação da implementação do Fundo no período do governo e se detêm às análises de execução do período, efetividade e resultados e devem abordar, no mínimo, os seguintes aspectos:

- Descrição e análise de evoluções que o Fundo tenha incorporado no período abordado (novos programas, alterações ou introdução de diretrizes novas, etc.);
- Análise da execução por Estado, por setor, para região semiárida, por tamanho do beneficiário e consolidado para o Fundo;
- Análise de efetividade das ações;
- Aferição de resultados obtidos no período;
- Resultados de estudos de casos realizados no ano;
- Lições aprendidas;
- Conclusões, sugestões e recomendações que possam ser incorporadas à implementação do Fundo.

Os relatórios deverão ser elaborados pelo ETENE com o apoio de consultores para realização das pesquisas e estudos de casos.

c) Relatórios de Avaliação de Longo Prazo – Destinam-se à avaliação do Fundo em períodos que devem ser superiores a cinco anos para permitir a inferência de impactos promovidos pela sua implementação e a aferição de resultados e impactos, devendo abordar, no mínimo, os seguintes aspectos:

- Descrição e análise de evoluções que o Fundo tenha incorporado desde sua instituição (programas, diretrizes etc.);
- Análise da execução por Estado, por setor, para região semiárida, por tamanho do beneficiário e consolidado para o Fundo;
- Análise de efetividade das ações;
- Medição de resultados obtidos no período;
- Aferição de impactos que possam ser imputados ao Fundo ou que tenham recebido sua contribuição;

- Lições aprendidas;
- Conclusões, sugestões e recomendações que possam ser incorporadas à implementação do Fundo;

Referidos relatórios deverão ser elaborados por consultores externos sob a coordenação do ETENE.

Gerenciamento das Informações

A implantação da metodologia de avaliação do FNE está priorizando a organização do sistema de informações para avaliação, visando sua incorporação à rotina operativa do Banco. Com isto, os dados de entrada dos projetos ficarão armazenados em sistema informatizado do Banco durante a rotina de análise.

O BNB realiza avaliações do FNE através das abordagens quantitativa e qualitativa. Para esta última abordagem, foi concluída a avaliação de impactos do FNE utilizando-se o método de *Matching* com *Propensity Score* e a avaliação do FNE a partir da Matriz de Insumo Produto. Estas avaliações estão sendo abordadas neste capítulo, em subitens específicos.

Quanto à abordagem qualitativa, após a elaboração da metodologia descrita anteriormente, o BNB realizou avaliações com a utilização da referida metodologia para os programas FNE-Agroindustrial, FNE-Industrial e FNE-Comércio e Serviços, cujos resultados foram divulgados em relatórios anteriores do FNE. Por recomendação do MIN o Banco está realizando uma avaliação do FNE-Rural, para a qual será aplicada pesquisa de campo. Devido à abrangência do Programa e sua elevada participação no FNE, decidiu-se avaliar as atividades mais representativas em termo de volume de recursos que são: a Bovinocultura de Corte, a Bovinocultura de Leite e o cultivo da Soja. Essas 03 (três) atividades representam 34,7% dos recursos do FNE-Rural no período de 1989 a julho de 2008 e 41,3% no período de 1998 a julho/2008.

Conforme prevê a metodologia de avaliação do FNE, essa pesquisa será realizada com o suporte de consultoria externa, com vistas a assegurar a isenção e credibilidade do estudo. Desse modo, o Banco está firmando convênio com a EMBRAPA para que a mesma realize o estudo dirigido a essas atividades. Para a aplicação da pesquisa de campo, está em processo de contratação empresa para realizar esta atividade. Com vistas a garantir a adequada aplicação da metodologia de avaliação do FNE, o BNB contará com o apoio de consultor que acompanhará todo o trabalho a ser realizado observando especificamente este aspecto. A equipe do BNB estará envolvida diretamente em todas as etapas do estudo.

As informações a seguir se referem aos primeiros resultados analisados pelo BNB para o FNE-Rural na bovinocultura como um todo e para os segmentos bovinocultura do leite e do corte, além do cultivo da soja. Observe-se que se tratam de análises obtidas a partir de dados secundários internos referentes a contratações

realizadas pelo Banco. Com vistas a se conhecer os impactos do FNE na produção, no emprego, nos salários, nos tributos e na renda, utilizou-se a Matriz de Insumo Produto.

5.2 Avaliação de Execução do FNE-Rural para as Atividades da Bovinocultura do Corte, do Leite e Cultivo de Soja

Após a elaboração da metodologia descrita anteriormente, o BNB realizou avaliações com a utilização da referida metodologia para os programas FNE-Agroindustrial, FNE-Industrial e FNE-Comércio e Serviços. A avaliação que está sendo atualmente realizada é a do FNE-Rural, programa que comporta elevada parcela dos recursos do Fundo. A avaliação deste programa encontra-se de acordo com a recomendação do Ministério da Integração Nacional feita ao Banco.

O FNE-RURAL (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste) tem como objetivos:

1) Promover o desenvolvimento da pecuária regional através do fortalecimento e da modernização da infraestrutura produtiva dos estabelecimentos pecuários, da diversificação das atividades e do melhoramento genético dos rebanhos em áreas selecionadas;

2) Aumentar, em áreas de sequeiro selecionadas e irrigadas, a produção e a produtividade dos empreendimentos agrícolas, com base na melhoria das tecnologias de exploração, associada à preservação e conservação do meio ambiente, com o consequente incremento do padrão da oferta de matérias-primas agroindustriais, bem assim de alimentos à população regional e dos níveis de emprego e renda nas zonas produtoras;

3) Apoiar a articulação dos diversos elos das cadeias produtivas agroindustriais sob o enfoque sistêmico, tendo como beneficiários produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas) e associações formalmente constituídas e cooperativas de produtores rurais.

Os créditos do programa são destinados a implantação, expansão, diversificação e modernização de empreendimentos agropecuários, contemplando as atividades de agricultura irrigada, agricultura de sequeiro, bovinocultura, bubalinocultura, ovinocaprino cultura, avicultura, suinocultura, apicultura, sericicultura, estrutiocultura e produção de sementes e mudas, mediante o financiamento de todos os investimentos fixos e semifixos.

Considerando o período de 1989 a julho de 2008, esse programa é o maior em volume de contratações e quantidade de clientes, investindo o valor de R\$ 12,6 bilhões, o que representa 32,5% das aplicações do FNE, e beneficiando 414.611 clientes. (Tabela 68)

Tabela 68 – FNE-Rural – Contratações Anuais – Período: 1989 a Julho de 2008

Ano	Nº de Operações	Valor Contratado ⁽¹⁾ (R\$ mil)
1989	8.115	6.813
1990	32.869	367
1991	22.680	340
1992	11.299	20
1993	31.451	1.470
1994	16.011	558.855
1995	26.285	1.294.322
1996	41.814	2.017.743
1997	35.990	1.119.632
1998	50.903	906.875
1999	49.813	443.868
2000	15.848	463.884
2001	4.979	145.646
2002	4.671	141.791
2003	5.051	422.842
2004	9.601	959.232
2005	11.421	1.139.318
2006	13.642	1.042.902
2007	14.244	1.154.345
jul/08	7.924	815.408
Total	414.611	12.635.675

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Valores a preços de Julho de 2008 (IGP-DI).

As aplicações não só do Rural, mas no FNE como um todo, foram pequenas e decrescentes até 1992, experimentando forte crescimento de 1993 a 1996. Entre 1997 e 2002, as aplicações foram decrescentes, retomando uma trajetória de crescimento a partir de 2003, exceto em 2006 quando ocorreu uma pequena queda. (Tabela 68)

Devido à abrangência do FNE-Rural no financiamento de diversas atividades agropecuárias, decidiu-se avaliar as atividades mais representativas em termo de volume de recursos que são: a Bovinocultura de Corte, a Bovinocultura de Leite, o cultivo da Soja. Essas 03 (três) atividades representam 34,7% dos recursos do FNE-Rural no período de 1989 a julho de 2008 e 41,3% no período de 1998 a julho/2008. Um dos aspectos a ser observado na avaliação dessas atividades é a análise da execução, que será apresentada a seguir.

5.2.1 O FNE e a Criação de Bovinos

Dentre as atividades apoiadas pelo programa FNE-Rural, no período de 1989 a jul/2008, a criação de bovinos foi a mais financiada com R\$ 3,5 bilhões representando 27,4% dos valores contratos e 119.512 operações ou 28,8% do total das operações do programa.

Tabela 69 – FNE Rural – Contratações Criação de Bovinos – Período: 1989 a Julho de 2008

Ano	Nº de Operações	Valor Contratado⁽¹⁾ (R\$ mil)
1989	1.596	219
1990	7.851	74
1991	5.140	70
1992	2.413	2
1993	7.653	232
1994	3.534	87.071
1995	6.437	320.647
1996	10.170	502.695
1997	8.551	292.411
1998	15.862	369.851
1999	6.037	93.813
2000	4.635	141.831
2001	1.641	54.449
2002	1.395	49.236
2003	1.895	102.930
2004	5.149	244.154
2005	6.902	285.607
2006	8.601	313.936
2007	9.378	382.459
jul/08	4.672	221.391
Total	119.512	3.463.079

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Valores a preços de Julho de 2008 (IGP-DI).

A análise da Tabela 69 mostra que os valores contratados apresentam muitas oscilações ao longo do período considerado. As contratações nos primeiros cinco anos (1989-1993) têm pouca representatividade (menor que 1%) no valor total contratado pelo programa. A partir de 1994, as contratações aumentam consideravelmente até 1998, neste período (1994-1998) encontra-se o ano que possui o maior volume de contratações de todo o período analisado que foi o ano de 1996 com contratações de R\$ 502,9 milhões representando 14,5% do valor total contratado. De 1999 a 2007, com exceção do ano de 2000, observa-se que o comportamento das contratações acompanha o do FNE que a partir de 1999 teve uma redução nas aplicações até o ano de 2002 e crescimento a partir de 2003. O primeiro período coincide com a política nacional de redução de gastos públicos para geração de superávits primários e enfatizada pelo Governo Federal; no segundo período, houve um aumento progressivo das contratações com uma eficiência maior na aplicação dos recursos orçados e mudanças na política de gestão do FNE, contribuindo para inversão na tendência das contratações.

Na análise por porte dos empreendimentos financiados pelo Programa FNE-Rural na atividade de criação de bovinos, percebe-se que a maior parte dos recursos foi contratada por clientes de porte míni com 39,4% (1,4 bilhão) do volume de recursos,

este grupo responde por 52,0% (62.109) das operações, seguido pelos pequenos produtores com 28,4% (985 milhões) do valor contratado e 41,6% (49.680) das operações, os produtores de porte médio e grande apesar de representarem apenas 6% (7.143) das operações contrataram 31,4% (1,1 bilhão) dos recursos (Tabela 70).

Tabela 70 – FNE Rural – Contratações Criação de Bovinos por Porte – Período: 1989 a Julho de 2008

Porte	Nº de Operações	%	Valor Contratado ⁽¹⁾ (R\$ mil)	%
Grande	1.351	1,1	458.216	13,2
Médio	5.792	4,8	631.891	18,2
Míni	62.109	52,0	1.365.013	39,4
Pequeno	49.680	41,6	984.861	28,4
Não Especificado	580	0,5	23.098	0,7
Total	119.512	100,0	3.463.079	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Valores a preços de Julho de 2008 (IGP - DI).

A Tabela 71 apresenta a distribuição por Estado dos números do programa, no período analisado (1989/jul-2008).

Tabela 71 – FNE Rural – Contratações Criação de Bovinos por Estado – Período: 1989 a Julho de 2008

Estado	Nº de Operações	%	Valor Contratado ⁽¹⁾ (R\$ mil)	%
Alagoas	7.571	6,3	214.475	6,2
Bahia	21.344	17,9	742.688	21,4
Ceará	14.571	12,2	273.299	7,9
Espírito Santo	823	0,7	137.071	4,0
Maranhão	11.628	9,7	600.154	17,3
Minas Gerais	10.841	9,1	364.835	10,5
Paraíba	10.266	8,6	178.903	5,2
Pernambuco	11.192	9,4	321.008	9,3
Piauí	7.199	6,0	176.121	5,1
Rio Grande do Norte	10.058	8,4	202.002	5,8
Sergipe	14.018	11,7	252.523	7,3
Total	119.512	100,0	3.463.079	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Valores a preços de Julho de 2008 (IGP-DI).

No período de 1989 a julho de 2008, os estados contemplados com os maiores volumes de recursos foram Bahia, com R\$ 742,7 milhões, representando 21,4% do valor total financiado; Maranhão, com cerca de R\$ 600,2 milhões (17,3%); Minas Gerais, R\$ 364,8 milhões (10,5%) e Pernambuco R\$ 321,0 milhões (9,3%). Juntos, estes estados totalizaram R\$ 2,0 bilhões, ou seja, 58,6% dos recursos totais aplicados

das contratações no período em questão. Os estados com menor representatividade, foram Espírito Santo 4,0% (R\$ 137,1 milhões), Piauí 5,1% (176,1 milhões), Paraíba 5,2% (R\$ 179,0 milhões), estes estados totalizaram R\$ 492,0 milhões, ou seja, 14,3% dos recursos totais aplicados. Outros estados que se encontram numa faixa intermediária totalizaram R\$ 942,3 milhões, ou seja, 27,2% dos recursos totais aplicados são eles: Ceará (R\$ 273,3 milhões), Sergipe (R\$ 253,0 milhões), Alagoas (R\$ 214,5 milhões) e Rio Grande do Norte (R\$ 202,0 milhões). (Tabela 71).

Quanto à quantidade de operações realizadas no período de 1989 a julho de 2008, os estados que se destacam como maiores números de operações são: Bahia com 17,9% (21.344) das operações, seguido pelo Ceará, 12,2% (14.571), Sergipe, 11,7% (14.018) e Maranhão, 9,7% (11.628). Por outro lado, os de menor destaque são: Espírito Santo com 0,7% (823) das operações, Piauí 6,0% (7.199) e Alagoas 6,3% (7.571). (Tabela 71).

Tabela 72 – FNE Rural – Contratações Criação de Bovinos Por Região – Período: 1989 a Julho de 2008

Região	Nº de Operações	%	Valor Contratado ⁽¹⁾ (R\$ mil)	%
Fora do Semiárido	33.100	27,7	1.466.115	42,3
Semiárido	86.412	72,3	1.996.964	57,7
Total	119.512	100,0	3.463.079	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Valores a preços de Julho de 2008 (IGP-DI).

Tomando-se como referência os números da Tabela 72, 57,7% dos recursos do FNE-Rural aplicados na atividade, no período de 1989 a julho de 2008, cerca de R\$ 2,0 bilhões foram aplicados na região do Semiárido brasileiro através de 86.412 (72,3%) operações. Já a região fora do semiárido obteve 42,3% (R\$ 1,5 bilhão) do valor contratado através de 33.100 operações (27,7%).

5.2.1.1 Impactos da Criação de Bovinos a partir da Matriz de Insumo Produto

Conforme pode ser observado na Tabela 73, estima-se que, do total de R\$ 2,96 bilhões contratados no período 1989-julho/2008, cerca de R\$ 1,57 bilhão foi direcionado para investimentos, que por sua vez, implicarão, seja através dos efeitos diretos, seja pelos indiretos, na geração de R\$ 3,40 bilhões em termos de produção bruta regional e cerca de R\$ 2,03 bilhões no que tange ao valor adicionado na economia da Região.

Com relação ao mercado de trabalho, estima-se que os investimentos nesta atividade tenham sido responsáveis pela geração, entre empregos formais e informais, de mais de 297 mil ocupações no Nordeste, o que representa um impacto sobre o pagamento de remunerações de aproximadamente R\$ 573,15 milhões. No tocante a geração de receitas de tributação, estima-se que serão arrecadados cerca de R\$ 481,57 milhões.

No contexto da referida atividade, os resultados evidenciam que o Estado da Bahia ocupa posição de destaque na Região, respondendo isoladamente por mais de ¼ do total apurado em todas as variáveis observadas (cerca de 31,21% da produção bruta total, 29,50% do total do valor adicionado, 26,69% das ocupações, 30,75% dos salários e 32,66% dos tributos).

Tabela 73 – Criação de bovinos – Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1989-Jul/2008 ⁽¹⁾

Valores em R\$ milhões ⁽²⁾

Estado	Valor Contratado	Valor Investido	Produção	Valor adicionado (Renda)	Emprego (3)	Salário	Tributos
Alagoas	214,48	113,67	224,51	137,27	17.767	39,88	30,51
Bahia	742,69	393,62	1059,98	597,76	79.289	176,25	157,29
Ceará	273,30	144,85	345,70	201,50	26.115	58,53	50,57
Maranhão	600,15	318,08	587,22	378,56	55.915	95,69	76,97
Paraíba	178,90	94,82	172,05	108,24	18.511	30,69	24,07
Pernambuco	321,01	170,13	383,68	217,84	38.763	60,66	55,73
Piauí	176,12	93,34	195,78	118,70	16.114	35,12	27,86
Rio Grande do Norte	202,00	107,06	199,29	120,29	18.899	35,46	27,68
Sergipe	252,52	133,84	228,30	146,42	25.667	40,88	30,89
NORDESTE	2.961,17	1.569,42	3.396,50	2.026,58	297.041	573,15	481,57

Fontes: BNB-ETENE e Central de Informações Econômicas Sociais e Tecnológicas.

Nota: (1) Cálculos preliminares realizados com a Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – 2004. Efeitos diretos, indiretos e de renda, que serão alcançados durante o ciclo de maturação dos investimentos e de seus respectivos impactos ao longo de toda a cadeia produtiva da Região, ou seja, a partir de 2008 e podendo prolongar-se pelos anos seguintes. (2) Valores a preços de julho de 2008 (IGP-DI). (3) Em número de pessoas.

A seguir, são apresentadas as análises da Bovinocultura de Leite e Bovinocultura de Corte considerando o período de 1998 a julho de 2008, dado que a partir de 1998 a atividade de criação de bovinos passou a ser subdividida nestas duas atividades.

5.2.2 O FNE e a Bovinocultura do Leite

Comparando o período de 1998 a julho de 2008 com todo o período do programa (1989 a julho de 2008), a Bovinocultura de Leite representa 8,0% dos valores contratados e 10,3% das contratações, já em relação à atividade de criação de bovinos sua participação é de 29,1% dos valores contratados e 35,7% do número de operações. Já considerando o mesmo período, a atividade representa 13,2% das contratações do programa e 44,7 % do valor das aplicações na criação de bovinos.

A Bovinocultura de Leite, no período de 1998 a julho de 2008, teve participação de 13,2% do valor das aplicações no FNE-Rural, já a Bovinocultura de Corte representou 16,4% do total de contratações.

No período de 1998 a julho de 2008, foram aplicados na Bovinocultura de Leite R\$ 1 bilhão com recursos do FNE-Rural através de 42.633 operações. A análise dos dados da Tabela 74 mostra que os valores contratados e o número de operações vêm crescendo desde 2003. Por outro lado, o período de 1998 a 2002 apresenta uma diminuição no número de operações e no volume de recursos contratados (exceto ano de 2002). O comportamento das contratações desta atividade também acompanha o do FNE que a partir de 1999 teve uma redução nas aplicações de 1998 até o ano de 2002 e crescimento a partir de 2003.

Tabela 74 – FNE Rural – Contratações Bovinocultura de Leite – Período: 1998 a Julho de 2008

Ano	Nº de Operações	Valor Contratado ⁽¹⁾ (R\$ mil)
1998	10.198	214.990
1999	3.976	49.793
2000	3.016	78.943
2001	1.123	29.927
2002	791	28.125
2003	1.221	39.313
2004	3.264	96.422
2005	4.279	113.782
2006	5.557	126.395
2007	6.193	149.838
jul/08	3.014	81.654
Total	42.633	1.009.182

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Valores a preços de Julho de 2008 (IGP-DI).

Na análise por porte dos empreendimentos financiados pelo Programa FNE-Rural, percebe-se que o volume de recursos concentra-se nos de míni e pequeno porte representando 86,5 % (R\$ 872,8 milhões) dos recursos, é nesses portes que estão o maior número de operações representando 98,0% do número de operações (41.813 contratos). Os demais empreendimentos representam apenas 13,5% (R\$ 136,4 milhões) dos valores contratados e 1,9% (817 contratos) do número de operações (Tabela 75).

Tabela 75 – FNE Rural – Contratações Bovinocultura de Leite por Porte – Período: 1998 a Julho de 2008

Porte	Nº de Operações	%	Valor Contratado ⁽¹⁾ (R\$ mil)	%
Grande	84	0,2	29.419	2,9
Médio	733	1,7	106.935	10,6
Míni	31.568	74,0	589.183	58,4
Pequeno	10.245	24,0	283.640	28,1
Não Especificado	2	0,0	4	0,0
Total	42.633	100,0	1.009.182	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito

Nota: (1) Valores a preços de Julho de 2008 (IGP-DI).

A Tabela 76 apresenta a distribuição por Estado dos números do programa, no período analisado (1998/jul-2008).

Tabela 76 – FNE Rural – Contratações Bovinocultura Leite por Estado – Período: 1998 a Julho de 2008

Estado	Nº de Operações	%	Valor Contratado ⁽¹⁾ R\$ mil)	%
Alagoas	2.626	6,2	68.658	6,8
Bahia	5.538	13,0	193.750	19,2
Ceará	5.739	13,5	127.328	12,6
Espírito Santo	695	1,6	59.418	5,9
Maranhão	2.546	6,0	77.218	7,7
Minas Gerais	2.881	6,8	88.775	8,8
Paraíba	4.761	11,2	80.207	7,9
Pernambuco	4.766	11,2	116.472	11,5
Piauí	915	2,1	15.773	1,6
Rio Grande do Norte	5.634	13,2	89.369	8,9
Sergipe	6.533	15,3	92.214	9,1
Total	42.633	100,0	1.009.182	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Valores a preços de Julho de 2008 (IGP-DI).

No período de 1998 a julho de 2008, os estados contemplados com os maiores volumes de recursos foram Bahia, com R\$ 193,8 milhões, representando 19,2% do valor total financiado; Ceará, com cerca de R\$ 127,3 milhões (12,6%); Pernambuco, R\$ 116,5 milhões (11,5%); e Sergipe, com R\$ 92,2 milhões (9,1%). Juntos, estes estados totalizaram R\$ 529,8 milhões, ou seja, 52,4% dos recursos totais aplicados das contratações no período em questão. Os estados com menor representatividade foram Piauí 1,6% (R\$ 15,8 milhões), Espírito Santo 5,9% (R\$ 59,4 milhões) e Alagoas 6,8% (R\$ 68,7 milhões). Estes estados totalizaram R\$ 143,9 milhões, ou seja, 14,3% dos recursos totais aplicados. Outros estados se encontram numa faixa intermediária de representatividade que totalizaram R\$ 335,6 milhões, ou seja, 33,3% dos recursos totais aplicados, são eles: Rio Grande do Norte (R\$ 89,4 milhões), Minas Gerais (R\$ 88,8 milhões), Paraíba (R\$ 80,2 milhões) e (Maranhão R\$ 77,2 milhões). (Tabela 76).

Quanto à quantidade de operações realizadas no período de 1998 a julho de 2008, os estados que se destacam como maiores números de operações são: Sergipe com 16,0% das operações, seguido pelo Rio Grande do Norte (13,5%), Bahia (12,7%) e Ceará (12,6%). Por outro lado, os de menor destaque são: Espírito Santo com 1,8%, logo atrás do Piauí com 2,2%. (Tabela 76).

Tabela 77 – FNE Rural – Contratações Bovinocultura de Leite por Região – Período: 1998 a Julho de 2008

Região	Nº de Operações	%	Valor Contratado ⁽¹⁾ (R\$ mil)	%
Fora do Semiárido	8.477	19,9	319.375	31,6
Semiárido	34.156	80,1	689.806	68,4
Total	42.633	100,0	1.009.182	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito

Nota: (1) Valores a preços de Julho de 2008 (IGP-DI).

Tomando-se como referência os números da Tabela 77, 68,4% dos recursos do FNE-Rural aplicados na atividade, no período de 1998 a julho de 2008, cerca de R\$ 689,8 milhões foram aplicados na região do Semiárido brasileiro através de 29.747 operações. Já a região fora do semiárido obteve 31,6% (R\$ 319,4 milhões) do valor contratado e apenas 20,6% (7.719 operações) no período.

5.2.2.1 Impactos da Bovinocultura do Leite a partir da Matriz de Insumo Produto

Conforme pode ser observado na Tabela 78, estima-se que, do total de R\$ 861 milhões contratados no período 1998-jul/2008, cerca de R\$ 456,32 milhões foram direcionados para investimentos, que por sua vez, implicaram, seja através dos efeitos diretos, seja pelos indiretos, na geração de R\$ 990,42 milhões em termos de produção bruta regional e cerca de R\$ 587,35 milhões no que tange ao valor adicionado na economia da Região.

Quanto ao mercado de trabalho da Região, estima-se que os investimentos nesta atividade tenham sido responsáveis pela geração, entre empregos formais e informais, de mais de 87 mil ocupações no Nordeste, o que representa um impacto sobre o pagamento de remunerações de aproximadamente R\$ 167,86 milhões. No tocante a geração de receitas de tributação, estima-se que tenham sido arrecadados cerca de R\$ 141,29 milhões.

No contexto da referida atividade, os resultados evidenciam que o Estado da Bahia é o que mais se destaca na Região, respondendo isoladamente por mais de ¼ do

total apurado em todos as variáveis observadas, seguido pelos estados do Ceará e Pernambuco, com certa preponderância do Ceará sobre este último.

Tabela 78 – Criação de bovinos de leite – Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1998-jul/2008 ⁽¹⁾

Valores em R\$ milhões ⁽²⁾

Estado	Valor Contratado	Valor Investido	Produção	Valor adicionado (Renda)	Emprego (3)	Salário	Tributos
Alagoas	68,66	36,39	71,87	43,94	5.688	12,77	9,77
Bahia	193,75	102,69	276,52	155,94	20.685	45,98	41,03
Ceará	127,33	67,48	161,06	93,88	12.167	27,27	23,56
Maranhão	77,22	40,93	75,55	48,71	7.194	12,31	9,90
Paraíba	80,21	42,51	77,13	48,53	8.299	13,76	10,79
Pernambuco	116,47	61,73	139,21	79,04	14.065	22,01	20,22
Piauí	15,77	8,36	17,53	10,63	1.443	3,14	2,50
Rio Grande do Norte	89,37	47,37	88,17	53,22	8.361	15,69	12,25
Sergipe	92,21	48,87	83,37	53,47	9.373	14,93	11,28
NORDESTE	860,99	456,32	990,42	587,35	87.274	167,86	141,29

Fontes: BNB-ETENE e Central de Informações Econômicas Sociais e Tecnológicas.

Nota: (1) Cálculos preliminares realizados com a Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – 2004. Efeitos diretos, indiretos e de renda, que serão alcançados durante o ciclo de maturação dos investimentos e de seus respectivos impactos ao longo de toda a cadeia produtiva da Região, ou seja, a partir de 2008 e podendo prolongar-se pelos anos seguintes. (2) Valores a preços de julho de / (IGP-DI). (3) Em número de pessoas.

5.2.3 O FNE e a Bovinocultura do Corte

Comparando o período de 1998 a julho de 2008 com todo o período do programa (1989 a julho de 2008), a Bovinocultura de Corte representa 9,9% dos valores contratados e 5,7% das contratações, já em relação à atividade de criação de bovinos sua participação é de 36,1% dos valores contratados e 19,7% do número de operações. Já considerando o mesmo período, a atividade representa 16,4% das contratações do programa e 55,3 % do valor das aplicações na criação de bovinos.

No período de 1998 a julho de 2008, foram aplicados na Bovinocultura de Corte R\$ 1,3 bilhão com recursos do FNE-Rural através de 23.533 operações. A análise dos dados da Tabela 79 mostra que os valores contratados e o número de operações vêm crescendo desde 2002. Por outro lado, o período de 1998 a 2001 apresenta uma diminuição no número de operações e no volume de recursos contratados.

Tabela 79 – FNE-Rural – Contratações Bovinocultura de Corte – Período: 1998 a Julho de 2008

Ano	Nº de Operações	Valor Contratado ⁽¹⁾ (R\$ mil)
1998	5.663	154.856
1999	2.061	44.020
2000	1.619	62.888
2001	518	24.522
2002	604	21.111
2003	674	63.617
2004	1.885	147.733
2005	2.623	171.825
2006	3.044	187.541
2007	3.184	232.621
jul/08	1.658	139.738
Total	23.533	1.250.471

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Valores a preços de Julho de 2008 (IGP-DI).

Na análise por porte dos empreendimentos financiados pelo Programa FNE-Rural na atividade de Bovinocultura de Corte, percebe-se que 53,9% do volume de recursos foram aplicados em clientes de grande e médio porte e 46,1% nos míni e pequenos produtores, embora estes grupos concentrem 89,5% do número de operações. A distribuição dos valores contratados por porte foi a seguinte: Míni 349,0 milhões (27,9%), Médio 341,0 milhões (27,3%), Grande 332,8 milhões (26,6%) e Pequeno 227,8 milhões (18,2%). Em relação ao número de operações contratadas, os empreendimentos de porte míni representam 65,7% (15.472 contratos) do total das operações, os pequenos 23,8% (5.596 operações), médio 8,3% (1.962 contratos) e grande 2,1% (504 contratos). (Tabela 80).

Tabela 80 – FNE-Rural – Contratações Bovinocultura de Corte por Porte – Período: 1998 a Julho de 2008

Porte	Nº de Operações	%	Valor Contratado ⁽¹⁾ (R\$ mil)	%
Grande	504	2,1	332.752	26,6
Médio	1.962	8,3	340.952	27,3
Míni	15.472	65,7	349.029	27,9
Pequeno	5.596	23,8	227.738	18,2
Total	23.533	100,0	1.250.471	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Valores a preços de Julho de 2008 (IGP -DI).

A Tabela 81 apresenta a distribuição por Estado dos números do programa, no período analisado (1998/jul-2008).

Tabela 81 – FNE Rural – Contratações Bovinocultura Corte por Estado – Período: 1998 a Julho de 2008

Estado	Nº de Operações	%	Valor Contratado ⁽¹⁾ (R\$ mil)	%
Alagoas	585	2,5	35.652	2,9
Bahia	6.787	28,8	344.786	27,6
Ceará	623	2,6	15.087	1,2

Espírito Santo	127	0,5	77.653	6,2
Maranhão	6.554	27,9	421.560	33,7
Minas Gerais	2.332	9,9	145.608	11,6
Paraíba	917	3,9	23.041	1,8
Pernambuco	813	3,5	32.362	2,6
Piauí	2.636	11,2	74.630	6,0
Rio Grande do Norte	600	2,5	16.820	1,3
Sergipe	1.558	6,6	63.273	5,1
Total	23.533	100,0	1.250.471	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Valores a preços de Julho de 2008 (IGP-DI).

No período de 1998 a julho de 2008, os estados contemplados com os maiores volumes de recursos foram Maranhão, com R\$ 421,6 milhões, representando 33,7% do valor total financiado; Bahia, com cerca de R\$ 344,8 milhões (27,6%); Minas Gerais, R\$ 145,6 milhões (11,6%). Juntos, estes estados totalizaram R\$ 912,0 milhões, ou seja, 72,9% dos recursos totais aplicados das contratações no período em questão. Os estados com menor representatividade foram Ceará 1,2% (R\$ 15,1 milhões), Rio Grande do Norte 1,3% (R\$ 16,8 milhões), Paraíba 1,8% (R\$ 23 milhões). Estes estados totalizaram R\$ 54,9 milhões, ou seja, 4,3% dos recursos totais aplicados. Outros estados que se encontram numa faixa intermediária totalizaram R\$ 283,5 milhões, ou seja, 22,8% dos recursos totais aplicados, são eles: Espírito Santo (R\$ 77,7 milhões), Piauí (R\$ 74,6 milhões), Sergipe (R\$ 63,2 milhões), Alagoas (R\$ 35,7 milhões) e Pernambuco (R\$ 32,4 milhões). (Tabela 81).

Quanto à quantidade de operações realizadas no período de 1998 a julho de 2008, os estados que se destacam como maiores números de operações são: Bahia com 28,8% (6.787) das operações, seguido pelo Maranhão, 27,9% (6.554), Piauí, 11,2% (2.636) e Minas Gerais, 9,9% (2.332). Por outro lado, os de menor destaque são: Espírito Santo com 0,5% (127) do número de contratações, logo atrás de Alagoas 2,5% (585) e Rio Grande do Norte com 2,5% (600). (Tabela 81).

Tabela 82 – FNE-Rural – Contratações Bovinocultura de Corte por Região – Período: 1998 a Julho de 2008

Região	Nº de Operações	%	Valor Contratado ⁽¹⁾ (R\$ mil)	%
Fora do Semiárido	12.113	51,5	801.849	64,1
Semiárido	11.420	48,5	448.622	35,9
Total	23.533	100,0	1.250.471	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Valores a preços de Julho de 2008 (IGP - DI).

Tomando-se como referência os números da Tabela 82, 35,9% dos recursos do FNE-Rural aplicados na atividade, no período de 1998 a julho de 2008, cerca de R\$ 448,6 milhões foram aplicados na região do Semiárido brasileiro através de 11.420

operações. Já a região fora do semiárido obteve 64,1% (R\$ 801,9 milhões) do valor contratado e 12.113 operações no período.

5.2.3.1 Impactos da Bovinocultura do Corte a partir da Matriz de Insumo Produto

Conforme pode ser observado na Tabela 83, estima-se que, do total de R\$ 1,03 bilhão contratado no período 1998-jul/2008, cerca de R\$ 544,46 milhões foram direcionados para investimentos, que por sua vez, implicaram, seja através dos efeitos diretos, seja pelos indiretos, na geração de R\$ 1,18 bilhão em termos de produção bruta regional e cerca de R\$ 710,32 milhões no que tange ao valor adicionado na economia da Região.

Em se tratando do mercado de trabalho da Região, estima-se que os investimentos nesta atividade tenham sido responsáveis pela geração, entre empregos formais e informais, de mais de 101 mil ocupações no Nordeste, o que representa um impacto sobre o pagamento de remunerações de aproximadamente R\$ 197,05 milhões. No tocante a geração de receitas de tributação, estima-se que tenham sido arrecadados cerca de R\$ 165,53 milhões.

No contexto da referida atividade, os resultados evidenciam que os estados da Bahia e do Maranhão ocupam posição de destaque na Região, ambos respondendo isoladamente por mais de 1/3 do total apurado em todos os efeitos observados, a exceção da participação do Maranhão no total dos tributos (32,66%).

Tabela 83 – Criação de bovinos de corte – Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1998-jul/2008 ⁽¹⁾

Valores em R\$ milhões ⁽²⁾

Estado	Valor Contratado	Valor Investido	Produção	Valor adicionado (Renda)	Emprego (3)	Salário	Tributos
Alagoas	35,65	18,90	37,32	22,82	2.953	6,63	5,07
Bahia	344,84	182,76	492,16	277,54	36.815	81,83	73,03
Ceará	15,09	8,00	19,08	11,12	1.442	3,23	2,79
Maranhão	421,59	223,44	412,51	265,93	39.279	67,22	54,07
Paraíba	23,04	12,21	22,16	13,94	2.384	3,95	3,10
Pernambuco	32,36	17,15	38,68	21,96	3.908	6,12	5,62
Piauí	74,63	39,55	82,96	50,30	6.828	14,88	11,81
Rio Grande do Norte	16,82	8,91	16,59	10,02	1.574	2,95	2,30
Sergipe	63,27	33,53	57,20	36,69	6.431	10,24	7,74
NORDESTE	1.027,29	544,46	1.178,66	710,32	101.613	197,05	165,53

Fontes: BNB-ETENE e Central de Informações Econômicas Sociais e Tecnológicas.

Nota: (1) Cálculos preliminares realizados com a Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – 2004. Efeitos diretos, indiretos e de renda, que serão alcançados durante o ciclo de maturação dos investimentos e de seus respectivos impactos ao longo de toda a cadeia produtiva da Região, ou seja, a partir de 2008 e podendo prolongar-se pelos anos seguintes. (2) Valores a preços de julho de 2008 (IGP-DI). (3) Em número de pessoas.

5.2.4 O FNE e o Cultivo da Soja

A exploração comercial de soja no Nordeste inicia-se por Barreiras na Bahia, no início dos anos 1980. Com o advento de instituição do Fundo Constitucional do Nordeste – FNE, criado pela Constituição de 1988, em 1990 são contratadas as nove primeiras operações em apoio a essa atividade, com recursos do citado Fundo (Tabela 84). Até 2002, a quantidade de contratações e os volumes aplicados eram pequenos e com uma distribuição uniforme, exceto em 1996, quando os valores aplicados tiveram um pico, atingindo R\$ 22,6 milhões de reais, a preços constantes de julho de 2008 (Gráfico 4). No período 1990 a julho de 2008, foram contratadas 1.261 operações e aplicados algo em torno de R\$ 920,0 milhões de reais, representando 7,3% das aplicações do FNE-Rural (R\$ 12.635.675) e 2,4% do FNE total (R\$ 38.879.801).

Ante o cenário positivo das *commodities* no mercado internacional, associada aos avanços da pesquisa, a expansão da área plantada foi acompanhada de um crescimento exponencial das aplicações entre 2002 e 2005, atingindo-se um pico neste ano (R\$ 238,6 milhões) e redução em 2006, quando as aplicações situaram-se em torno de R\$ 123,3 milhões.

Tabela 84 – FNE Rural – Contratações Cultivo de Soja – Período: 1989 a Julho de 2008

Ano	Qtde. de Operações	Valor Contratado ⁽¹⁾ (R\$ mil)
1989	0	0
1990	9	0
1991	29	0
1992	17	0
1993	17	1
1994	8	3.036
1995	6	298
1996	27	22.639
1997	11	3.489
1998	2	104
1999	17	1.943
2000	21	3.989
2001	25	1.220
2002	16	5.114
2003	60	53.699
2004	175	165.067
2005	253	238.636

2006	203	123.306
2007	237	183.045
jul/08	128	114.464
Total	1.261	920.050

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Valores a preços de Julho de 2008 (IGP-DI).

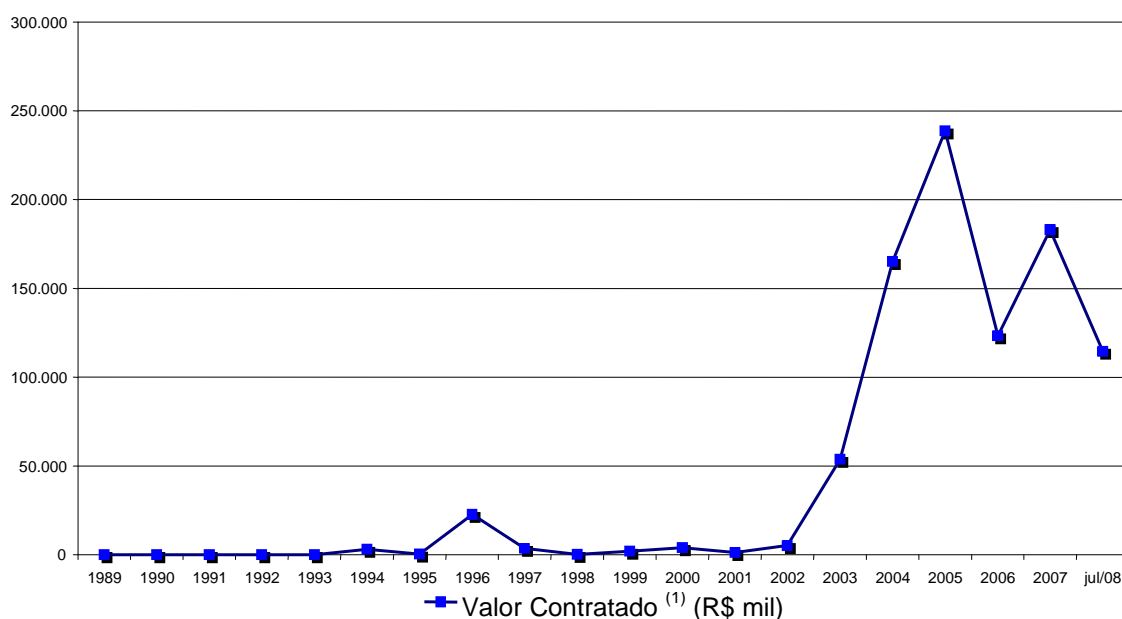


Gráfico 4 – FNE Rural: Evolução das Contratações Soja – 1989 a Jul. 2008

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Valores a preços de Julho de 2008 (IGP-DI)

Dentre as tecnologias empregadas no desenvolvimento agrícola dos cerrados, duas merecem ênfase especial: i) a mecanização – típica das grandes explorações em escala nos principais centros produtores de grão do mundo, especialmente nos cerrados brasileiros e no Nordeste em particular e, ii) a irrigação.

Embora a irrigação de grãos não seja mais algo recomendado, ante o elevado consumo desse ativo tão precioso e sua evidente escassez, trata-se de uma tecnologia especialmente importante para produção de sementes, que requer pureza e qualidade nos materiais para gerar os impactos necessários em produtividade. Nesse contexto, das 1.261 operações de crédito à soja, 98 foram para soja irrigada (3,0% do total de recursos); 1.039 operações foram destinadas a soja de sequeiro (representando 93,8% dos recursos), além de 124 contratos não especificados – possivelmente para sequeiro, representando 3,2% do total de recursos. (Tabela 85).

Tabela 85 – FNE Rural – Contratações Cultivo de Soja – Período 1989 a Julho de 2008

Detalhe	Qtde. de Operações	%	Valor Contratado ⁽¹⁾ (R\$ mil)	%
Irrigada	98	7,8	27.416	3,0
Sequeiro	1.039	82,4	863.171	93,8
Não Especificada ⁽²⁾	124	9,8	29.463	3,2
Total	1.261	100,0	920.050	100

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Valores a preços de Julho de 2008 (IGP-DI). ⁽²⁾ Incluindo o período de 1989 a 1997, onde a base do ativo não apresenta detalhes das contratações.

As contratações referentes ao porte dos empreendimentos apresentaram concentração na categoria de grande porte, tendo sido esta responsável por 93,6% do total de recursos aplicados no cultivo de soja entre 1989 e julho de 2008 pelo FNE. As categorias de míni, pequeno e médio porte, responderam juntas por 6,4% das contratações. (Tabela 86).

Tabela 86 – FNE Rural – Contratações Cultivo de Soja por Porte – Período: 1989 a Julho de 2008

Porte	Qtde. de Operações	%	Valor Contratado ⁽¹⁾ (R\$ mil)	%
Grande	798	63,3	861.562	93,6
Médio	239	19,0	50.217	5,5
Pequeno	110	8,7	5.013	0,5
Míni	111	8,8	3.221	0,4
Não Especificado	3	0,2	37	0,0
Total	1.261	100,0	920.050	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito

Nota: (1) Valores a preços de Julho de 2008 (IGP-DI).

Cabe observar que a soja é uma leguminosa/oleaginosa adaptada às condições dos cerrados brasileiros, graças aos avanços da pesquisa agrícola, cuja cultura simboliza e até se confunde com a própria modernização da agricultura brasileira.

Os três estados com maior número de contratações no período sob análise foram Bahia, Piauí e Maranhão, os quais participaram com 40,8%; 25,2% e 21,8% das operações contratadas. No que tange aos valores contratados, os estados da Bahia, Maranhão e Piauí, que dispõem de vastas áreas de cerrados propícios ao desenvolvimento da soja, participaram com 33,7%; 33,2% e 31,5% dos recursos

aplicados na citada atividade no período 1990 a julho de 2008, valores reais do final do período. (Tabela 87).

Cabe salientar que os efeitos multiplicadores e impactos dos investimentos em soja não se limitam aos empregos e a renda gerada nessa cadeia agroindustrial, mas se ampliam e se estendem a todas as demais cadeias de outros grãos e fibras.

Tabela 87 – FNE Rural – Contratações Cultivo de Soja por Estado – Período 1989 a Julho de 2008

Estado	Qtde. de Operações	%	Valor Contratado⁽¹⁾ (R\$ mil)	%
Alagoas	10	0,8	308	0,0
Bahia	514	40,8	309.843	33,7
Ceará	79	6,3	1.226	0,1
Espírito Santo	0	0,0	0	0,0
Maranhão	275	21,8	305.429	33,2
Minas Gerais	42	3,3	10.316	1,1
Paraíba	0	0,0	0	0,0
Pernambuco	11	0,9	2.483	0,3
Piauí	318	25,2	289.931	31,5
Rio Grande do Norte	0	0,0	0	0,0
Sergipe	12	1,0	514	0,1
Total	1.261	100,0	920.050	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Valores a preços de Julho de 2008 (IGP-DI).

Conforme se pode observar, as aplicações de recursos em soja noutros estados da região Nordeste são marginais, se comparadas às realizadas nas três principais áreas produtoras, conforme já mencionado. Essas aplicações noutros estados, portanto, só se justificam em cultivos irrigados para produção de sementes, a exemplo do que ocorre no Distrito de Irrigação de Limoeiro do Norte. Além das três principais áreas produtoras, pode-se observar uma mancha relativamente forte de aplicações na região de Chapadinha (MA), que conta com boas áreas de cerrados, onde vem crescendo a produção da oleaginosa (Figura 1).

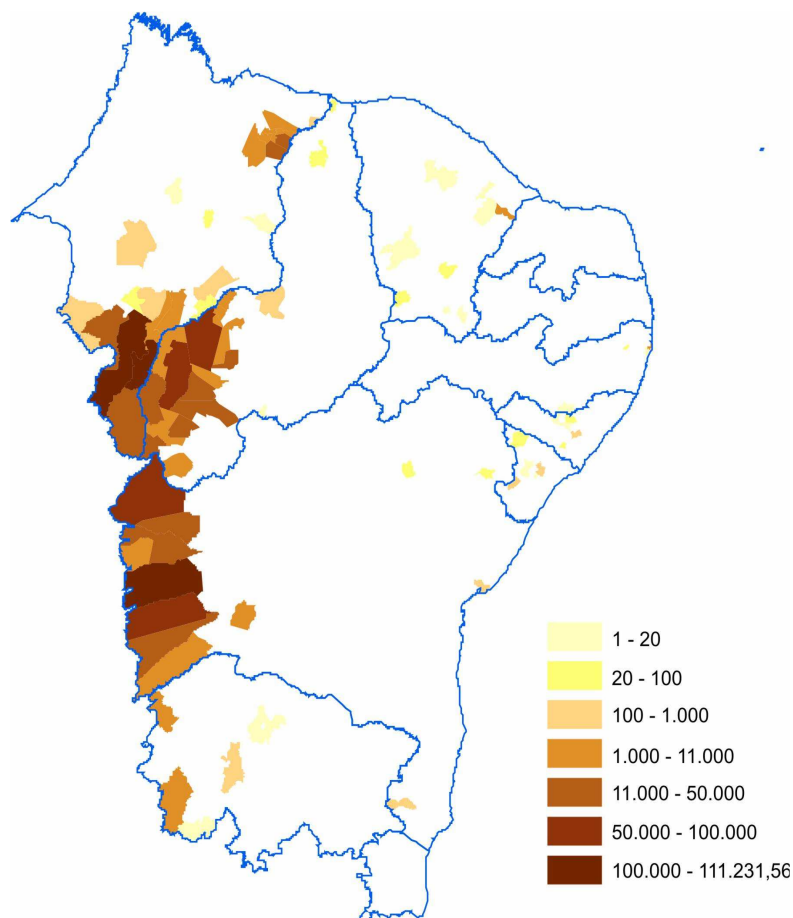


Figura 1 – Mapa das contratações⁷ do FNE – Cultivo de Soja – Período: 1989 a Julho de 2008

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

No que se refere ao volume de contratações por região, a atividade de cultivo de soja apresentou maior volume de recursos aplicados nas regiões fora do semiárido nordestino. Nesta região, foram contratados R\$ 844,2 milhões o que correspondeu a 91,8% do total aplicado. Já na região do semiárido foram aplicados R\$ 75,8 milhões (8,2%). A concentração nas áreas fora do semiárido deve-se as características propícias para a exploração nessa região. (Tabela 88).

⁷ Valores Atualizados a preços de julho de 2008 pelo IGP – DI.

Tabela 88 – FNE Rural – Contratações de Soja por Região – Período: 1989 a Julho de 2008.

Região	Qtde. de Operações	%	Valor Contratado ⁽¹⁾ (R\$ mil)	%
Fora do Semiárido	1.085	86,0	844.229	91,8
Semiárido	176	14,0	75.822	8,2
Total	1.261	100,0	920.050	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Valores a preços de Julho de 2008 (IGP-DI).

Por fim, cabe registrar que a soja, a despeito de ser capital intensivo na produção de grãos e, portanto, ser cada vez menor a densidade de mão-de-obra necessária por unidade de área em função dos avanços tecnológicos, é a atividade-chave das áreas de cerrados, que tem forte impacto sobre emprego, renda e geração de divisas.

Trata-se de cadeia produtiva que tem fortes efeitos para frente – agroindústria de alimentos vegetais e animais, além de uma gama de outros ramos e segmentos industriais, inclusive biodiesel, ou seja, com fortes ligações de encadeamento com outros segmentos, com impactos na economia como um todo. Graças ao seu desenvolvimento nos cerrados que hoje é possível destacar no cenário nacional os centros produtores de Barreiras (BA), Balsas (MA) e Uruçuí (PI), onde hoje estão localizadas plantas industriais das multinacionais do setor e onde prolifera uma agroindústria nascente – esmagamento de grãos, beneficiamentos diversos e processamento de alimentos, além do início de integração com avicultura em nível industrial – de postura e de corte.

O BNB, por intermédio dos recursos do FNE, teve papel relevante no financiamento direto e na alavancagem de outras fontes de recursos, que ensejou esse processo de crescimento, não apenas pelo crédito em si, mas pelas ações integradas e esforços de articulação e organização dos agentes produtivos.

5.2.4.1 Impactos do Cultivo da Soja a partir da Matriz de Insumo Produto

Conforme pode ser observado na Tabela 89, estima-se que, do total de R\$ 909,73 milhões contratados no período 1990-julho/2008, cerca de R\$ 482,16 milhões foram direcionados para investimentos, que por sua vez, implicaram, seja através dos efeitos diretos, seja pelos indiretos, na geração de R\$ 1,08 bilhão em termos de produção bruta regional e cerca de R\$ 678,66 milhões no que tange ao valor adicionado na economia da Região.

Quanto ao mercado de trabalho da Região, estima-se que os investimentos nesta atividade tenham sido responsáveis pela geração, entre empregos formais e

informais, de mais de 117 mil ocupações no Nordeste, o que representa um impacto sobre o pagamento de remunerações de aproximadamente R\$ 187,38 milhões no período em tela. No tocante a geração de receitas de tributação, estima-se que tenham sido arrecadados cerca de R\$ 149,83 milhões.

A atividade de cultivo de soja está praticamente restrita aos estados da Bahia, Maranhão e Piauí, que em conjunto respondem por cerca de 99% de todos os impactos gerados pelos investimentos na referida atividade no âmbito da Região. Neste cenário, o destaque fica por conta do Estado da Bahia, que responde sozinho por aproximadamente 40% do total apurado nos referidos impactos.

Tabela 89 – Cultivo de soja – Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1990-jul/2008 ⁽¹⁾

Valores em R\$ milhões ⁽²⁾

Estado	Valor Contratado	Valor Investido	Produção	Valor adicionado (Renda)	Emprego (3)	Salário	Tributos
Alagoas	0,31	0,16	0,33	0,21	35	0,06	0,04
Bahia	309,84	164,22	453,72	264,73	46.145	72,81	65,39
Ceará	1,23	0,65	1,54	0,99	150	0,28	0,22
Maranhão	305,43	161,88	302,38	209,46	35.096	51,05	38,69
Paraíba	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Pernambuco	2,48	1,32	2,94	1,85	410	0,55	0,43
Piauí	289,93	153,66	317,42	201,11	35.219	62,55	45,01
Rio Grande do Norte	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Sergipe	0,51	0,27	0,47	0,32	77	0,08	0,06
NORDESTE	909,73	482,16	1.078,80	678,66	117.132	187,38	149,83

Fontes: BNB-ETENE e Central de Informações Econômicas Sociais e Tecnológicas.

Nota: (1) Cálculos preliminares realizados com a Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – 2004. Efeitos diretos, indiretos e de renda, que serão alcançados durante o ciclo de maturação dos investimentos e de seus respectivos impactos ao longo de toda a cadeia produtiva da Região, ou seja, a partir de 2008 e podendo prolongar-se pelos anos seguintes. (2) Valores a preços de julho de 2008 (IGP-DI). (3) Em número de pessoas.

5.3 Matriz de Insumo Produto do Nordeste

Os impactos do FNE, para todo o conjunto de seus subprogramas, foram auferidos e retratados neste capítulo, utilizando-se a Matriz de Insumo-Produto (MIP) do Nordeste. O sistema insumo-produto engloba uma malha de atividades que se interligam por meio de compras e vendas de insumos, a montante e a jusante de cada elo de produção. Trata-se de importante instrumento para fins de planejamento econômico nas economias em desenvolvimento dado que, por seu intermédio, é possível conhecer de forma detalhada os impactos de variações na demanda final, resultante de ações de políticas governamentais, sobre a estrutura produtiva. Destaque-

se que estas informações são preliminares, cujos resultados estão em processo de finalização.

Os valores totais contratados pelo FNE em 2008 alcançaram aproximadamente R\$ 7,7 bilhões, de acordo com a Tabela 90. Estima-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio de efeitos diretos, indiretos e de renda (os chamados impactos do tipo 2)⁸, acréscimos de produção bruta regional de aproximadamente R\$ 19,4 bilhões, em decorrência dos investimentos já realizados e aqueles por realizar. O produto agregado à economia da Região ou valor adicionado é estimado em R\$ 11,3 bilhões.

Em relação à geração de empregos, estima-se que cerca de 1,3 milhão de ocupações (formais e informais) deverão ser geradas a partir dos investimentos realizados em 2008. Isto é, à medida que os efeitos de compras e vendas sejam efetivados ao longo da cadeia de produção regional, esses empregos serão criados. Desse total, cerca de 755 mil ocupações deverão ser geradas no Setor Rural. Vale destacar que, com base nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), estima-se que, do total de oportunidades de trabalho geradas no Setor Rural, aproximadamente 2,0% corresponderão a empregos formais, enquanto que os 98,0% restantes serão constituídos de empregos informais e demais ocupações. Na verdade, o índice de formalização do emprego no Setor Rural do Nordeste ainda é relativamente pequeno comparado com os demais setores da economia. Os setores Agroindustrial e Industrial deverão responder por 45 mil e 183 mil ocupações cada. Os setores de Infraestrutura e de Comércio e Serviços deverão gerar em torno de 141 mil e 176 mil ocupações, respectivamente. (Tabela 90).

Por fim, vale mencionar ainda os impactos sobre o pagamento de salários na Região, no total de pouco mais de R\$ 3 bilhões; e sobre a tributação (geração de impostos), de aproximadamente R\$ 2,7 bilhões.

Tabela 90 – FNE – Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste – 2008

Indicador	Resultados por Setor					Total
	Rural	Agro-industrial	Industrial	Comércio e Serviços	Infra-Estrutura	
Valor Contratado (R\$ mil)	2.772.206,0	265.559,0	1.752.119,0	1.579.520,0	1.299.191,0	7.668.595,0
Valor Bruto da Produção ⁽¹⁾ (R\$ mil)	7.171.946,5	666.560,8	4.397.869,7	3.978.171,2	3.216.481,3	19.431.029,6
Valor Agregado (produto) ⁽¹⁾ (R\$ mil)	4.335.003,1	392.783,2	2.591.525,7	2.194.990,2	1.796.892,3	11.311.194,6
Número de Empregos Gerados ⁽¹⁾	754.815	45.148	183.538	176.307	141.239	1.301.046
Salários ⁽¹⁾ (R\$ mil)	1.223.535,8	105.232,5	694.308,6	596.897,5	474.614,8	3.094.589,2
Tributos ⁽¹⁾ (R\$ mil)	1.030.600,6	92.298,1	608.969,1	566.185,1	465.039,0	2.763.091,7

Fontes: BNB-ETENE e Central de Informações Econômicas Sociais e Tecnológicas.

⁸ O chamado impacto do tipo 1 refere-se a efeitos diretos e indiretos apenas.

Nota: (1) Valores estimados com base na Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – 2004. Efeitos diretos, indiretos e de renda, que serão alcançados durante o ciclo de maturação dos projetos e de seus respectivos impactos, a partir de 2008 e podendo prolongar-se pelos anos seguintes.

A Tabela 91 discrimina os impactos do FNE-2008, por Estado, na área de abrangência do BNB, a partir de atividades selecionadas da economia de cada um desses estados. No segmento industrial, merece destaque a indústria têxtil no Estado do Ceará, com valores contratados de R\$ 100,8 milhões, gerando impactos na produção no valor de R\$ 243,5 milhões, valor agregado (renda) no valor de R\$ 154,4 milhões. Vale observar ainda os impactos nos salários e nos tributos, de R\$ 100,8 milhões e R\$ 32,6 milhões, respectivamente. O setor têxtil também é destaque nos estados de Alagoas, Bahia e Paraíba.

No segmento agropecuário, destaque para a bovinocultura do Estado de Minas Gerais, com valores contratados no montante de R\$ 78,5 milhões, provocando impactos na produção e renda nos valores de R\$ 211,3 milhões e 119,2 milhões, respectivamente. Os impactos nos salários e nos tributos foram de R\$ 78,4 milhões e R\$ 31,3 milhões, respectivamente. Na atividade da bovinocultura são destaques ainda os estados do Espírito Santo e Piauí.

No setor de Serviços, merecem destaque as atividades relacionadas ao turismo, particularmente a hospedagem, nos estados do Maranhão e de Sergipe. No Maranhão, foram R\$ 27,7 milhões contratados em 2008 na atividade, gerando um aumento na produção estadual no valor de R\$ 49,8 milhões, e na renda no valor de R\$ 28,8 milhões, e impactos nos salários e tributos de R\$ 27,7 milhão e R\$ 6,1 milhão, respectivamente.

Tabela 91 – FNE – Impactos das Contratações do FNE em Atividades Selecionadas, por Estado

		Valores em R\$ Mil				
Estado	Atividades	Valor Contratado	Produção	Renda	Tributos	Salários
AL	Proc. Benefic. de Cana-de-Açúcar	36.171	70.083	42.644	8.811	36.171
	Indústria Têxtil	15.622	30.548	20.327	3.690	15.622
BA	Fibras e Têxteis	268.735	720.362	438.344	97.864	268.735
	Indústria de Calçados	65.470	172.086	98.376	24.056	65.470
CE	Fruticultura	22.888	54.116	34.768	7.708	22.888
	Indústria Têxtil	100.789	243.494	154.435	32.620	100.789
ES	Bebidas e Fumo	22.586	58.975	33.469	8.272	22.586
	Bovinocultura	16.815	45.281	25.535	6.719	16.815
MA	Grãos	241.431	450.978	312.396	57.708	241.431
	Hospedagem	27.692	49.760	28.821	6.110	27.692
MG	Bebidas e Fumo	35.307	92.192	52.319	12.932	35.307
	Bovinocultura	78.476	211.326	119.173	31.358	78.476

Estado	Atividades	Valor Contratado	Produção	Renda	Tributos	Salários
PB	Gramínea	11.400	20.449	14.452	2.843	11.400
	Indústria Têxtil	50.597	92.705	63.107	11.386	50.597
PE	Fruticultura	55.942	125.040	78.551	18.150	55.942
	Hospedagem	38.095	86.598	47.961	12.003	38.095
PI	Grãos	102.601	211.944	134.284	30.050	102.601
	Bovinocultura	17.193	36.060	21.863	5.131	17.193
RN	Gramínea	47.085	87.423	53.350	11.871	47.085
	Indústria de Produtos Alimentícios	15.184	27.909	16.698	3.488	15.184
SE	Grãos	24.418	42.480	28.359	5.394	24.418
	Hospedagem	17.982	29.563	17.698	3.714	17.982

Fontes: BNB-ETENE e Central de Informações Econômicas Sociais e Tecnológicas.

Nota: (1) Cálculos preliminares realizados com a Matriz de Insumo-Produto do Nordeste — 2004. Efeitos diretos, indiretos e de renda, que serão alcançados durante o ciclo de maturação dos projetos e de seus respectivos impactos ao longo de toda a cadeia produtiva do Estado, ou seja, a partir de 2008 e podendo prolongar-se pelos anos seguintes.

5.3.1 Impactos Socioeconômicos Previstos com os Financiamentos de Valores mais Elevados

Os valores contratados com montante superior a R\$ 10 milhões no exercício de 2008 alcançaram aproximadamente R\$ 3,6 bilhões, como mostra a Tabela 92. Calcula-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio de efeitos diretos, indiretos e de renda (os chamados impactos do tipo 2)⁹, acréscimos na produção bruta regional de aproximadamente R\$ 9,1 bilhões. O valor agregado pela economia da Região ou valor adicionado ou renda gerada foi estimado em R\$ 5,3 bilhões.

Tabela 92 – FNE – Repercussões Sociais e Econômicas das Contratações do FNE com valores superiores a R\$ 10 milhões no Nordeste – 2008

Indicador	Resultados por Setor						Total	
	Agrícola	Pecuária	Agro Industrial	Industrial	Comércio	Serviços		Infra-estrutura
Valor Contratado (em R\$ milhões)	573,8	55,5	130,0	1.118,6	310,9	160,8	1.287,5	3.637,0
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	1.484,5	143,6	326,2	2.807,7	782,9	405,0	3.187,4	9.137,4
Valor Agregado / Renda (em R\$ milhões)	897,3	86,8	192,2	1.654,5	432,0	223,5	1.780,7	5.266,9
Empregos (em número de pessoas)	156.242	15.108	22.097	119.416	34.699	17.948	139.964	505.476
Salários (em R\$ milhões)	253,3	24,5	51,5	443,3	117,5	60,8	470,3	1.421,1
Tributos (em R\$ milhões)	213,3	20,6	45,2	388,8	111,4	57,6	460,8	1.297,8

⁹ O chamado impacto do tipo 1 refere-se a efeitos diretos e indiretos apenas.

Fontes: BNB-ETENE e Central de Informações Econômicas Sociais e Tecnológicas.

Nota: Valores estimados com base na Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – 2004. Efeitos diretos, indiretos e de renda, que serão alcançados durante o ciclo de maturação dos projetos e de seus respectivos impactos, a partir de 2008 e podendo prolongar-se pelos anos seguintes.

5.4 Avaliação dos Impactos do FNE: emprego, massa salarial, e salário médio, utilizando a metodologia de *matching* com *propensity scores*

O Banco do Nordeste do Brasil S/A, empenhado em dar transparência à aplicação dos recursos do FNE e como forma de atender às demandas da sociedade e dos órgãos de controle, formulou, em 2005, uma metodologia de avaliação para mensurar os resultados e impactos do FNE, definindo as bases conceituais e detalhando procedimentos metodológicos para orientar todo processo de avaliação do Banco.

Dentro desse esforço de avaliação e complementarmente à metodologia referida, foi concluída uma avaliação dos impactos do FNE para as variáveis emprego, massa salarial e salários médios, com utilização do método de *Matching* com *Propensity Scores*, o qual pressupõe a utilização de grupos de controle e visa guardar similaridade entre estes grupos. Referida pesquisa contemplou o período de financiamento de 1999 a 2005, tendo sido utilizadas duas bases de dados: i) a base de dados do Banco – ativo operacional; ii) base de dados da RAIS – relação anual de informações sociais.

O cruzamento das duas bases de dados permitiu a identificação de dois grupos de empresas: i) um grupo de empresas que recebeu financiamentos – grupo de tratamento; e, ii) um grupo de empresas que não recebeu financiamentos - grupo de controle. O tratamento dos dados resultou numa amostra com um total de 2.748 empresas financiadas e 10.992 no quinto ano. (Tabela 93).

Tabela 93 – Número de Empresas Financiadas (FNE) ou Não (RAIS) pelo FNE por Ano de Financiamento

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
FNE Empresas Financiadas	129	184	124	354	645	1095	2748
RAIS Empresas não Financiadas	1032	1472	992	2832	2580	4380	10992
TOTAL	1161	1656	1116	3186	3225	5475	13740

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e RAIS/MTE.

A pesquisa foi feita em duas abordagens: i) modelo de avaliação por anos bases, no qual são avaliados os impactos nos anos seguintes a partir de cada ano base de 1999 a 2005 e, ii) modelo de avaliação de impactos por anos bases agregados. Neste relatório, são apresentados os resultados e impactos do segundo modelo, por permitir uma análise mais robusta dos estimadores de *matching* com *propensity scores*, que demanda um grande número de observações para os grupos de controle e de tratamento. (Vide Tabela 94).

Tabela 94 – Arranjo dos Modelos de Avaliação de Impacto por Anos Bases Agregados

	Número de observações e Períodos Agregados Incluídos nos Modelos				
	1 ano após FNE	2 anos após FNE	3 anos após FNE	4 anos após FNE	5 anos após FNE
Variáveis Temporais Incluídas nos Modelos	1999 – 2000	1999 – 2001	1999 – 2002	1999 – 2003	1999 – 2004
	2000 – 2001	2000 – 2002	2000 – 2003	2000 – 2004	2000 – 2005
	2001 – 2002	2001 – 2003	2001 – 2004	2001 – 2005	2001 – 2006
	2002 – 2003	2002 – 2004	2002 – 2005	2002 – 2006	
	2003 – 2004	2003 – 2005	2003 – 2006		
	2004 – 2005	2004 – 2006			
	2005 - 2006				
Número Obs FNE	4.184	1.979	1.104	583	314
Número Obs RAIS	20.159	10.190	6.307	4.194	2.207

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e RAIS/MTE.

5.4.1 Modelos de Probabilidade de Financiamento (*Propensity Scores*)

Os coeficientes dos modelos de probabilidade (Tabelas anexas), para anos bases agregados, foram similares em sinais em relação aos modelos com análise desagregada (Tabelas 7 e 8 do documento original). No entanto, verificou-se que na análise agregada mais coeficientes são estatisticamente significantes.

Novamente verificou-se que as empresas beneficiadas pelo FNE possuem empregados normalmente mais jovens e com melhor nível de escolaridade que as empresas não beneficiadas; estão relativamente mais voltadas para o setor industrial; e estão localizadas em municípios com renda *per capita* relativamente menor. Uma particularidade do modelo por anos bases agregados são as análises das variáveis indicadoras dos anos bases. Estas mostram que o programa teve realmente um diferencial de acesso especialmente após 2002. Isto pode ser observado no primeiro modelo (1 ano pós-FNE) onde as probabilidades de financiamentos de 1999 a 2002 eram menores que em 2005 (ano base de referência neste modelo).

Portanto, se por um lado as empresas beneficiadas apresentaram um melhor nível de capital humano e foram mais concentradas no setor industrial, por outro, elas estão geralmente localizadas em regiões comparativamente menos desenvolvidas o que pode influenciar os seus desempenhos.

A diferenciação das características das empresas tem reflexo na distribuição dos *propensity scores* para as firmas financiadas e não financiadas. É possível observar na Figura 2 que as firmas financiadas realmente possuem uma distribuição mais a direita de seus *propensity scores*, principalmente para os modelos de 4 e 5 anos pós-FNE. Ou seja, as empresas que foram financiadas, de fato possuíam uma propensão maior ao financiamento. Este diferencial é levado em consideração nas estimativas de *matching* por *propensity scores*.

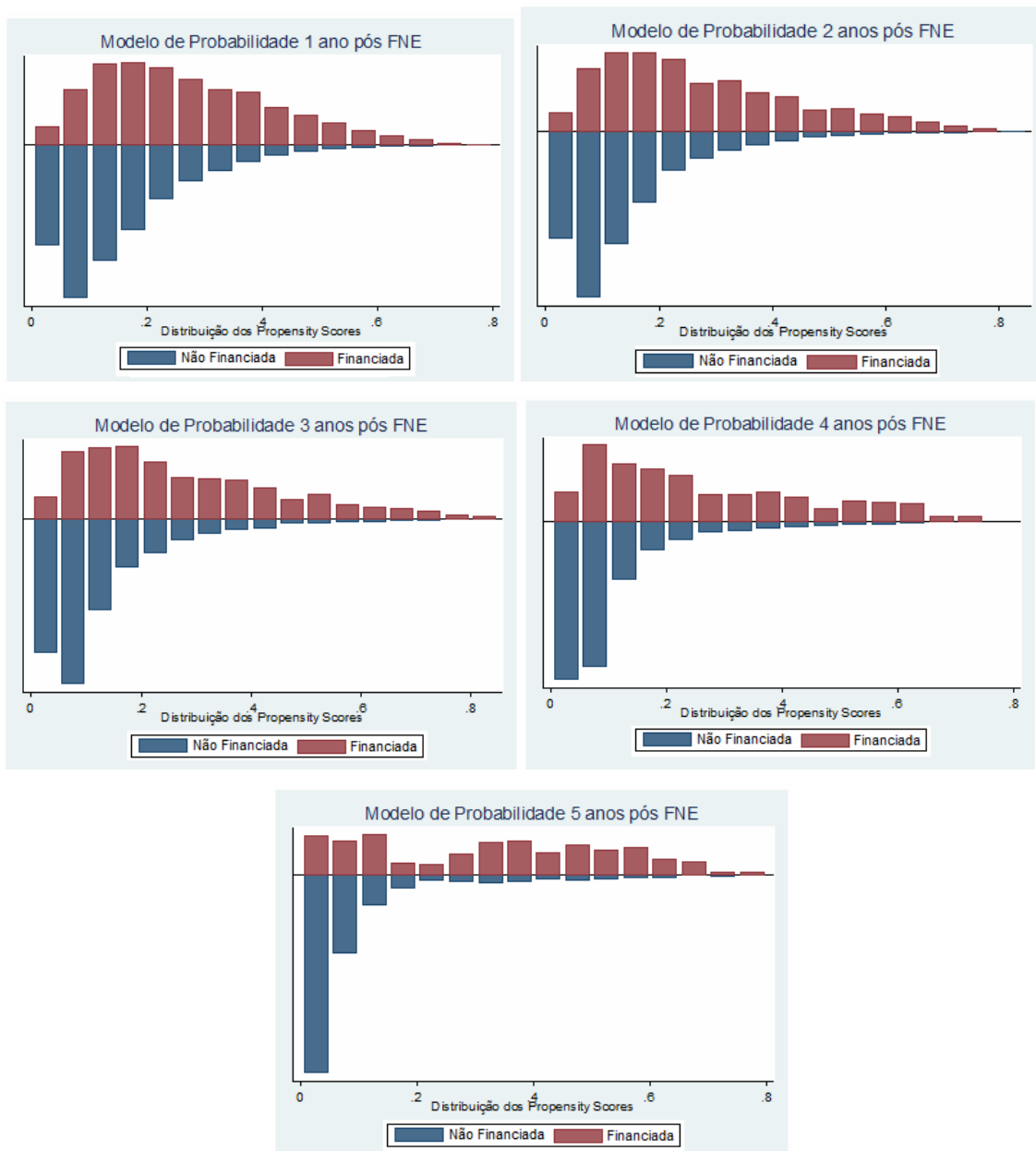


Figura 2 – Distribuição dos *Propensity Scores* entre Empresas Financiadas e Não Financiadas

5.4.2 Resultados e Impactos no estoque de emprego, massa salarial e salário médio para anos bases agregados

Emprego

A Tabela 95 mostra que para todos os períodos de análise as estimativas de impacto no crescimento do emprego são estatisticamente significantes.

Tabela 95 – Impacto FNE no Crescimento do Estoque do Emprego (Número de empregados)

Número de observações e Médias da Variação do Emprego por Ano e Tipo de Firma					
	1 ano após	2 anos após	3 anos após	4 anos após	5 anos após
	FNE	FNE	FNE	FNE	FNE
Número Obs FNE	4.165	1.961	1.096	579	310
Número Obs RAIS	20.118	10.164	6.297	4.188	2.203
Média FNE	2,33 (0,25)	4,55 (0,62)	7,30 (1,26)	8,07 (2,12)	14,47 (3,92)
Média RAIS	0,40 (0,07)	0,72 (0,14)	1,85 (0,26)	2,12 (0,37)	3,34 (0,61)
Impacto no Crescimento do Estoque de Emprego					
Sem Controle	1,92* (0,26)	3,82* (0,63)	5,44* (1,29)	5,95* (2,04)	11,12* (3,97)
<i>Propensity Scores</i> (estratificação)	1,94* (0,29)	3,91* (0,66)	5,24* (1,30)	6,35* (2,06)	11,06* (4,33)
<i>Propensity Scores</i> (kernel)	1,95* (0,27)	3,89* (0,58)	5,29* (1,38)	5,80* (2,09)	10,96* (4,51)

Fontes: BNB – Ambiente de Operações de Crédito e RAIS/MTE.

Notas: Desvio padrão entre parêntesis. + Significante a 10% * Significante a 5%

O efeito líquido do FNE, ou seja, que contempla o efeito das características observadas das empresas é a contratação de quase dois empregados a mais no primeiro ano após o recebimento do crédito. Para micro e pequenas empresas o impacto é aproximadamente a metade (Tabela 96).

Tabela 96 – Impacto FNE no Crescimento do Estoque do Emprego – Empresas com até 49 empregados (Número de empregados)

Número de observações e Médias da Variação do Emprego por Ano e Tipo de Firma					
	1 ano após	2 anos após	3 anos após	4 anos após	5 anos após
	FNE	FNE	FNE	FNE	FNE
Número Obs FNE	3.772	1.725	963	495	251
Número Obs RAIS	19.305	9.732	5.995	3.975	2.091
Média FNE	1,39 (0,12)	2,86 (0,30)	4,54 (0,54)	6,98 (1,11)	12,49 (2,21)
Média RAIS	0,29 (0,02)	0,61 (0,06)	0,91 (0,09)	1,00 (0,14)	1,18 (0,19)
Impacto no Crescimento do Estoque de Emprego					
Sem Controle	1,10* (0,13)	2,25* (0,30)	3,63* (0,55)	5,98* (1,12)	11,30* (2,22)
<i>Propensity Scores</i> (estratificação)	1,05* (0,13)	2,05* (0,30)	3,39* (0,75)	5,86* (1,38)	11,30* (2,26)
<i>Propensity Scores</i> (kernel)	1,06* (0,12)	2,09* (0,26)	3,48* (0,53)	5,95* (1,05)	11,42* (2,33)

Fontes: BNB – Ambiente de Operações de Crédito e RAIS/MTE.

Notas: Desvio padrão entre parêntesis. + Significante a 10% * Significante a 5%

Estes efeitos são bem expressivos se os compararmos ao ritmo de contratações médias das empresas não beneficiadas. Assim, se pode ter uma noção do tamanho do impacto do programa pela falta que ele faz a quem não o recebe. O Gráfico 5 aproxima esta análise comparando a magnitude do impacto com o nível médio de contratações das empresas não financiadas¹⁰.

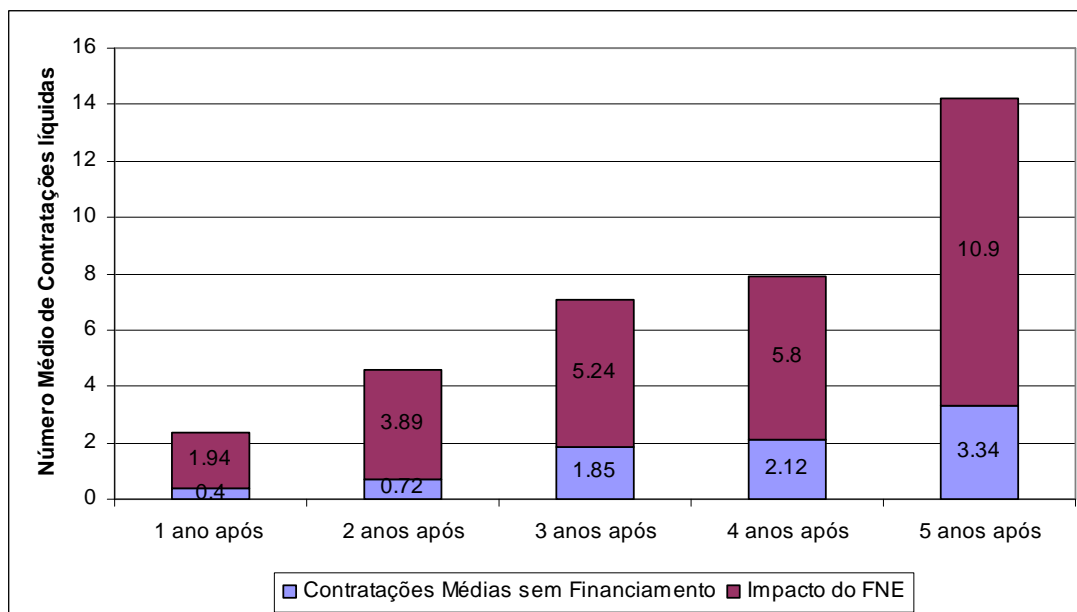


Gráfico 5 – Média de Contratações sem Financiamento e Impacto do FNE (Número de empregados)

Fontes: BNB – Ambiente de Operações de Crédito e RAIS/MTE.

No terceiro ano pós-financiamento, por exemplo, de cada quatro contratações em média, aproximadamente três (75%) seriam devido ao FNE e um estaria dentro do ritmo natural de contratações das empresas. Este resultado é bastante entusiástico e deve ser interpretado com cautela dentro das limitações do método e da amostra disponível para realização do trabalho, que serão analisadas com maiores detalhes mais adiante. No entanto, tais limitações não impedem de se qualificar o impacto do FNE nas contratações líquidas para o período de 1999 a 2005 como significantes do ponto de vista estatístico e econômico¹¹.

Também foram observados impactos significantes quando o desempenho em questão é o crescimento percentual do emprego (Tabelas 97 e 98) o que não ocorria com frequência na análise por anos bases isolados. Este diferencial ilustra a importância de se ter um número de informações significativas para as análises de impacto por *matching*.

¹⁰ A magnitude do impacto escolhida é aquela mais conservadora entre os dois métodos de *matching*.

¹¹ Vale ressaltar que o impacto é ainda maior se não tivéssemos excluídos os *outliers*.

Tabela 97 – Impacto do FNE no Crescimento percentual no Estoque do Emprego (%)

Número de observações e Médias da Variação do Emprego por Ano e Tipo de Firma					
	1 ano após FNE	2 anos após FNE	3 anos após FNE	4 anos após FNE	5 anos após FNE
Número Obs FNE	4.175	1.968	1.097	580	311
Número Obs RAIS	26.146	10.186	6.305	4.193	2.206
Média FNE	26,01 (1,75)	47,85 (3,94)	71,77 (7,06)	117,13 (17,03)	185,72 (31,55)
Média RAIS	16,01 (0,58)	26,85 (1,22)	36,93 (2,03)	41,63 (2,80)	51,70 (4,57)
Impacto no Crescimento percentual do Estoque de Emprego					
Sem Controle	10,17* (1,85)	21,00* (4,12)	34,83* (7,35)	75,49* (17,26)	134,02* (31,55)
<i>Propensity Scores</i> (estratificação)	7,96* (2,05)	16,34* (3,84)	33,59* (0,08)	71,78* (19,73)	132,23* (35,49)
<i>Propensity Scores</i> (kernel)	8,30* (2,12)	16,97* (4,35)	33,56* (7,05)	72,48* (18,57)	136,77* (29,33)

Fontes: BNB – Ambiente de Operações de Crédito e RAIS/MTE.

Notas: Desvio padrão entre parêntesis. + Significante a 10% * Significante a 5%.

Tabela 98 – Impacto do FNE no Crescimento percentual no Estoque do Emprego (%) – Empresas com até 49 empregados

Número de observações e Médias da Variação do Emprego por Ano e Tipo de Firma					
	1 ano após FNE	2 anos após FNE	3 anos após FNE	4 anos após FNE	5 anos após FNE
Número Obs FNE	3.767	1.720	960	494	250
Número Obs RAIS	19.297	9.729	5.993	3.975	2.092
Média FNE	28,26 (1,93)	52,64 (4,46)	79,24 (7,99)	134,34 (19,84)	224,08 (38,79)
Média RAIS	16,49 (0,60)	27,68 (1,26)	38,14 (2,12)	42,84 (2,93)	52,92 (4,81)
Impacto no Crescimento percentual do Estoque de Emprego					
Sem Controle	11,76* (2,02)	24,95* (4,64)	41,10* (8,27)	91,50* (20,05)	171,16* (39,09)
<i>Propensity Scores</i> (estratificação)	9,31* (2,13)	20,29* (4,77)	40,30* (8,05)	86,52* (20,19)	167,96* (36,87)
<i>Propensity Scores</i> (kernel)	9,21* (2,13)	21,01* (4,56)	40,45* (9,29)	88,66* (20,88)	169,64* (40,68)

Fontes: BNB – Ambiente de Operações de Crédito e RAIS/MTE.

Notas: Desvio padrão entre parêntesis. + Significante a 10% * Significante a 5%

Massa salarial

Os impactos no crescimento da massa salarial são importantes, pois representam diretamente o acréscimo de renda na economia local gerado pelo financiamento. Novamente os impactos foram significantes para as duas formas de variações (variações absolutas ou percentuais) e para as duas amostras de empresas (todas as empresas, ou apenas as micro e pequenas) como observamos nas Tabelas 99, 100, 101 e 102.

Tabela 99 – Impacto do FNE no Crescimento da Massa Salarial (R\$ 1,00) ¹

Número de observações e Médias da Variação do Emprego por Ano e Tipo de Firma					
	1 ano após FNE	2 anos após FNE	3 anos após FNE	4 anos após FNE	5 anos após FNE
Número Obs FNE	4.180	1.976	1101	581	311
Número Obs RAIS	20.144	10.184	6.304	4.190	2.205
Média FNE	2.431,96 (319,33)	7.837,63 (1.008,33)	8.751,57 (1.611,29)	11.734,48 (2.815,06)	17.673,30 (4255,02)
Média RAIS	894,19 (100,51)	1.709,21 (237,43)	2.643,57 (384,26)	2.796,61 (430,64)	3.244,54 (574,74)
Impacto no Crescimento da Massa Salarial					
Sem Controle	1.537,77* (334,77)	6.128,42* (1.035,91)	6.108,00* (1.656,48)	8.937,86* (2.847,81)	14.428,89* (4.293,66)
<i>Propensity Scores</i> (estratificação)	1.664,86* (315,10)	6.331,50* (1009,83)	6.009,93* (1.639,75)	9.083,08* (2.837,01)	14.025,65* (5.051,04)
<i>Propensity Scores</i> (kernel)	1650,16* (302,53)	6.284,16* (984,90)	5.941,40* (1757,40)	8.519,01* (2993,02)	13.497,63* (4.272,11)

Fontes: BNB – Ambiente de Operações de Crédito e RAIS/MTE.

Notas: Desvio padrão entre parêntesis. + Significante a 10% * Significante a 5%.

¹ Valores a preços de 2007, pelo IPC

Com um ano de financiamento, por exemplo, cerca de R\$ 1.650,00 são adicionados mensalmente aos mercados locais em forma de renda salarial pelo conjunto de empresas financiadas pelo FNE. Quando consideradas apenas as pequenas e microempresas com até 49 empregados, este impacto é de 637 reais (Tabela 100).

Tabela 100 – Impacto do FNE no Crescimento da Massa Salarial – Empresas com até 49 empregados (R\$ 1,00) ¹

Número de observações e Médias da Variação do Emprego por Ano e Tipo de Firma					
	1 ano após FNE	2 anos após FNE	3 anos após FNE	4 anos após FNE	5 anos após FNE
Número Obs FNE	3.773	1.730	965	495	250
Número Obs RAIS	19.305	9.730	5993	3.973	2.090
Média FNE	1.031,18 (90,06)	2.708,30 (317,18)	3.551,39 (426,06)	5.204,64 (826,64)	8.740,02 (1.573,57)
Média RAIS	336,58 (23,38)	606,51 (45,15)	764,06 (76,13)	932,53 (103,17)	1.154,79 (161,35)
Impacto no Crescimento da Massa Salarial					
Sem Controle	694,59* (93,04)	2.101,78* (320,38)	2.787,32* (432,81)	4.272,10* (833,06)	7.315,22* (1.581,83)
<i>Propensity Scores</i> (estratificação)	637,13* (103,56)	1.924,59* (323,59)	2.613,39* (507,40)	4.156,63* (796,71)	7.319,10* (1.704,37)
<i>Propensity Scores</i> (kernel)	653,43* (84,10)	1.964,84* (315,65)	2.662,63* (450,34)	4.198,85* (906,83)	7.409,40* (1.558,81)

Fontes: BNB – Ambiente de Operações de Crédito e RAIS/MTE.

Notas: Desvio padrão entre parêntesis. + Significante a 10% * Significante a 5%

¹ Valores a preços de 2007, pelo IPC

Em termos percentuais, o impacto na massa salarial passa de aproximadamente 6,40 pontos percentuais no primeiro ano para 112,59 pontos percentuais no quinto ano, ratificando a significância estatística e econômica dos efeitos do financiamento na massa salarial (Tabela 101). Esta evolução é ainda maior para as micro e pequenas empresas (Tabela 102) partindo de 7,87% no primeiro ano para 143,15 no quinto ano.

Tabela 101 – Impacto FNE no Crescimento percentual da Massa Salarial (%)

Número de observações e Médias da Variação da Massa Salarial					
	1 ano após	2 anos após	3 anos após	4 anos após	5 anos após
	FNE	FNE	FNE	FNE	FNE
Número Obs FNE	4180	1975	1101	581	311
Número Obs RAIS	20156	10187	6302	4191	2203
Média FNE	37,50	71,16	104,00	141,50	201,35
	(1,97)	(5,14)	(8,51)	(16,25)	(28,49)
Média RAIS	27,37	44,11	56,78	71,61	82,34
	(0,79)	(1,53)	(2,05)	(3,06)	(4,87)
Impacto no Crescimento percentual da Massa Salarial					
Sem Controle	10,13*	27,04*	47,21*	69,88*	119,01*
	(2,13)	(5,37)	(8,75)	(16,53)	(28,90)
<i>Propensity Scores</i> (estratificação)	6,41*	19,57*	39,40*	61,67*	112,59*
	(2,12)	(5,31)	(8,58)	(18,74)	(29,69)
<i>Propensity Scores</i> (kernel)	7,03*	20,66*	40,65*	64,26*	119,60*
	(2,06)	(5,67)	(8,53)	(17,47)	(31,70)

Fontes: BNB – Ambiente de Operações de Crédito e RAIS/MTE.

Notas: Desvio padrão entre parêntesis. + Significante a 10% * Significante a 5%.

Tabela 102 – Impacto FNE no Crescimento percentual da Massa Salarial (%) – Empresas com até 49 empregados

Número de observações e Médias da Variação da Massa Salarial					
	1 ano após	2 anos após	3 anos após	4 anos após	5 anos após
	FNE	FNE	FNE	FNE	FNE
Número Obs FNE	3772	1727	964	495	250
Número Obs RAIS	19307	9730	5990	3973	2089
Média FNE	40,12	77,70	114,23	160,53	237,31
	(2,17)	(5,84)	(9,61)	(18,85)	(34,83)
Média RAIS	28,13	45,29	58,19	73,25	84,30
	(0,82)	(1,58)	(2,13)	(3,20)	(5,11)
Impacto no Crescimento percentual da Massa Salarial					
Sem Controle	11,99*	32,40*	56,04*	87,27*	153,00*
	(2,32)	(6,05)	(9,84)	(19,12)	(35,20)
<i>Propensity Scores</i> (estratificação)	7,87*	24,70*	47,52*	77,13*	143,15*
	(2,42)	(5,91)	(9,69)	(18,49)	(33,34)
<i>Propensity Scores</i> (kernel)	8,82*	26,02*	49,28*	81,02*	148,25*
	(2,18)	(6,43)	(9,91)	(20,93)	(33,30)

Fontes: BNB – Ambiente de Operações de Crédito e RAIS/MTE.

Notas: Desvio padrão entre parêntesis. + Significante a 10% * Significante a 5%.

Apesar deste resultado de crescimento exponencial estar sendo influenciado por um período base específico do programa (1999-2001)¹², é possível destacar uma dinâmica diferenciada de contratação em favor das empresas financiadas pelo acréscimo marginal do impacto a cada ano adicional para os modelos de 1, 2 e 3 anos após o FNE¹³. Ou seja, a cada ano que passa, as empresas financiadas parecem aumentar o ritmo de contratação em relação às empresas não financiadas. A diferença do impacto do modelo de dois anos após e do modelo de um ano após o FNE, por exemplo, é maior que os 6,41 pontos percentuais de impacto encontrado neste último modelo.

Embora se reconheça que os efeitos de escala desta magnitude seriam improváveis, não se pode descartar crescimentos exponenciais de curto prazo impulsionados pelo crédito subsidiado. Não é tão incomum no mercado uma ascensão destacada e de curto prazo para uma pequena empresa, com o aumento do seu espaço físico ou abertura de filiais. É bem provável, nestes casos, que esta empresa esteja sendo beneficiada por boas condições de financiamentos. Com a restrição de informações da base de dados, no entanto, não se pode investigar em maiores detalhes se este efeito ocorre no grupo de empresas financiadas pelo FNE.

Salário Médio

Novamente não foram encontrados impactos positivos e significantes na variação do salário médio das empresas (Tabelas 103, 104, 105 e 106).

Tabela 103 — Impacto FNE no Crescimento do Salário Médio (R\$ 1,00) ¹

Número de observações e Médias da Variação do Salário Médio					
	1 ano após FNE	2 anos após FNE	3 anos após FNE	4 anos após FNE	5 anos após FNE
Número Obs FNE	4183	1978	1103	582	313
Número Obs RAIS	20156	10186	6304	4191	2207
Média FNE	25,98 (2,73)	39,62 (5,06)	46,47 (7,63)	48,19 (13,58)	44,01 (24,71)
Média RAIS	29,59 (1,20)	43,51 (2,05)	47,33 (2,83)	63,65 (4,03)	52,42 (6,06)
Impacto no Crescimento do Salário Médio					
Sem Controle	-3,61 (2,98)	-3,88 (5,46)	-0,86 (8,14)	-15,46 (14,17)	-8,41 (25,45)
<i>Propensity Scores</i> (estratificação)	-8,06* (3,01)	-11,14* (5,62)	-16,20 (9,87)	-26,74* (13,78)	-9,03 (25,68)
<i>Propensity Scores</i> (kernel)	-7,24* (3,10)	-10,53* (6,03)	-14,54* (8,28)	-24,09 (15,07)	-8,13 (26,48)

Fontes: BNB – Ambiente de Operações de Crédito e RAIS/MTE.

Notas: Desvio padrão entre parêntesis. + Significante a 10% * Significante a 5%.

¹ Valores a preços de 2007, pelo IPC

¹² À medida que o período de análise aumenta maior é o peso dos impactos destes grupos de empresas no impacto “médio” dos modelos por anos bases agregados.

¹³ Nestes modelos as participações das empresas financiadas entre 1999 e 2000 são bem pequenas.

Em certos modelos, como o de dois anos após o FNE (Tabelas 103 e 104), os impactos são ainda negativos e significantes.

Tabela 104 – Impacto FNE no Crescimento do Salário Médio – Empresas com até 49 empregados (R\$ 1,00) ¹

Número de observações e Médias da Variação do Salário Médio					
	1 ano após	2 anos após	3 anos após	4 anos após	5 anos após
	FNE	FNE	FNE	FNE	FNE
Número Obs FNE	3775	1730	966	496	252
Número Obs RAIS	19307	9729	5992	3973	2093
Média FNE	25,31 (2,97)	36,05 (5,59)	45,50 (8,51)	45,65 (15,52)	34,31 (29,97)
Média RAIS	29,39 (1,20)	43,47 (2,06)	47,60 (2,83)	63,91 (3,99)	55,51 (6,03)
Impacto no Crescimento do Salário Médio					
Sem Controle	-4,07 (3,21)	-7,42 (5,96)	-2,10 (8,97)	-18,25 (16,02)	-21,19 (30,57)
<i>Propensity Scores</i> (estratificação)	-8,78* (3,16)	-14,71* (5,94)	-19,16* (9,04)	-29,63* (14,70)	-24,06 (34,19)
<i>Propensity Scores</i> (kernel)	-7,83* (3,44)	-13,72* (6,31)	-16,06 (9,98)	-27,97 (16,98)	-19,74 (31,34)

Fontes: BNB – Ambiente de Operações de Crédito e RAIS/MTE.

Notas: Desvio padrão entre parêntesis. + Significante a 10% * Significante a 5%.

¹ Valores a preços de 2007, pelo IPC

Quando se analisou o impacto em termos de crescimento percentual do salário médio, não se verificou qualquer impacto significativo (Tabelas 105 e 106). Este resultado também foi observado em Silva *et al* (2007).

Tabela 105 – Impacto FNE no Crescimento percentual do Salário Médio (%)

Número de observações e Médias da Variação do Salário Médio					
	1 ano após	2 anos após	3 anos após	4 anos após	5 anos após
	FNE	FNE	FNE	FNE	FNE
Número Obs FNE	4184	1979	1073	563	313
Número Obs RAIS	20150	10181	6154	4055	2207
Média FNE	7,94 (0,32)	15,12 (0,71)	18,60 (0,72)	23,56 (1,17)	22,47 (2,24)
Média RAIS	6,94 (0,12)	13,09 (0,25)	16,51 (0,31)	21,90 (0,42)	23,18 (0,75)
Impacto no Crescimento do Salário Médio					
Sem Controle	0,99* (0,34)	2,03* (0,75)	2,09* (0,78)	1,66 (1,25)	-0,71 (2,36)
<i>Propensity Scores</i> (estratificação)	0,34 (0,36)	-0,06 (0,81)	-1,19 (1,00)	-1,21 (1,38)	-3,25 (2,61)
<i>Propensity Scores</i> (kernel)	0,11 (0,39)	0,26 (0,77)	-0,74 (0,93)	-0,57 (1,41)	-2,88 (2,65)

Fontes: BNB – Ambiente de Operações de Crédito e RAIS/MTE.

Notas: Desvio padrão entre parêntesis. + Significante a 10% * Significante a 5%.

Tabela 106 – Impacto FNE no Crescimento percentual do Salário Médio (%) – Empresas com até 49 empregados

Número de observações e Médias da Variação do Salário Médio					
	1 ano após FNE	2 anos após FNE	3 anos após FNE	4 anos após FNE	5 anos após FNE
Número Obs FNE	3776	1731	939	480	252
Número Obs RAIS	19301	9724	5857	3853	2093
Média FNE	8,22 (0,35)	15,45 (0,78)	19,59 (0,78)	25,91 (1,31)	24,49 (2,64)
Média RAIS	7,01 (0,12)	13,23 (0,26)	16,61 (0,32)	21,95 (0,43)	23,74 (0,77)
Impacto no Crescimento do Salário Médio					
Sem Controle	1,20* (0,37)	2,21* (0,82)	2,97* (0,84)	3,96* (1,38)	0,75 (2,75)
<i>Propensity Scores</i> (estratificação)	0,41 (0,39)	-0,03 (0,98)	-0,63 (0,87)	1,04 (1,32)	-2,68 (3,03)
<i>Propensity Scores</i> (kernel)	0,21 (0,38)	0,36 (0,87)	-0,15 (0,87)	1,48 (1,49)	-1,59 (3,03)

Fontes: BNB – Ambiente de Operações de Crédito e RAIS/MTE.

Notas: Desvio padrão entre parêntesis. + Significante a 10% * Significante a 5%.

O investimento do tipo trabalhador-intensivo parece estar condicionando às empresas nos seus primeiros anos de financiamento pelo menos. Este tipo de investimento é recorrente em áreas menos desenvolvidas com um mercado de trabalho pouco qualificado, com excesso de oferta e baixa remuneração média da mão-de-obra. No entanto, é preciso considerar que diminuições das desigualdades regionais passam por reduções das desigualdades de produtividade. Nesse sentido, é importante uma comunhão entre reformas estruturais (educação profissionalizante, por exemplo) e o financiamento produtivo.

Conclusões

Os impactos das aplicações do FNE, portanto, foram obtidos a partir dos diferenciais desses dois grupos, levando-se em conta dados agregados de 1999 a 2005, ou seja, se avaliou, a partir de cada ano base, quais impactos foram verificados um ano após, dois anos após, até o quinto ano.

Depois de concluídas as análises, a pesquisa apresentou os seguintes resultados e impactos:

- i) **Impactos na geração de empregos:** a pesquisa revelou que ao final do primeiro ano, foram gerados em torno de dois empregos adicionais, aumentando para mais cinco empregos adicionais ao final do terceiro ano e para mais 11 empregos adicionais, no quinto ano, representando 75% das novas contratações, ou seja, implica dizer que, para cada quatro novas contratações, três deles são decorrentes dos financiamentos do FNE;

- ii) **Impactos sobre a massa salarial:** os impactos sobre a massa salarial foram estatística e economicamente significantes, variando de R\$ 1.650,00 de acréscimo no primeiro ano, para R\$ 13.500,00 de adicional na folha salarial das empresas financiadas ao final do quinto ano, demonstrando eficácia do FNE em gerar impactos sobre a renda;
- iii) **Impactos sobre o salário médio:** os impactos no salário médio, como já evidenciado em outros estudos, não foram significantes.

O estudo aponta como uma das possíveis causas explicativas dos resultados de salários médios, uma estratégia de privilegiar nos financiamentos, empreendimentos intensivos em mão-de-obra, uma característica comum às regiões menos desenvolvidas, onde os níveis salariais são baixos, decorrentes do excesso de mão-de-obra e da sua baixa qualificação.

A esse respeito, cabe mencionar que as empresas com até 49 funcionários – míni e pequenas empresas que têm recebido forte apoio do BNB – são as que apresentaram melhores resultados, confirmando, de certa forma, a hipótese sugerida quanto à baixa escolaridade e excesso de mão-de-obra. Entretanto, ainda que os impactos sobre salários médios não tenham sido significantes, o mais relevante nesse contexto é que as micro e pequenas empresas tenham criado condições de absorver a mão-de-obra abundante que existe na região e ampliado a renda como verificado na massa salarial. Esses resultados, por certo, têm fortes impactos na geração de empregos indiretos, a partir da renda das famílias empregadas, aspectos não avaliados nessa pesquisa.

A pesquisa integral, envolvendo as duas abordagens, será publicada ainda em 2009, por ocasião dos 20 anos de FNE.

6. GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL

6.1 Inadimplemento das Operações

A inadimplência das operações, no âmbito do FNE, registrada em 2008 foi de 4,7%, registrando redução de 11,3% em comparação com a verificada em 2007, que foi de 5,3% (Tabela 107).

Os índices de inadimplência, por porte de beneficiários, em relação às aplicações em cada categoria, apresentaram os maiores valores no segmento cooperativas/associações (13,8%) que apresentou redução de 8,6% em relação a 2007, cujo índice foi de 15,1%. Quanto ao índice de inadimplência do segmento de micro e míni beneficiários (7,7%), observou-se discreta elevação quando comparado com o ano de 2007 (7,5%); os beneficiários de pequeno porte apresentaram redução no índice de inadimplência da ordem de 17,8% quando comparado com 2007, passando de 7,3%

para 6,0%. Para a categoria de médios beneficiários, observou-se, também, redução da inadimplência em 20,5% em 2008, passando de 4,4% para 3,5%. O mesmo verificou-se com o índice de inadimplência da categoria de grandes beneficiários, cuja queda foi da ordem de 12,5%, passando de 2,4% para 2,1% (Tabela 107).

Considerando-se a inadimplência por porte de beneficiários em relação ao saldo total das aplicações, observa-se que as associações/cooperativas apresentaram redução do índice, passando de 0,4% em 2007 a 0,3% em 2008. A inadimplência da categoria de mini/micro também sofreu redução de 2,8% para 2,4%; a categoria de pequenos apresenta queda no índice de 0,7% para 0,6%. A categoria de médios produtores mantém, em 2008, o mesmo índice de 0,5% verificado em 2007, assim como na categoria de grandes beneficiários o índice não sofreu alteração em 2008, quando comparada a 2007, mantendo-se em 0,9%.

A adoção da Medida Provisória de nº 432, atual Lei 11.775/2008, assim como o permanente esforço do Banco em aprimorar seus mecanismos de análise, de controle e acompanhamento das operações de crédito contribuíram para a redução da inadimplência no final do exercício de 2008.

Tabela 107 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Porte dos Beneficiários – Posição: 31.12.2008

Porte	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽¹⁾	Saldo em Atraso ⁽²⁾	Valores em R\$ mil	
				Inadimplência (%) ⁽¹⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽³⁾
Cooperativas/Associações	457.228	2,1	63.317	0,3	13,8
Micro e Míni	7.027.877	31,7	540.826	2,4	7,7
Pequeno	2.077.466	9,4	123.738	0,6	6,0
Médio	2.979.293	13,4	104.733	0,5	3,5
Grande	9.653.892	43,5	204.912	0,9	2,1
Total	22.195.756	100,0	1.037.526	4,7	4,7

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentuais em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas vencidas e não pagas. (3) Percentuais em relação ao saldo das aplicações do segmento.

No que se refere aos setores beneficiados, o maior índice de inadimplência continua sendo o do Setor Rural, embora tenha sido reduzido em relação a 2007, passando de 7,4% para 7,1%. No Setor Agroindustrial, a inadimplência sofre queda de 3,6% para 3,1% e no Setor Industrial e Turismo a redução foi de 2,9% para 2,3%, comparando-se 2007 com 2008. O Setor Comércio e Serviços também apresentou redução em seu índice de inadimplência, passando de 1,6% ao final de 2007, para 1,4% ao final de 2008, enquanto que o Setor de Infraestrutura permanece sem valores em atraso. (Tabela 108).

Quanto à inadimplência por setor em relação ao saldo total das aplicações, observa-se que os setores Agroindustrial e Infraestrutura mantiveram-se constantes em 2008 quando comparados a 2007, mantendo-se os índices de 0,1% e 0,0%, respectivamente. Os setores Rural e Industrial e Turismo apresentaram redução da inadimplência da ordem de 13,0% e 20,0%, respectivamente. Apenas o Setor Comércio e Serviços apresentou elevação na inadimplência passando de 0,1% em 2007 para 0,2% em 2008. O Setor de Financiamento à Exportação não apresenta valores em atraso. (Tabela 108).

Tabela 108 – FNE – Saldos em Atraso por Setor – Posição: 31.12.2008

Setor	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽¹⁾	Saldo em Atraso ⁽²⁾	Inadimplência (%) ⁽³⁾	Valores em R\$ Mil
					Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁴⁾
Rural	12.565.912	56,6	888.407	4,0	7,10
Agroindustrial	874.085	3,9	27.141	0,1	3,10
Industrial/Turismo	3.916.757	17,6	89.209	0,4	2,30
Infraestrutura	2.286.501	10,3	0	0	0
Comércio e Serviços	2.319.292	10,4	32.653	0,2	1,40
Financ. à Exportação	233.209	1,1	115	0	0
Total	22.195.756	99,9	1.037.525	4,7	4,7

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas em atraso do segmento. (3) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

Relativamente à segmentação das operações por data de contratação, constatou-se que a inadimplência das operações contratadas até 30.11.1998 apresentou-se com 12,3% enquanto que para as operações contratadas após aquela data, o percentual de inadimplência foi de apenas 3,4% (Tabela 109). Conforme se observa, tem havido redução sistemática da inadimplência após 1998.

Tabela 109 – FNE – Saldos em Atraso por Data de Contratação – Posição: 31.12.2008

Data Contratação	Saldo Aplicações	(%) ⁽¹⁾	Saldo em Atraso ⁽²⁾	Inadimplência (%) ⁽³⁾	Valores em R\$ Mil
					Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁴⁾
Até 30.11.1998	3.095.317	13,9	380.387	1,7	12,3
Após 30.11.1998	19.100.439	86,1	657.138	3,0	3,4
Total	22.195.756	100,0	1.037.525	4,7	4,7

Fonte: BNB – Ambiente de Controle das Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas em atraso do segmento. (3) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

6.2 Recuperação de Crédito

O Banco do Nordeste renegotiou 255 mil operações de crédito no ano de 2008, totalizando uma regularização de dívidas no montante de R\$ 734,3 milhões. Cabe ressaltar que essas renegociações propiciaram recebimento em espécie na ordem de R\$ 112,7 milhões, ou seja, 15,3% do total regularizado. (Tabela 110).

Tabela 110 – FNE – Regularização de Dívidas ⁽¹⁾ – Exercício de 2008

Valores em R\$ mil				
Estado	Quantidade	Valor Recuperado em Espécie	Valor Renegociado	Total Regularizado
Alagoas	14.009	7.077	43.173	50.250
Bahia	48.727	21.663	142.613	164.275
Ceará	33.878	11.825	102.763	114.588
Espírito Santo	367	1.048	893	1.941
Maranhão	28.826	13.806	40.592	54.398
Minas Gerais	15.484	10.658	52.574	63.232
Paraíba	13.843	4.943	24.374	29.316
Pernambuco	33.564	15.491	76.804	92.295
Piauí	29.401	11.104	61.789	72.893
Rio Grande do Norte	18.801	7.655	40.688	48.342
Sergipe	18.191	7.522	35.341	42.863
Total	255.091	112.791	621.603	734.394

Fonte: BNB – Ambiente de Recuperação de Crédito.

Nota: (1) Valores referentes às operações objeto de renegociação de dívidas no período, inclusive as renegociações realizadas por meio de instrumentos legais, excluindo os bônus e dispensas.

O Banco programou diversas ações na busca de reduzir a inadimplência, destacando-se a atuação das Unidades de Recuperação de Crédito (URCs), que desenvolveram trabalhos específicos para recuperação dos créditos inadimplidos, principalmente, os valores mais expressivos; intensificação nos trabalhos com foco na cobrança judicial dos créditos que estavam passíveis desse procedimento; e criação de um grupo de trabalho com o conseqüente desenvolvimento de campanha de divulgação da Medida Provisória nº 432, para identificação das operações enquadráveis no referido instrumento de renegociação e orientação às Agências no sentido de buscar o máximo de regularização dessas operações. Com a implementação da MP-432, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional em 30/05/2008, e sua conversão na Lei 11.775/2008, em 17/09/2008, houve um expressivo número de liquidação e regularização de dívidas e a conseqüente redução da inadimplência.

A implementação de novas estratégias para recuperação dos créditos considerados problemáticos, bem como a simplificação das normas, proporcionaram

melhores condições para regularização desses créditos, onde geraram significativos resultados para o Banco em 2008.

7. RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS

O Banco do Nordeste realiza as vistorias e fiscalizações de suas operações atendendo às regulamentações dos órgãos fiscalizadores. Para tanto, seus normativos internos definem os seguintes quantitativos de fiscalização de operações:

Fase de desembolso

- Vistoria de 10% dos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor até R\$ 50.000,00, incluídos 10% de todas as operações no âmbito do PRONAF Grupo A e 10% de todas as operações no âmbito do PRONAF Grupo B.
- Vistoria de 100% das operações de clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar superior a R\$ 50.000,00.

Fase pós-implantação

- Uma vistoria a cada ano civil, em pelo menos 10% dos empreendimentos, para clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de até R\$ 50.000,00.
- Uma vistoria a cada ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor maior que R\$ 50.000,00 e menor ou igual a R\$ 1.000.000,00.
- Duas vistorias por ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor superior a R\$ 1.000.000,00.

A programação das atividades de acompanhamento é feita de forma automática pelo Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos ou mediante solicitação direta das Agências.

O BNB possuía, em 31.12.2008, 1,4 milhão de operações “em ser” no âmbito do FNE (incluindo as operações do PRONAF). O Banco do Nordeste realizou 99.057 atividades de campo em operações do FNE em 2008, envolvendo vistorias, pareceres técnicos, diagnósticos e avaliações de bens, dentre outros itens. Destas atividades, 69.257 se referem à vistoria, sendo 23.010 de rotinas e 46.247 de desembolso.

7.1 Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no Exercício de 2008

O Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos, onde são registrados os relatórios das vistorias realizadas, possui na sua estruturação um conjunto de pesos que pondera os resultados auferidos nas visitas *in loco*, atribuindo uma classificação ao empreendimento, num esquema de conceitos com as seguintes gradações: Ótimo, Bom, Regular, Satisfatório, Insatisfatório, Ruim e Péssimo. Estes conceitos levam em consideração: a correta aplicação do crédito, inclusive dos recursos próprios; os indicadores técnicos previstos no projeto; a execução dos serviços; planejamento do projeto; perspectivas de receitas; e conservação das garantias, dentre outros aspectos.

A situação dos empreendimentos foi considerada como: satisfatório, ótimo e bom para 40,0%, 34,0% e 8,0%, respectivamente, das vistorias realizadas em 2008. Os conceitos insatisfatório, regular, péssimo e ruim totalizaram 18,0% (Gráfico 6).

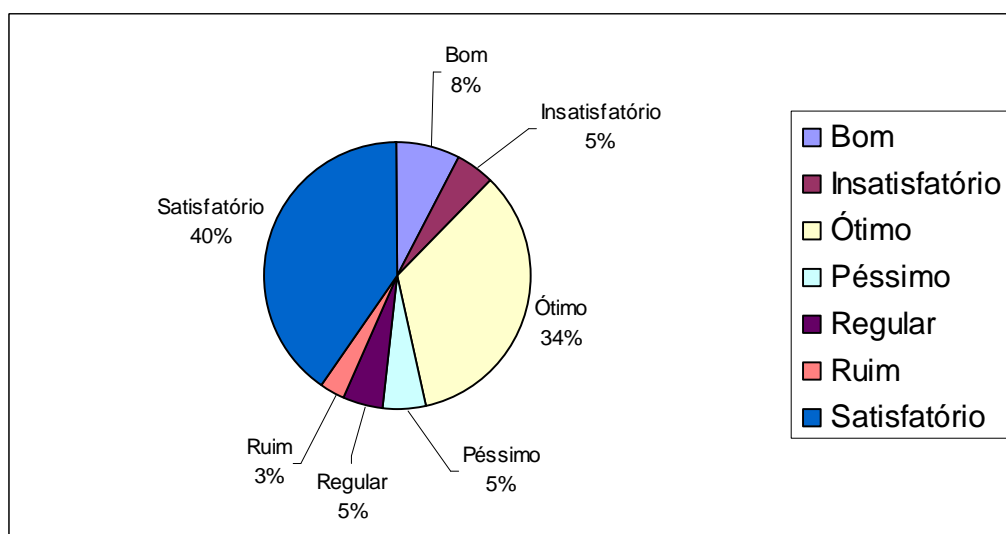


Gráfico 6 – Situação dos Empreendimentos Financiados pelo FNE no Exercício de 2008

Fonte: BNB – Ambiente de Análise e Acompanhamento de Operações de Crédito.

7.2 Ações Realizadas

O Banco, durante o ano de 2008, programou ações com o objetivo de melhorar os recursos disponíveis para maximização dos resultados no tocante à análise e

acompanhamento das operações de crédito. A seguir, destacam-se as principais ações ocorridas no período acima citado:

Revisão da Estrutura Operacional das Centrais de Apoio Operacional

Com o objetivo de melhorar o processo de análise, foram aprovadas pela Diretoria as seguintes alterações no quadro de pessoal:

1. Alteração da estrutura organizacional das CENOP de Montes Claros, Recife e São Luís, com a criação da **Célula de Análise de Limite de Risco Cliente (LRC)** e incremento de funções em comissão.
2. Ajuste na estrutura organizacional da CENOP de Aracaju, João Pessoa, Natal, Salvador e Teresina, compreendendo o incremento de funções em comissão de Analista de Negócios.

Curso de Formação de Análise em Projetos Econômicos

Com o objetivo de melhorar o processo de análise, foi realizado junto aos analistas e técnicos de campo das Centrais de Apoio Operacionais, o Curso de Formação de Analistas com carga horária de 160 horas/aula.

Ademais, melhorias nos Sistemas de Avaliação Técnica de Empreendimentos – SIAT estão sendo implementadas, como forma de dar mais agilidade ao processo de análise.

7.3 Principais Ocorrências

As principais ocorrências verificadas nas fiscalizações no ano de 2008 cujos empreendimentos estão considerados na situação de satisfatório, ótimo e bom (82%) foram as seguintes:

- Os créditos foram aplicados corretamente, conforme o cronograma previsto.
- Os recursos próprios foram aplicados totalmente, conforme o cronograma previsto.
- Os indicadores técnicos estão compatíveis com o previsto no projeto.
- A execução dos serviços, obras, instalações e/ou explorações estão tecnicamente corretas.
- A orientação técnica prevista para obtenção das metas do projeto foi prestada adequadamente.
- O planejamento técnico do projeto foi adequado.

- Os bens que constituem as garantias estão preservados em suas características essenciais.
- Não houve ocorrência de fatores adversos.
- O empreendimento é competitivo.
- As perspectivas de receitas (produção/comercialização) são as previstas no projeto.
- A gerência/direção da empresa/empreendimento é satisfatória.
- O rebanho encontra-se em condições normais de sanidade, evolução e manejo, estando, inclusive, devidamente ferrado.
- As exigências ambientais do projeto foram atendidas.
- As cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas ou estão sendo cumpridas conforme instrumento.

Cabe esclarecer que, quando a fiscalização verifica ocorrências negativas no âmbito do empreendimento, tais como créditos aplicados parcialmente ou ainda bens financiados ou garantias vendidos à revelia do Banco, adotam-se providências de administração do crédito, isto é, as ocorrências verificadas nas fiscalizações são repassadas através de Relatórios de Acompanhamento de Projetos para a Agência tomar decisões sobre a operação. As providências podem variar desde o estabelecimento de um prazo para o cliente sanar o problema, ou ainda medidas drásticas, tais como a execução judicial da operação.

8. RECOMENDAÇÕES DOS OFÍCIOS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

O presente relatório enfocou os diversos aspectos das recomendações dos Ofícios recebidos do referido Ministério. Merecem destaque as considerações listadas a seguir.

OFÍCIO Nº 04/DFD/SDR/MI, de 15.01.2009

a) Confronto entre os ingressos e desembolsos de recursos

Vide Tabela 35A

b) Financiamentos concedidos por setor/atividade nas Mesorregiões

Vide Tabelas 15A a 20A

c) Número de operações e valores contratados por Estado e por porte, com beneficiários que obtiveram empréstimos do FNE pela primeira vez

Vide Tabela 21A

d) Relação dos financiamentos acima de R\$ 10 milhões

Vide Tabela 22A e Tabela 92 contida no item 5.3.1 Impactos socioeconômicos Previstos com os Financiamentos de Valores mais Elevados, do presente relatório.

e) Comentar e exemplificar o apoio a projetos que preveem a utilização de tecnologias inovadoras

Vide texto abaixo e Tabela 54 do item 4.5 Prioridades Definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a Aplicação do FNE, deste relatório.

O FNE tem contribuído para o desenvolvimento tecnológico e gerencial do Nordeste e das demais áreas de sua atuação, permitindo a melhoria da competitividade das empresas financiadas. Referida ação tem se materializado através do financiamento de máquinas, equipamentos, instalações, veículos, sistemas de informática e processos produtivos modernos em projetos nos diferentes setores econômicos.

Seguem-se alguns exemplos de projetos financiados pelo Banco, em 2008, que utilizarão tecnologias modernas.

PROJETO/ATIVIDADE	TECNOLOGIAS
Telecomunicações	Valor financiado: R\$ 151.611.766,63 Atividade financiada: Telecomunicações Objetivo ou finalidade do crédito: Expansão da cobertura da Rede GSM (tecnologia 3G) nos municípios da região Nordeste. O projeto utilizará a tecnologia GSM (mais utilizada mundialmente), oferecendo cobertura 100% digital, com grande proteção de clonagem, e mantém características de inovação, agilidade e modernidade, com serviços de transmissão de dados via Wi-Fi (que permite acesso à WEB), banda larga e rede com compatibilidade EDGE (proporcionando tráfego de dados a uma velocidade quatro vezes superior à disponível atualmente)
Ind. Transformação	Valor financiado: R\$ 38.406.685,32 Atividade financiada: Ind. Transformação Objetivo ou finalidade do crédito: Implantação de unidade industrial para fabricação de mistura de compostos de borracha (aquisição de máquinas e equipamentos). A empresa utilizará, em seu processo produtivo, máquinas e equipamentos de última geração em mistura de borracha, além de engenharia e <i>layout</i> , que proporcionarão maior produtividade em relação aos processos convencionais utilizados. Serão também utilizados equipamentos de grande potência, como misturadores

PROJETO/ATIVIDADE	TECNOLOGIAS
	internos de rotores (<i>Bamburys</i>) de velocidade variável, com inversões de frequência, que possuem a vantagem tecnológica do uso racional de energia, a determinação de um ciclo otimizado de mistura e conseqüentemente um custo de produção menor.
Fruticultura Irrigada	<p>Valor financiado: R\$ 2.340.320,40 Atividade financiada: Fruticultura Irrigada Objetivo ou finalidade do crédito: Ampliação da bananicultura irrigada.</p> <p>O empreendimento utilizará na cultura da banana o que há de mais moderno para a sua implantação e condução. A implantação da cultura será feita com a aquisição de mudas de laboratórios certificados, adubação de superfosfato simples, cloreto de potássio, esterco de curral, nitrato de amônia e micronutrientes. Na empresa são feitos um rigoroso controle fitossanitário, com visitas a um grande número de plantas, onde se observa o estágio de evolução de doenças, e os dados sofrem um tratamento estatístico a partir do qual se pode mensurar o nível de contaminação e permite a indicação precisa do número mínimo de pulverizações.</p>
Ind. Transformação/Plástico	<p>Valor financiado: R\$ 14.430.327,58 Atividade financiada: Ind. Transformação/Plástico Objetivo ou finalidade do crédito: Implantação de unidade fabril.</p> <p>A empresa contará com máquinas e equipamentos de última geração, as principais linhas de produção serão importadas, dotadas dos mais avançados recursos tecnológicos de forma a garantir a maior produtividade e eficiência na fabricação dos produtos. A área administrativa também será dotada de tecnologia moderna, a empresa adquirirá sistemas de informação, contemplando estoques/custos, compras, faturamento, tributos e gestão de recursos humanos.</p>
Ind. Transformação.	<p>Valor financiado: R\$ 56.897.880,53 Atividade financiada: Ind. Transformação. Objetivo ou finalidade do crédito: Implantação de unidade industrial de fabricação de embalagens metálicas.</p> <p>A empresa contará com tecnologia de ponta disponibilizada pelo líder mundial no setor de embalagens, a Crown Cork & Seal Company. Essa base tecnológica – quer o processo produtivo, quer as máquinas e equipamentos – está sendo fornecida ao empreendimento para a produção de latas de 473ml, tendência nacional e uma inovação no segmento de latas para bebidas, além da produção da tradicional lata de 350ml.</p>
Agroindústria de Cana-de-Açúcar	O projeto utilizará o que há de mais moderno no setor Sucroalcooleiro, fazendo uso de instalações eletrificadas não dependendo da geração de vapor para movimentação dos ternos

PROJETO/ATIVIDADE	TECNOLOGIAS
	de moenda e garantindo um menor consumo de energia. A agroindústria utilizará como componentes em sua estrutura os equipamentos das principais empresas do setor Sucroalcooleiro no Brasil.
Ind. Transformação	<p>Valor financiado: R\$ 6.677.000,00 Atividade financiada: Ind. Transformação Objetivo ou finalidade do crédito: Ampliação e modernização do parque industrial.</p> <p>A empresa utilizará a tecnologia de grades expandidas na fabricação de baterias, tornando-se uma excelente opção de redução de custos e permitindo um aumento da produção, permitindo também menor área de ocupação para instalação, maior estabilidade no processo e melhor qualidade final do produto. Vale salientar que com essa tecnologia a empresa atinge outro mercado para baterias de grades fundidas, que consiste na demanda por baterias de maior capacidade de carga, sobretudo, observado nas empresas de Telecomunicação.</p>
Prod. E Distrib.. Eletricidade	<p>Valor financiado: R\$ 152.027.246,17 Atividade financiada: Prod. e Distrib. Eletricidade Objetivo ou finalidade do crédito: Implantação de Termoelétrica.</p> <p>A empresa utilizará para produzir energia elétrica, motores diesel de quatro tempos com moderna tecnologia alemã, resultando assim em melhor capacidade instalada e assegurando a geração de energia de forma competitiva, segura e eficiente. Os geradores serão totalmente automatizados, permitindo a integração dos dados constantes no processo produtivo aos sistemas administrativos a serem implantados. Através de sistema informatizado de apuração de custos, a empresa fará o acompanhamento contábil para subsidiar a tomada de decisões, bem como a informatização de processos administrativos e gerenciais da empresa.</p>
Industria Prod. Farmacêutica	A aquisição objeto do projeto tem como finalidade atender a linha de produção de soluções parenterais de grande volume – SPGV. Trata-se de equipamento importado de tecnologia alemã, que propiciará à empresa redução no seu custo operacional e aumento da capacidade instalada, além de garantir segurança absoluta da qualidade. A necessidade do investimento se justificou em função da exigência da ANVISA de que as instituições de medicamentos deverão substituir o sistema de infusão aberto das soluções parenterais de grande volume (SPGV) para o sistema fechado até 2008.
Equip. Destinados à Geração de Energia Alternativa	<p>Valor financiado: R\$ 19.984.842,78 Atividade financiada: Energia Alternativa. Objetivo ou finalidade do crédito: Implantação de uma Central de Geração Eólica.</p> <p>A empresa a ser implantada utilizara turbinas eólicas que</p>

PROJETO/ATIVIDADE	TECNOLOGIAS
	transformam a energia cinética em energia elétrica. O equipamento tem um sistema de monitoramento e controle que direciona o rotor toda vez que o vento muda de direção. Este giro aumenta a eficiência da geração de energia e o controle e monitoramento da operação e potência, ajuda a avaliar as estratégias para o perfeito funcionamento de cada máquina, bem como fornece ao operador acesso <i>on-line</i> a todas as turbinas eólicas, permitindo um diagnóstico preciso e imediato da operação de cada máquina.
Indústria Siderúrgica	<p>Valor financiado: R\$ 193.758.645,62 Atividade financiada: Indústria Siderúrgica Objetivo ou finalidade do crédito: Instalação de uma Aciaria.</p> <p>A empresa tem como atividade principal a produção de ferro-gusa destinada para aciarias. As receitas são provenientes da venda desse produto, porém desenvolve a atividade de reflorestamento, cultivo do eucalipto, para geração do carvão vegetal (insumo utilizado no seu processo produtivo). O projeto destina-se à instalação de uma usina termoelétrica, através da utilização de alto-forno. Será utilizada a reciclagem de gases de alto-forno como fonte alternativa de energia elétrica para o processo de produção. A usina será equipada com forno tipo BOF (forno a oxigênio) e por uma máquina de lingotamento contínuo o que trará maior sustentabilidade ao projeto com a disponibilidade de matéria-prima estável, de qualidade e abundante.</p>

f) Valores repassados a outras instituições financeiras e acordos com cooperativas para realização de operações com recursos do FNE

Vide Tabela 23A

g) Ações desenvolvidas para divulgar as oportunidades de financiamentos aos agricultores familiares, aos míni e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas (o texto abaixo atende tanto à solicitação do ofício acima referido, quanto à recomendação contida na letra “b” do parecer conjunto nº 002/2008/SDR/SUDENE/MI, de 02/12/2008).

Agricultores Familiares, Míni e Pequenos Produtores Rurais

As ações implementadas pelo BNB para incrementar as aplicações com os agricultores familiares tiveram reflexo no incremento de 0,89% na quantidade de operações contratadas no segundo semestre de 2008, em comparação com o semestre anterior. Dessa maneira, o BNB chegou ao final do ano com 331.873 operações contratadas no âmbito do PRONAF, representando um volume de recursos da ordem de R\$ 739.717.906,18, dos quais R\$ 680.835.329,01 oriundos da fonte FNE.

No que diz respeito ao montante dos recursos aplicados no primeiro semestre (156.793 operações, R\$ 376.345.751,22) em relação ao montante aplicado no segundo semestre (175.080 operações, R\$ 363.368.154,96), observa-se um incremento no número das operações contratadas (18.287 operações), e uma diminuição do volume de recursos aplicados (R\$ 363.368.154,96). O fato deve-se ao direcionamento da maioria dos financiamentos para o público do Grupo “B” do PRONAF, cujo limite de endividamento por operação é de R\$ 1.500,00.

O resultado desse direcionamento está retratado na expansão do programa AGROAMIGO para mais 339 municípios, aumentando de 921 para 1.260 o número de municípios atendidos pelo Programa. O volume de recursos aplicados nesse segmento (R\$ 407.889,7 mil) corresponde a 55% das aplicações do PRONAF no exercício de 2008.

Ressalte-se que no exercício de 2008, as aplicações do PRONAF foram realizadas num cenário em que o BNB deu prioridade à qualificação do crédito como forma de diminuir a inadimplência no programa e, nesse sentido, algumas medidas adotadas tiveram impacto na diminuição do volume de aplicações:

- Suspensão de contratação em um grande número de municípios em razão da elevada inadimplência, sendo 1.193 municípios suspensos pelo MDA para aplicação no PRONAF “B” e 307 municípios suspensos pelo BNB para aplicação nos demais grupos do PRONAF;
- Os clientes beneficiados com a Lei 11.775, responsáveis por operações de investimento nos grupos C, D, E e nas linhas especiais do PRONAF, somente poderiam contratar uma nova operação depois de liquidada a operação renegociada;
- Determinação do TCU para contratação de novos financiamentos no Grupo “A” somente após a solução da questão ambiental.

Micro e Pequenas Empresas

Com a responsabilidade de expandir o volume de negócios do Banco com as Micro e Pequenas Empresas – MPE, bem como prestar suporte à gestão aos negócios para esse segmento de público, o Ambiente de Negócios com Micro e Pequena Empresa e Pessoa Física vem relacionar o elenco de ações levadas a efeito no ano de 2008, evidenciando os progressos obtidos a partir de um conjunto de iniciativas começado em 2003.

Ciente da importância das MPE para a economia nordestina, a atual administração do Banco do Nordeste vem, desde 2003, adotando uma série de iniciativas com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito a esse importante segmento de público.

A iniciativa passou a ter respaldo, inclusive, em um dos objetivos estratégicos do Banco para o período de 2008 a 2011 que é: “consolidar o Banco do Nordeste como o Banco da Micro e Pequena Empresa na Região, ofertando 15% do volume de recursos do FNE e elevar a base de clientes em 40%”, o que evidencia o papel do Ambiente de Negócios com Micro e Pequena Empresa e Pessoa Física para o atingimento desse objetivo estratégico.

Assim, em 2008, foi estabelecida a meta de R\$ 1 bilhão para contratação de operações de crédito de curto e longo prazos com MPEs, número esse atingido em 20 de novembro de 2008, sendo R\$ 500 milhões com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e R\$ 500 milhões com Recursos Internos do Banco.

Do volume de operações de crédito de R\$ 1.242,5 milhões, registrado em 2008, R\$ 595,5 milhões foram com recursos do FNE, atingindo 119,1% da meta do Fundo Constitucional para as MPEs para o ano de 2008, no valor de R\$ 500 milhões. Ainda em relação às operações contratadas com Micro e Pequenas Empresas com recursos do FNE, a evolução dos negócios foi de mais de 3.000%, considerando o período de 2002 a 2008, conforme gráfico a seguir.

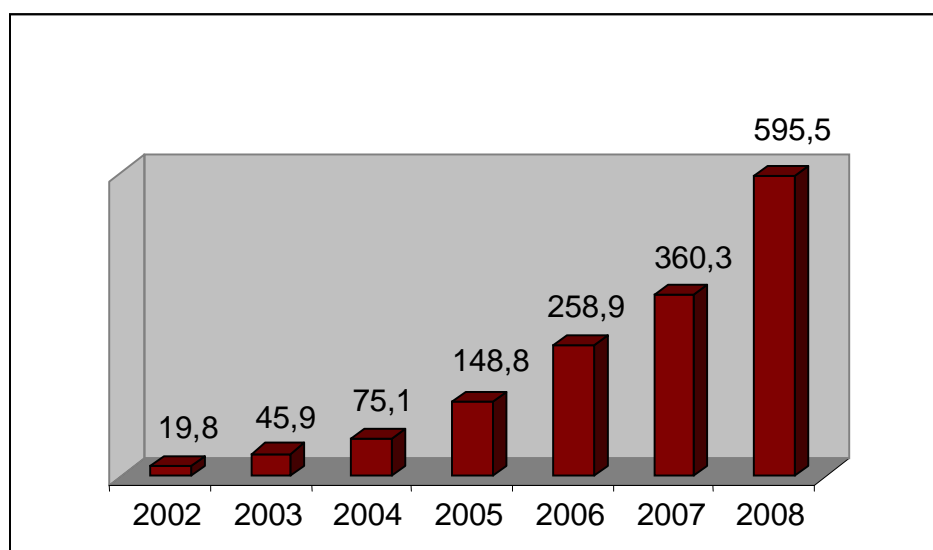


Gráfico 7 – FNE – Evolução dos Valores Contratados com MPE (valores em milhões de reais)

Fonte: BNB – Ambiente de Negócios com MPE e Pessoa Física.

Nesse mesmo período, 2002 a 2008, a quantidade de operações contratadas com Micro e Pequenas Empresas, considerando os recursos do FNE, obteve um incremento de 2.290,5%, segundo gráfico a seguir:

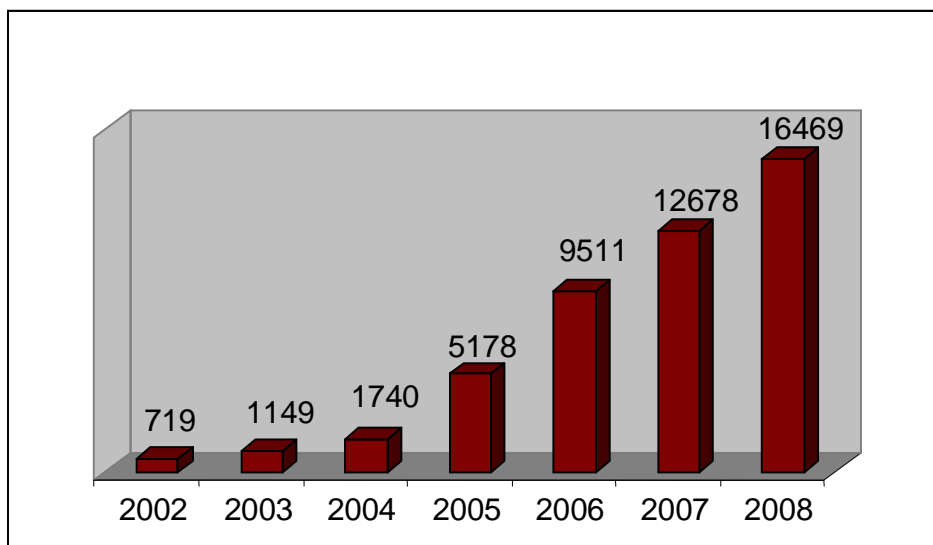


Gráfico 8 – FNE Quantidade de Contratações com MPE

Fonte: BNB – Ambiente de Negócios com MPE e Pessoa Física.

Também merece registro o fato de em 2008 haverem sido contemplados, no segmento das Micro e Pequenas Empresas, os mais diversos setores de atividades da economia nordestina, com destaque para o setor de comércio, participando com 56% dos recursos do FNE alocados, conforme tabela abaixo:

Tabela 111 – FNE – Contratações com MPE em 2008, por Setor de Atividade – Posição em 31.12.2008

Setores de Atividades	Quantidade de Operações	Valores Contratados, em reais	Participação
Comércio	12.669	336.309.194,41	56%
Serviços	1.961	152.283.108,93	26%
Indústria	1.698	90.270.711,05	15%
Rural	138	11.155.374,80	2%
Cooperativas	3	5.432.392,10	1%
Total Geral	16.469	595.450.779,29	100%

Fonte: BNB – Ambiente de Negócios com MPE e Pessoa Física.

O alcance dos resultados expostos deveu-se a inúmeros fatores. A oferta de melhores condições de crédito em termos de taxas e prazos, com a redução da taxa de juros para financiamento de investidores de 7,25% para 6,75% ao ano e a elevação do prazo para o produto FNE Insumos, de 18 para 24 meses é uma primeira iniciativa a ser comentada.

Além disso, os esforços de adequação da estrutura interna do Banco às MPE, melhorando a estrutura de atendimento das agências e da Direção Geral, com profissionais dedicados ao atendimento específico a esse segmento de público; e a modernização dos produtos e serviços bancários, contribuiu para gerar um incremento no volume de contratações de operações com as Micro e Pequenas Empresas no corrente exercício.

Junto a essas iniciativas, a implementação de medidas de simplificação normativa, através do Projeto Estratégico de Revisão e Simplificação do Sistema Normativo, visando à desburocratização e racionalização de processos de crédito também vem contribuindo para a melhoria dos indicadores de performance do FNE em relação as MPE.

Paralelamente a essas ações, foi necessária a implementação de estratégias negociais, conduzidas segundo parâmetros que permitam a realização de negócios de forma estruturada para que os mesmos ocorram, aconteçam de forma simplificada, promovendo maior agilidade na concessão do crédito e minimizando riscos para o BNB.

Pode-se depreender à luz das informações apresentadas, que em 2008 as ações do BNB-Ambiente de Negócios com Micro e Pequenas Empresas e Pessoa Física foram direcionadas para consolidar as estratégias levadas há efeito nos anos anteriores, bem como identificar novas oportunidades de negócios.

A título de exemplo, merecem menção as iniciativas adotadas com segmentos do mercado que contribuem para elevar o número de empregos, como o comércio varejista e serviços, através da formalização de acordos com entidades representativas, como a Associação Brasileira de Franchising – ABF e as Câmaras de Dirigentes Lojistas – CDLs, e de parcerias com entidades públicas e privadas, como o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC, e o Sebrae Nacional e suas unidades estaduais.

Em relação às estratégias de negócios com redes de franquias, merecem destaque as iniciativas realizadas com as empresas O Boticário e Arezzo. Atuar no segmento de franquias fortalece ainda mais a ação do Banco do Nordeste, uma vez que esse mercado proporciona impacto significativo sobre a economia do País e da Região.

Outros fatores que justificam a entrada do Banco nesse mercado é o dinamismo econômico que o setor proporciona devido ao fortalecimento dos elos das cadeias produtivas envolvidas e sofisticado sistema de organização em rede proporcionando condições adequadas para o crescimento tanto dos grandes como dos pequenos empreendimentos franqueados.

Os resultados que estão sendo obtidos a partir dessa estratégia devem-se em muito ao fortalecimento das relações negociais com a Associação Brasileira de Franchising – ABF, ao investimento em eventos e campanhas promocionais

direcionadas a esse público e a institucionalização dos acordos operacionais acima descritos.

Também merecem destaque as estratégias empresariais Credi Luz e Credi Coletivo, ambas firmadas em 2008. O Credi Luz tem por objetivo o apoio ao investimento e capital de giro às empresas fornecedoras de bens e serviços da Companhia Energética do Ceará – COELCE.

O Credi Coletivo, firmado com a Cooperativa dos Transportadores Autônomos de Passageiros do Estado do Ceará – COOTRAPS e o Sindicato dos Permissionários Autônomos de Veículos em Transporte Público Alternativo de Passageiros de Fortaleza e Região – SINDVANS, visa o estabelecimento de linhas de financiamento com condições específicas, destinadas à aquisição de veículos para uso no transporte público complementar de passageiros de Fortaleza.

Especificamente em relação às estratégias de negócios com O Boticário, Arezzo, Credi Luz e Credi Coletivo, foram contratadas, em 2008, 105 operações de crédito com recursos do FNE, no valor de R\$ 7,9 milhões, sendo este o resultado de iniciativas que tendem a consolidar-se.

Para os próximos dois anos, é esperada a contratação de cerca de R\$ 20 milhões, apenas com as empresas franqueadas de O Boticário.

Em continuidade, é oportuno salientar que o Banco do Nordeste participa do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, o Fórum tem o objetivo de ser o espaço de debates e de conjugação de esforços entre o governo e o setor privado para a consecução de ações e de políticas públicas orientadas às Micro e Pequenas Empresas.

O Fórum é composto por entidades de apoio e de representação das Micro e Pequenas Empresas, órgãos governamentais, fóruns regionais das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

O Banco do Nordeste atua sistematicamente nos Comitês Temáticos do Fórum, em especial o que versa sobre o tema Investimento e Financiamento, propondo a adoção de uma série de melhorias que visem facilitar o acesso às Micro e Pequenas Empresas ao crédito bancário, o que deve se intensificar em 2009.

Nesse sentido, merece registro o fato de o Banco haver sediado, em 2008, o III Seminário Regional de Tecnologia e Inovação, promovido em Recife. O Seminário Regional é uma iniciativa do Fórum Permanente e objetivou identificar os pontos de convergência entre a demanda, a oferta e as ações dos agentes de fomento a tecnologia e inovação para o segmento das Micro e Pequenas Empresas, destacando os principais óbices no acesso a recursos para inovação tecnológica.

Também em 2008, o Banco estreitou a parceria celebrada com o SEBRAE Nacional, através de Acordo de Cooperação, visando aumentar a competitividade das Micro e Pequenas Empresas e dos agrupamentos e arranjos produtivos. O trabalho é feito através da construção e implementação de uma metodologia para acompanhamento com as MPEs, cujo projeto iniciou nos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte e tendo sido registradas várias ações em todos os estados da área de atuação do Banco, o que deve intensificar ainda mais em 2009.

O Acordo de Cooperação possibilita a estruturação de agrupamentos e cadeias produtivas potenciais demandadoras de financiamento constituindo-se possibilidades de transformação socioeconômica local. Também possibilita a implementação de projetos inovadores que venham atender as necessidades das MPEs, além das creditícias, possibilitando as duas instituições dar um tratamento mais abrangente a esse importante segmento de público.

h) Número de operações e valores contratados em cada prioridade estabelecida pelo MIN

Vide item 4.5 Prioridades Definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a Aplicação do FNE, deste relatório.

i) Número de operações e os valores contratados para custeio isolado

Vide Tabela 24 A

j) Ações desenvolvidas para incremento das aplicações no semiárido

O processo de elaboração anual da Programação FNE 2009 contou com a participação de representantes de governos estaduais, ministérios, movimentos sociais e setores produtivos, resultando na expectativa de aplicação de 51,4% do orçamento FNE do exercício (R\$ 3,9 bilhões) na sub-região semiárida¹⁴. Aderente às políticas públicas federais e estaduais, a referida programação norteia-se por diretrizes e prioridades estabelecidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e busca reduzir as desigualdades, em especial, no semiárido.

Neste sentido, buscando elevar as aplicações no semiárido, a programação FNE 2009 contempla limites diferenciados para os empreendimentos localizados no semiárido, especialmente para empresas exportadoras e aquelas localizadas nas RIDEs (Região Integrada de Desenvolvimento) Timon-Teresina e Petrolina-Juazeiro e nas mesorregiões do Bico do Papagaio, Chapada do Araripe, Chapada das Mangabeiras, Seridó, Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Xingó.

¹⁴ O Semiárido corresponde a 63% do território nordestino, 40% da população da Região e 55% da área de atuação da SUDENE (que engloba, além da região Nordeste, as porções ao norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo).

Manteve-se a aplicação de bônus de adimplência de 25% aplicáveis aos reembolsos de juros e principal efetuados até as respectivas datas de vencimento por empreendedores localizados no semiárido, tornando os encargos do FNE mais atrativos nestes negócios.

Adicionalmente, para estimular a atração de capitais, a geração de emprego e o incremento das aplicações do FNE no semiárido, o BNB divulga os benefícios diferenciados e adota uma política operacional de incentivo às empresas-âncora e grandes produtores localizados na referida região, mediante direcionamento prioritário de recursos do Fundo, especialmente por meio de sua estratégia de desenvolvimento territorial.

Espera-se, com estas ações, alavancar ainda mais as aplicações na Região, aproximando-se do que preceitua a determinação legal de destinação de metade dos recursos para o semiárido.

k) Contratações por município

Vide Tabela 25 A, 26 A, 27 A e 28 A, gravada no CD-ROM anexo

l) Saldo das operações e inadimplência por município

Vide Tabela 11 A, gravada no CD-ROM anexo

m) Detalhamento das operações de acordo com os encargos pactuados

Quadro 1 – FNE – Detalhamento das operações em ser de acordo com os encargos pactuados

Detalhamento das Operações “em ser” ⁽¹⁾		
a) Total das operações que permanece com os encargos que vigoravam anteriormente ao da TJLP, com rebate sobre os encargos totais.		0
b) Montante dos contratos que permanecem com os encargos da TJLP mais juros de 6,0% a.a, com rebate sobre os encargos totais. (Saldo Líquido)		288.339.330
c) Valor global dos contratos que permanecem com encargos de IGP-DI mais juros de 8% a.a, com rebate sobre a taxa de juros (Saldo Líquido).		82.346.939
	5,00%	882.847.184
	6,75%	701.598.509
d) Montante das operações contratadas de acordo com as taxas de juros estabelecidas pela Lei nº10.177, de 12.01.2001. (Saldo Líquido)	7,25%	817.343.215
	8,50%	2.636.557.992
	9,50%	1.684.886.930
	10,00%	6.944.340.897

Detalhamento das Operações “em ser” ⁽¹⁾

e) Valor total dos financiamentos com outros encargos financeiros (Saldo Líquido).	4.052.118.555
--	---------------

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

¹ Inclusive PROAGRO a receber no valor de R\$ 6.442.126,38 e Operações de repasse no valor de R\$ 209.933.341,27, totalizando R\$ 216.375.467,65.

² Informações relacionadas a operações com encargos diferentes dos elencados acima não foram consideradas.

³ O “saldo líquido” não considera rendas a apropriar

n) Resultados dos acompanhamentos e fiscalizações dos projetos financiados, e estimativa dos impactos sociais e econômicos

Vide Capítulo 7 – Resultados dos Acompanhamentos e Fiscalizações dos Empreendimentos Financiados e item 5.3 Matriz de Insumo Produto, do presente relatório.

o) Informações a respeito dos saldos dos financiamentos, da inadimplência, das operações renegociadas, das ações de cobranças judiciais, e dos ressarcimentos efetuados ao Fundo pelo Banco

Vide Tabelas 7 A a 12 A, 31 A a 34 A – Saldos das aplicações e inadimplência

Vide Tabelas 35 A e 36 A – Operações Renegociadas

Vide Tabelas 37 A e 38 A – Cobrança Judicial e Ressarcimentos ao Fundo

PARECER CONJUNTO Nº 002/2008/sdr/sudene/MI, DE 02/12/2008

b) Informar, no relatório das atividades desenvolvidas referentes ao exercício de 2008, o resultado das providências adotadas para se incrementar as aplicações com os agricultores familiares, os míni e pequenos produtores rurais e as micro e pequenas empresas

Vide letra “g” do OFÍCIO Nº 04/DFD/SDR/MI, de 15.01.2009, acima discriminado.

f) fornecer, nos próximos relatórios, dados relacionados com os saldos devedores das operações, bem como os níveis de inadimplência dos empréstimos concedidos por Outras Instituições Financeiras com recursos do FNE

Vide Tabelas 41 A e 42 A

i) Inserir nos próximos relatórios:

– informações sobre os impactos sociais e econômicos previstos com os financiamentos contratados de valor superior a R\$ 10 milhões, especialmente sobre a geração de empregos.

Vide item 5.3.1 Impactos Socioeconômicos Previstos com os Financiamentos de Valores mais Elevados

– informações (quantidade de contratos e valores financiados) sobre o atendimento de cada uma das prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, apresentando comentários e considerações a respeito daquelas que deixaram de ser atendidas.

Vide item 4.5 Prioridades Definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a Aplicação do FNE

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989**. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o FNO, o FNE e o FCO e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16/03/2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.177 de 12 de janeiro de 2001**. Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16/03/2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto nº 6.367 de 30 de janeiro de 2008**. Dispõe sobre os encargos financeiros das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16/03/2009.